

SÂMYA RODRIGUES RAMOS

**A ação política do Movimento Estudantil
de Serviço Social: caminhos históricos e
alianças com outros sujeitos coletivos**

Dissertação apresentada como
exigência parcial para a obtenção do
título de mestre em Serviço Social,
junto à Universidade Federal de
Pernambuco, sob a orientação da
professora Zélia Maria Pereira.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

1996

Ramos, Sâmya Rodrigues

A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social : caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos / Sâmya Rodrigues Ramos .— Recife : O Autor, 1996.

x, 174 folhas : il.

Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 1996.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Movimento Estudantil. 2. Ação política dos movimentos sociais. I. Título.

316.354
302.4

CDU (2.ed.)
CDD (20.ed.)

UFFE
BC/96/084

SÂMYA RODRIGUES RAMOS

**A ação política do Movimento Estudantil
de Serviço Social: caminhos históricos e
alianças com outros sujeitos coletivos**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

RECIFE

1996

A ação política do Movimento Estudantil
de Serviço Social: caminhos históricos e
alianças com outros sujeitos coletivos

SÂMYA RODRIGUES RAMOS

BANCA EXAMINADORA:

*"Há muito tempo eu sai de casa
há muito tempo eu caí na estrada
há muito tempo eu estou na vida
foi assim que eu quis
assim eu sou feliz
principalmente por poder voltar a todos os lugares
onde eu já cheguei
pois lá deixei um prato de comida,
um abraço amigo
e um canto pra dormir e sonhar
E aprendi que se depende sempre
de tanta muita diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas
É tão bonito quando a gente sente
que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
que nunca está sozinho por mais que pense estar
É é tão bonito quando a gente pisa firme nessas
linhas que estão nas palmas de nossas mãos
E é tão bonito quando a gente leva a vida nos
caminhos onde bate bem mais forte o coração..."*

(Gonzaguinha)

“É TÃO BONITO QUANDO A GENTE SENTE QUE A GENTE É TANTA GENTE ONDE QUER QUE A GENTE VÁ...”

É bonito e prazeroso compartilhar a alegria do término desse trabalho com as pessoas que contribuíram com meu processo de crescimento e que foram marcantes durante o tempo do mestrado, instigando-me a ver o mundo de forma diferente, com certeza, mais rica que antes. Minha gratidão a:

- Meu pai e minha mãe, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida e, particularmente, no processo de “chegadas e partidas” para concluir essa fase da caminhada acadêmica.

- Meus irmãos (Sérgio e Roberto), pelo afeto, atenção e solidariedade constantes que, certamente, compõem uma fraternidade para além do “mero ser irmão”.

- Silvana Mara, amiga de todas as horas, com quem vivi momentos de militância política no ME, de experiências acadêmicas no mestrado e, principalmente, de aprendizagem cotidiana sobre as coisas mais belas dessa vida. Suas contribuições, no processo de co-orientação desse trabalho, foram fundamentais.

- Zélia, pela concepção e vivência de um processo de orientação democrático e pela presença amiga e solidária no decorrer do mestrado.

- Anita Aline, pela presença forte, competente e decisiva nos rumos do mestrado de Serviço Social - UFPE. Pela disponibilidade, atenção e carinho com que sempre me tratou, inclusive, nas horas de “cobranças” ou divergências.

- Mary, pela transcrição de parte das entrevistas e pelo carinho e solidariedade divididas no aconchego do lar. Seu apoio e disponibilidade contribuíram muito no processo de conclusão desse trabalho.

- Socorro (Côca), por me fazer sentir que vale a pena acreditar no ser humano... pelos gestos, olhares, sorrisos, conversas compartilhadas no mestrado e, sobretudo, na vida. Obrigada, também, a você e ao Cirilo, pelas acolhidas sempre carinhosas na “nossa casa” em Recife.

- Moema e Ângela Nascimento, pelo diálogo fraterno, pelas inquietações, polêmicas e descobertas divididas ao longo do mestrado.

- Gláucia, por me fazer redescobrir a emoção de construir amigos(as), mostrando-me que *“amizade é um encontro que não tem dia nem hora para acontecer (...) Ela aparece quando menos se espera e em circunstâncias que o tempo e o espaço não podem conter dentro da gente”*. Sua presença amiga foi muito importante na reta final da produção dessa dissertação.

- Derleide, pela contribuição solidária na realização e transcrição de boa parte das entrevistas.

- Valdênia (Val) e Maurílio Matos, pela socialização de textos, documentos e informações sobre o ME.

- Gardênia e Fatinha, pelo apoio e pelo envio de materiais que muito me ajudaram.

- Maria Luiza, Sandra, Alexandre (Baumer) e Gerardo(s) pela “força” que sempre me deram em todos os momentos e pela amizade verdadeira que construímos ao longo do tempo.

- Tia Alzenir e tio Saddock, pelo carinho e incentivo que sempre me deram e pela acolhida nas minhas passagens por Natal.

- Joedson e Nonato, pela acolhida amiga e pelas conversas interdisciplinares que tivemos em Mossoró.

- Laura, André e Wellington, por serem especiais na minha vida e por estarem sempre comigo *“mesmo que o tempo e a distância digam não”*.

- Dirigentes entrevistados(as), pela disponibilidade e atenção em concederem as entrevistas, socializando suas “aventuras” no MESS.

- Júnior, pela paciência, calma e atenção nas idas e vindas da digitação deste trabalho.

- Lucilene, pela atenção e pelo cuidado na revisão desta dissertação.

- Conceição Pio, Socorro Osterne e Eliana, professoras da graduação, na UECE, que sempre acreditaram no meu potencial, incentivando-me a cursar o mestrado e a prosseguir buscando novos conhecimentos vida afora.

- Colegas da Faculdade de Serviço Social da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, pela liberação parcial das minhas atividades docentes, tão importante na reta final desse processo de produção científica.

- CNPQ e URRN, pelo reconhecimento e efetivação do direito à bolsa de estudo, sem a qual seria impossível ter cursado o mestrado.

- Companheiros(as) do Centro Acadêmico de Serviço Social da UFRN, pela possibilidade de vivermos a rica experiência de assessoria no ME.

- Companheiros(as) do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social da UECE e da SESSUNE/ENESSO, pela vivência e aprendizagem cotidiana num espaço coletivo que contribuiu, decisivamente, para ser o que sou hoje, no plano pessoal, político e profissional.

LISTA DE SIGLAS

ABESS	- Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ANAS	- Associação Nacional dos Assistentes Sociais
ANDES	- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
CA	- Centro Acadêmico
CALSS	- Centro Acadêmico Livre de Serviço Social
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior
CBAS	- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPSS	- Centro de Estudo e Pesquisa em Política Social e Serviço Social
CFAS	- Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CONEG	- Conselho Nacional de Entidades Gerais
CONESS	- Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CORESS	- Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CORETUR	- Conselho de Representantes de Turma
CPC	- Centro Popular de Cultura
CRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DA	- Diretório Acadêmico
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
ENEPT	- Encontro Nacional de Estudantes do PT
ENESS	- Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESSO	- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENEX	- Encontro Nacional de Executivas de Curso
ERESS	- Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social
FASUBRA	- Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras
FEAB	- Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil
GAPA	- Grupo de apoio e prevenção a AIDS
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
ME	- Movimento Estudantil
MEC	- Ministério da Educação e Cultura

MESS	- Movimento Estudantil de Serviço Social
MS	- Movimentos Sociais
NMS	- Novos Movimentos Sociais
ONG's	- Organizações Não-Governamentais
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PET	- Programa Especial de Treinamento
PFL	- Partido da Frente Liberal
PLP	- Partido da Libertação Proletária
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	- Partido dos Trabalhadores
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SESSUNE	- Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE
UBES	- União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UCSal	- Universidade Católica de Salvador
UDR	- União Democrática Ruralista
UECE	- Universidade Estadual do Ceará
UFPA	- Universidade Federal do Pará
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNE	- União Nacional dos Estudantes

RESUMO

Este é um estudo sobre a organização e a ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), para analisar se na relação que este estabelece com outros sujeitos coletivos fica expresso um compromisso político com as classes subalternas.

O trabalho visa a compreender a ação política do MESS, através da análise das suas reivindicações, lutas, propostas, conflitos, negociações, oponentes e aliados.

A construção do objeto de estudo dá-se na perspectiva do materialismo histórico e dialético, pela fecundidade desse referencial para o entendimento de processos coletivos de organização, posto que viabiliza a análise da vinculação orgânica entre a dimensão econômica e a político-ideológica.

A pesquisa de campo foi realizada durante o ano de 95, a partir da abordagem qualitativa, apoiando-se na análise de documentos produzidos pelas diretorias da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), de 1988 a 1995 e nas entrevistas realizadas com 9 (nove) dirigentes dessa entidade.

Os resultados do estudo permitem considerar que: a) o Movimento Estudantil (ME), como movimento social, constitui, na contemporaneidade, um dos ambientes de exercício cotidiano da ação política, que, compreendida como ação histórica, humana e criadora, realiza-se em múltiplas esferas da vida social; b) o ME, ao influir na esfera cultural, contribuindo para a formação da consciência crítica dos(as) estudantes e para a modificação de valores gerados em meio à sociedade capitalista, incorpora-se na luta pela hegemonia de um projeto societário não capitalista; c) O MESS alia-se à classe subalterna na defesa dos seus interesses, por via da relação com partidos políticos de esquerda, com movimento sindical cutista, com outras entidades estudantis e com as entidades da categoria profissional das(os) assistentes sociais, que, também, lutam pelos interesses dessa classe.

SUMMARY

This is a study about the organization and the political action of the Social Service Student Movement - Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), to analyse if in the relation established among the other collective subjects is expressed a political compromise with the low social classes.

This piece of writing has as its main objective to understand the political action of MESS by analyzing its claims, fights, proposals, conflicts, negotiations, people against and for it.

The construction of this object in study occurs on the perspective of the historical and dialectal materialism, for the richness of this referential subject to make understandable the organization collective processes; as it makes easy the analysis of the organical link between the economical and the political-ideological dimensions.

The field research was done during 95, from a qualitative approach, it is based on documents analysis produced by the directories of the National Executive of Social Service Students - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESCO), from 1988 to 1995 and on interviews done with 9 (nine) representative people of this entity.

The results of this study allows the following considerations: a) the Student Movement - Movimento Estudantil (ME), as a social movement, builds at the present days one of the environments of the daily exercise of the political action that, seen as historical, human and generating action, it is spread in multiple levels of the social life; b) the ME, by influencing the cultural level, contributes to build the critical opinion of the students and to change the values created among the capitalist society; it takes part of the fight for the hegemony of a non-capitalist partner project; c) the MESS together with the low social class fights for the defence of its own interests, due to the relation it keeps with the political parts from the left, with the syndicalist movement, with other student entities and with entities of the social assistant professionals category, that also fights for the interests of this class.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - A ação política dos Movimentos Sociais: um processo humano e criador realizado por sujeitos históricos	28
1.1 - Revisitando a noção de ação política.....	28
1.1.1 - A construção de uma noção histórica de política.....	29
1.1.2 - Atualizando a concepção de política: os desafios contemporâneos.....	39
1.2 - Movimento Social: um dos sujeitos da ação política.....	41
1.3 - O Movimento Estudantil e a construção cotidiana do fazer político.....	46
CAPÍTULO II - O Movimento Estudantil na travessia da conjuntura pós-ditadura militar no Brasil	51
2.1 - O projeto educacional das classes dominantes e do ME: visões em confronto.....	51
2.2 - O processo de reconstrução do ME: trajetória histórica e lutas....	61
2.3 - O M.E. e os “Novos Movimentos Sociais”.....	72
CAPÍTULO III - O processo de organização política dos(as) estudantes de Serviço Social no plano nacional: resgate e perspectivas históricas	80
3.1 - Recriando horizontes para o ME: da UNE às Executivas de Curso.....	80
3.2 - Construindo “a beleza de ser um eterno aprendiz”: o perfil do(a) dirigente estudantil de Serviço Social.....	87
3.3 - SESSUNE/ENESSO: gênese e estrutura organizativa.....	100
CAPÍTULO IV - Ação política do MESS: a que será que se destina?	112
4.1 - Concepções e propostas sobre a sociedade, a universidade e a formação profissional em Serviço Social.....	112
4.2 - Os (des)caminhos da organização política estudantil.....	120
• As estratégias elaboradas para a materialização das suas lutas.....	120
• As propostas das gestões da SESSUNE/ENESSO.....	123
• Suas lutas e conquistas.....	130
• As propostas da oposição à diretoria da executiva.....	139
4.3 - Rompendo o isolamento: aliados e opositores no processo da ação política.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
BIBLIOGRAFIA	161
ANEXOS	175

INTRODUÇÃO

*“Só quem deseja fortemente identifica os elementos
necessários à realização da sua vontade”*

(Antônio Gramsci)

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, no Brasil, desenvolvem-se processos diferenciados de mobilização da sociedade civil que se refletem na organização de diversos movimentos sociais (MS). O Movimento Estudantil (ME) constitui-se um dos sujeitos coletivos presentes no cenário político-nacional, nesse período, como um importante meio de expressão coletiva da juventude.

A década de 70 representa um momento importante no processo de transição para um Estado de Direito, de ruptura com o regime político autoritário em que estava mergulhada a sociedade brasileira desde o golpe de abril de 1964. Nesse contexto político, surgem diferentes sujeitos coletivos que, após um período de privação do seu direito de livre expressão e associação, retornam à cena política e se mobilizam e organizam.

Muitas lutas travadas e importantes conquistas de direitos sociais, em meio à sociedade civil, contribuíram para esse processo de transição, destacando-se: a emergência do novo sindicalismo no ABC-São Paulo, a efervescência do movimento de bairro, o surgimento de diversos tipos de MS (feministas, étnicos, ecológicos, homossexuais etc) e a criação de novos partidos políticos, a partir da reformulação partidária de 1979, que pôs fim ao bipartidarismo, permitindo a intervenção social de uma pluralidade de práticas partidárias.

A juventude brasileira integrou vários desses espaços de participação política e social, especialmente, os movimentos de bairro, o movimento negro, o movimento de mulheres, o movimento homossexual, a pastoral da juventude e a participação nas instâncias estudantis. Privilegiaremos, neste trabalho, a inclusão dos(as) jovens no Movimento Estudantil universitário, movimento perpassado pelas dimensões de geração, classe, gênero e raça.

O ME, como outros movimentos sociais, reorganiza-se nesse período, retornando à ação político-nacional em 1979, com a realização do Congresso de Reconstrução da UNE¹. Nos anos anteriores, os(as) estudantes procuravam revitalizar seus fóruns e entidades, contribuindo, de forma decisiva, para a organização da base do movimento e para a reconstrução da UNE. Os(as) estudantes de Serviço Social, participam do processo de revigoração das entidades estudantis e se reorganizam a partir do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) em 1978. Esse período marca, também, intensa movimentação dos(as) assistentes sociais que voltam a realizar os seus congressos e a dinamizar as suas entidades.

Mudanças ocorridas na sociedade brasileira, nos anos 80/90, levam os MS a experimentarem redefinições da sua função social e nas suas estratégias de ação. Apresenta-se, a necessidade da elaboração de uma nova perspectiva interventiva para o ME, impelindo o movimento a buscar, nas lutas pela construção de uma nova ordem social, uma forma de participação distinta das de outras épocas.

A importância desta pesquisa consiste em contribuir para a análise do processo de organização da sociedade civil, no período que compreende o final dos anos 80 e início dos 90, através do estudo da ação política dos(as) estudantes de Serviço Social, bem como na contribuição para o processo de discussão da formação profissional do(a) assistente social, à medida que estudamos a ação de um dos sujeitos desse processo: os(as) estudantes.

A discussão sobre os MS perpassa o projeto profissional hegemônico do Serviço Social, no plano nacional, que nos anos 80

“apontou para a defesa dos processos de mobilização, organização e reivindicação de direitos e políticas sociais públicas no bojo dos movimentos

¹ Esse ano foi um marco no processo de abertura política, a partir, sobretudo, da aprovação da anistia.

organizados da sociedade (...) Hoje além de dar continuidade a esse projeto, o Serviço Social atualiza sua inserção e o seu significado social ao transformar em desafios profissionais outras situações que retratam o grau de avanço e conquista dos trabalhadores no momento atual” (ABESS/CEDEPSS, 1996: 165).

Essa perspectiva é referendada no Código de Ética dos(as) Assistentes Sociais que afirma a *“opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia ou gênero”*. Essa concepção, presente no meio profissional, propiciou a emergência de diversos estudos e pesquisas relacionados aos Movimentos Sociais.

O Mestrado de Serviço Social da UFPE possui sua área de concentração relacionada aos Movimentos Sociais e Direitos Sociais, na qual se enquadra este trabalho cujo objetivo consiste em analisar a ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), a partir da caracterização da sua forma de organização, do delineamento das diferentes propostas de ação e da identificação das alianças com outros sujeitos coletivos, para a contestação da ordem social vigente.

A opção por este tema tem origem na experiência vivida no ambiente universitário, sobretudo naquela relacionada à participação no ME e à assessoria a algumas entidades estudantis de Serviço Social nos últimos três anos². Estas experiências permitiram o contato com a realidade cotidiana do movimento: seus problemas, lutas e desafios.

Nos anos 90, no Brasil, a produção na área das Ciências Sociais e do Serviço Social tem secundarizado os estudos sobre os movimentos organizados que têm como protagonistas os(as) jovens. As pesquisas acadêmicas *“viraram sua atenção ao mundo das periferias, deixando de lado os estudos anteriores do movimento estudantil dos anos 60 e*

² Essa assessoria está sendo realizada pela autora desse trabalho e por mais duas professoras, junto ao Centro Acadêmico de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (3 últimas gestões) e à Coordenação da região II da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (8ª gestão).

da subcultura anarquista dos anos 70. Esses recentes estudos refletem a transferência do olhar sociológico do movimento político explícito para os movimentos culturais subalternos, o mundo dos punks e darks, dos funkeiros, dos rappes” (Mische, 1996: 25). A contribuição deste estudo consiste em preencher uma lacuna, considerando, assim, a complexidade política dos anos 90, na qual se insere a questão da organização dos(as) estudantes no quadro contraditório de avanços e recuos da sociedade civil.

Referindo-se a um período recente (anos 90), este trabalho contribui na análise do Movimento Estudantil no Brasil, posto que a maioria dos estudos existentes reporta-se ao período dos anos 60. Podemos destacar alguns estudos importantes na discussão dessa temática, como os de Albuquerque, Poerner, Sanfelice e Martins Filho, dentre outros. Albuquerque (1977: 11), realizou em 1968, um estudo sobre “Movimento Estudantil e consciência social na América Latina” que objetivou analisar como os(as) jovens se inseriam na experiência universitária, e como os(as) estudantes se integrariam posteriormente na vida profissional, que supostamente apresenta outras exigências e valores.

Um marco na sistematização da história do ME foi a publicação, em 1968, de “O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros” (Poerner, 1979), que realiza um resgate histórico do ME brasileiro desde a Colônia até as décadas de 60/70, constituindo-se em uma obra imprescindível para o conhecimento da organização nacional desse segmento.

Especificamente sobre a década de 60, existem, entre outros, dois estudos importantes: “Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64” (Sanfelice, 1986) e “Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964/1968” (Martins Filho, 1987). Estes trabalhos resgatam o papel social do ME e da UNE nessa década. O primeiro investigou a produção teórica da UNE, no sentido de explicitar as posições políticas que tiveram, nacionalmente, hegemonia no ME. O segundo trabalho traz preciosas contribuições

teóricas para a definição da situação de classe, do caráter social da participação do ME, partindo do pressuposto de que a análise desse movimento só pode ser realizada em conjunturas determinadas, daí o seu caráter histórico e dinâmico.

Outros trabalhos foram produzidos sobre a participação estudantil no plano nacional nos anos 60/70, a saber: “Política e Universidade: a consciência estudantil (1964-1979)” (Hayashi, 1986) e “Os limites do movimento estudantil (1964-1980)” (Cavalari, 1987). Todos esses estudos, excetuando-se o de Guilhon e Poerner, foram realizados em cursos de mestrado de universidades paulistas.

Este período foi também analisado em algumas dissertações que tiveram como objeto de estudo a ação política do ME em realidades nordestinas, dentre estes podemos citar: “Estudantes e Política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)” (Silva, 1989), “A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)” (Andrade, 1994) e “A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano” (Oliveira, 1994). A novidade desses estudos reside na sistematização de experiências organizativas em âmbito regional, que, embora recebendo influências nacionais trazem especificidades do contexto local em que se geram. Nesse sentido, entendemos, conforme SILVA (1989: 18), que *“a história do ME universitário no Brasil é insuficiente se não contempla as especificidades das lutas desencadeadas em outros pontos do país”*.

No plano do MESS existem alguns trabalhos de cursos de graduação³, sendo a

³ Destacam-se quatro monografias: “História dos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (1978-1988)” (Pequeno, 1990); “O Movimento Estudantil do Serviço Social no Brasil: trajetória e contribuições para formulação de um projeto de prática profissional a partir das demandas populares” (Martins, 1992); “‘Se muito vale o já feito, mais vale o que será’ - um estudo sobre a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (1988-1995)” (Matos, 1996), em âmbito nacional e o trabalho da autora dessa dissertação - “A participação docente e discente no processo de construção da formação profissional do assistente social na UECE - 1989/1990” (Ramos, 1992). A primeira e terceira monografias citadas, foram elaboradas na UFRJ (Rio de Janeiro), a segunda na UFMA (Maranhão) e a última na UECE (Ceará).

pesquisa ora em tela uma das primeiras contribuições na pós-graduação⁴, apresentando uma novidade: o privilegiamento da análise do ME por área de conhecimento, resgatando, também nesse âmbito, a trajetória das executivas de curso. Esse estudo é importante para a análise da organização da base do movimento, assim como das suas redefinições estratégicas nos anos 80/90.

Na construção teórico-metodológica do objeto de estudo buscamos uma fundamentação no campo do materialismo histórico e dialético. Este fecundo referencial permite a análise de práticas políticas, que intencionem contribuir para a crítica da sociedade capitalista, apontando suas contradições e perspectivas de superação.

Nesse sentido, a reflexão sobre *“o caminho ou caminhos seguidos pelo cientista em seu trabalho nas diversas fases da proposição da pesquisa e de sua realização, em lugar de estar orientada por normas ou por valores ideais, estaria orientada pela própria práxis, pela ação do cientista sobre a realidade”* (Queiroz, s/d: 27).

Recorremos à teoria marxista, na elaboração teórica do objeto de estudo, privilegiando o pensamento gramsciano, para a compreensão da ação política como um processo histórico e à discussão acerca da esfera cultural, na qual o ME contribui, na formação de consciências críticas e na modificação de valores gerados na sociedade capitalista.

A pesquisa empírica abrange o período que vai de 1988 a 1995. A escolha desse período obedeceu aos seguintes critérios:

- a consolidação do processo de institucionalização de uma ordem democrática no campo político (retorno ao Estado de direito), que vinha sendo gerado desde os anos 70,

⁴ Nos anais dos dois últimos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais - CBAS (1992 em São Paulo e 1995 em Salvador) não encontramos nenhum trabalho sobre Movimento Estudantil, o que demonstra ser este estudo um dos primeiros nesse âmbito.

mas que se solidifica com acontecimentos como a Constituinte e as eleições diretas para presidente da República;

- o momento de efervescência e organização da sociedade civil, considerando-se a ação dos movimentos sociais e estudantis;

- o questionamento e a redefinição de estratégias de ação política do ME e das suas entidades de base e;

- a criação, no ano de 1988, da entidade nacional representativa das(os) estudantes de Serviço Social (SESSUNE/ENESSO).

Considerando-se o objeto de estudo, optamos pela pesquisa histórica. Esse tipo de análise pressupõe a produção de um registro do passado, através da descrição do desenvolvimento de um fato no transcorrer do tempo, contribuindo, então, para a solução de problemas atuais.

A análise dos dados na pesquisa histórica privilegia a abordagem qualitativa que

“parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (Chizzotti, 1991: 79).

As fontes da pesquisa histórica classificam-se em fonte primária (aquela produzida pelo(a) pesquisador(a)) e fonte secundária (aquela que outros produziram e que o(a) pesquisador(a) utiliza). Estas podem ser, ainda, animada ou inanimada. A primeira

“refere-se a uma pessoa que relata algum fato que ocorreu com ela ou um acontecimento do qual participou. Por exemplo, o relato de um prisioneiro de guerra ou um relato de um participante de um movimento político. A segunda refere-se a objetos físicos, tais como os

que existem em um museu, materiais que reproduzem registros diretos de um acontecimento, discos, fotografias, fitas, etc, e materiais escritos, tal como transcrições oficiais de uma reunião” (Richardson, 1985: 207) (Grifo nosso)

Utilizamos, na nossa pesquisa, tanto materiais escritos (documentos - fontes secundárias e inanimadas), como relatos de participantes (entrevistas - fontes primárias e animadas).

Os materiais escritos analisados foram os principais documentos produzidos no âmbito da entidade nacional dos(as) estudantes de Serviço Social no período proposto, tais como: estatutos, relatórios de encontros, textos, teses, programas e projetos⁵. É importante registrarmos a dificuldade para reunir os documentos, o que se deve em grande parte, à dificuldade de os movimentos (entidades) arquivarem os materiais e à rotatividade anual da escola que sedia a executiva nacional. Evidenciamos, ainda, que o grau de elaboração dos documentos é incipiente, em virtude do curto período de existência da entidade nacional do MESS. Esses documentos utilizados foram submetidos à análise documental, na qual elaboramos um tratamento da informação contida com o fim de

“dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo)” (Bardin, 1977: 45).

Com referência aos relatos dos(as) dirigentes do MESS, estes foram colhidos através da técnica da entrevista semi-estruturada, que

“parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu

⁵ Ver a relação dos documentos utilizados na bibliografia nas págs. 170 a 173.

pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa” (Trivinos, 1987: 146).

Esse tipo de entrevista adequa-se à análise qualitativa, na medida que permite que o(a) pesquisador(a) mantenha uma presença consciente e atuante, considerando, ao mesmo tempo, a relevância do sujeito entrevistado. Essa característica contribui para a descrição, explicação e compreensão dos fenômenos sociais numa perspectiva de abrangência da sua totalidade.

Nesse sentido, a entrevista semi-estruturada atende a alguns pressupostos da metodologia qualitativa, como: a descrição da complexidade de determinado problema, a compreensão e classificação de processos dinâmicos vividos por grupos sociais e o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (Richardson, 1989).

Essa técnica, como algumas outras voltadas para a interpretação de dados subjetivos, possui limitações quanto à validade dos dados que permitam captar. Isto acontece porque, na entrevista semi-estruturada, o(a) pesquisador(a) baseia-se em depoimentos pessoais e na memória de sujeitos sociais. Neste caso, as informações poderiam ser distorcidas, deturpadas por falha de memória, omissão ou pela ideologia dos(as) entrevistados(as). Haguette concorda que a reconstituição “de memória” pode

“estar imersa em reinterpretações, seja pela distância existente entre o fato passado e o depoimento presente que já incorpora possíveis mudanças de perspectiva ou de valores do ator social, seja porque o fato pode ser reinterpretado à luz dos seus interesses” (1992: 94).

A autora anteriormente citada argumenta, entretanto, que possíveis deturpações das informações causadas pelo componente ideológico permeiam as informações coletadas por várias técnicas, como entrevista, história de vida, história oral ou observação participante. Cabe então, ao(à) pesquisador(a), articular o maior número de técnicas que possibilitem a apreensão do objeto de estudo, considerando suas particularidades.

Neste estudo, as entrevistas foram realizadas com os(as) dirigentes estudantis das 8 (oito) gestões da SESSUNE/ENESSO⁶. Entrevistamos um dirigente de cada gestão, desde a sua criação em 88 até 95, e um membro da secretaria de formação profissional⁷, totalizando 9 (nove) entrevistas⁸. O critério de escolha dos(as) dirigentes foi a acessibilidade e disponibilidade em conceder as entrevistas.

Os depoimentos, dos(as) dirigentes da SESSUNE/ENESSO⁹, foram gravados e transcritos com a permissão dos(as) mesmos(as). As entrevistas foram realizadas na universidade, na casa ou local de trabalho do(a) entrevistado(a).

A entrevista possibilitou a captação de aspectos importantes da ação política do MESS, pois compreendemos que as lutas desenvolvidas pela SESSUNE/ENESSO, encontram-se no universo desse movimento, uma vez que a dimensão institucional é parte integrante da lógica da ação política empreendida por esse movimento. Nesse sentido *“a organização é também ação coletiva, porque comporta uma ação para a consecução de metas comuns e a ação coletiva implica a organização em algum momento, mesmo que não pareça estruturada no início”* (Boschi, 1987: 46).

O material empírico que foi levantado a partir dos documentos e da transcrição das entrevistas dos(as) dirigentes constitui-se num conjunto de informações, que foi

⁶ As oito gestões tiveram, respectivamente, as seguintes escolas sedes: UFRJ, UECE, UECE, UFPA, UECE, UCSal, UFRJ, UECE.

⁷ A entrevista a esse membro da Secretaria de Formação Profissional deve-se, basicamente, a duas questões. Primeiro, por se constituir um cargo novo para a SESSUNE/ENESSO. Segundo, por este membro entrevistado ter passado por duas gestões da executiva nacional (93-95), tendo em vista que a eleição para esse cargo, quando da sua criação, foi realizada durante a Conveção de ABESS, tendo, portanto, um mandato de dois anos, diferentemente dos outros cargos da diretoria SESSUNE/ENESSO que são eleitos anualmente no ENESS. (A criação desse cargo será analisada no item 3.3. desse trabalho). Esclarecemos, ainda, que o mandato desse membro coincide com o período delimitado para a investigação desse trabalho (88-95).

⁸ Para assegurar o anonimato e a privacidade dos(as) entrevistados(as), atribuímos os seguintes nomes fictícios: Montanha (1ª gestão), Areia (2ª gestão), Terra (3ª gestão), Arco-Íris (4ª gestão), Água (5ª gestão), Nuvem (6ª gestão), Sol (7ª gestão), Estrela (8ª gestão) e Lua (Secretaria de formação profissional).

⁹ Até a oitava diretoria da SESSUNE/ENESSO participaram, como dirigentes, o total de 91 estudantes. Vale considerar que durante as cinco primeiras gestões a diretoria era composta por 11 cargos, passando, da sexta em diante, para 12, tendo em vista a criação da secretaria de formação profissional.

submetido aos procedimentos da análise dos dados¹⁰.

Nesse sentido, procuramos inicialmente separar, nos documentos, os “acontecimentos” narrados das “avaliações” dos(as) informantes, para, num segundo momento, classificar temas comuns aos vários documentos. Identificamos quatro eixos temáticos: visão de sociedade, missão social da universidade, formação profissional do(a) assistente social e organização política estudantil. A partir dessa classificação, passamos à análise documental propriamente dita, em cujo processo de desenvolvimento, por reiteradas vezes, recorremos àqueles eixos para reordená-los

“segundo as questões colocadas no projeto de pesquisa, formando um todo coerente, isto é, uma síntese. Esta é constituída, pois, pela exposição de todos os resultados das várias etapas de pesquisa, que reproduz, sob uma outra forma inteiramente diversa, o conteúdo do documento” (Queiroz, 1980).

Os dados e informações coletados nas entrevistas serviram também para traçar o perfil sócio-político-cultural do(a) dirigente estudantil. A elaboração desse perfil deu-se a partir da compreensão de que *“a concepção dos projetos políticos dos movimentos passa pelo entendimento da composição de seus quadros dirigentes”* (Gohn, 1992: 39).

A sistematização dos resultados da pesquisa foi estruturada em quatro capítulos, obedecendo à seguinte ordem:

No primeiro capítulo, implementamos um esforço de construção da orientação teórica do estudo, trabalhando a noção de ação política, além de procurar precisar o nosso entendimento sobre movimento social e movimento estudantil.

No segundo capítulo, tecemos uma discussão sobre a relação da universidade com a sociedade, e ainda, estabelecemos articulações entre a atuação dos Novos

¹⁰ Utilizamos, nesse processo de tratamento dos dados, algumas reflexões de M^a Isaura Pereira de Queiroz contidas no seu livro “Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva”.

Movimentos Sociais nos anos 80/90 e a trajetória do ME brasileiro nesse período.

No terceiro capítulo, tratamos da organização do MESS destacando o papel do Movimento de Área e das Executivas de Curso. No percurso do capítulo recuperamos momentos da história do MESS e traçamos, também, o perfil do(a) dirigente estudantil, protagonista dessa história.

No quarto capítulo, desenvolvemos a análise das estratégias e propostas geradas na ação política do MESS e das alianças que o movimento implementou na materialização cotidiana de sua proposta política.

O processo de elaboração deste trabalho, como todos os momentos da vida, traz uma mistura de dor e delícia. O que somos, nossas vivências, paixões, crenças... estão também presentes no ato de escrever e expor idéias. Um dos maiores desafios, nesse processo, é manter-se fiel à compreensão de que *“a eloquência não substitui o pensamento, nem as afirmações corajosas ou as descrições coloridas ocupam o lugar de argumentos”* (Gramsci). Não nos deixar seduzir pela eloquência, afirmações e descrições superficiais é uma dificuldade, à medida que nos exige uma coerência teórico-metodológica, cujo processo de construção é complexo e difícil. No entanto, nos limites desse trabalho, procuramos enfrentar as dificuldades nos auto-desafiando e assumindo as responsabilidades pelas lacunas existentes. Acreditamos que os resultados dessa pesquisa possam contribuir com a prática cotidiana do ME e com a sistematização teórica de sua ação política nos anos 80/90. Sentimos, com a realização desta dissertação, tal como diz a canção, que: “quando a atitude de viver é uma extensão do coração, é muito mais que um prazer, é toda a carga de emoção que era um encontro com o sonho, que só pintava no horizonte, e de repente diz presente, sorri, e beija nossa fronte e abraça e arrebatava a gente, é bom dizer, viver valeu!”. Produzir este trabalho valeu!



CAPÍTULO I

“Ser de esquerda no mundo de hoje significa participar da reinvenção concreta de uma nova sociedade, baseada na justiça social e na solidariedade, na realização prática dos direitos de cidadania sem qualquer tipo de exclusão (...) significa realizar o sonho desses anjos tortos que acalentaram os desejos de felicidade perseguidos pelos homens e mulheres ao longo da história”

(Emir Sader)

CAPÍTULO I - AÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM PROCESSO HUMANO E CRIADOR REALIZADO POR SUJEITOS HISTÓRICOS

Neste capítulo delinearemos o caminho escolhido para a construção teórica do objeto de estudo. Abordaremos, assim, o sujeito e a ação privilegiados nesse trabalho, ou seja, os movimentos sociais e sua estratégia política, particularmente as relações que estabelece com outros sujeitos coletivos. A partir da discussão acerca do processo político-histórico construído pelos MS, destacaremos o Movimento Estudantil e as particularidades do seu fazer político.

1.1 - Revisitando a noção de ação política

A sociedade brasileira é permeada por complexas contradições, conflitos, lutas, em que estão presentes diferentes sujeitos que se mobilizam e agem na defesa de propostas para enfrentar uma série de problemas vivenciados no cotidiano da vida social. Nessa perspectiva, os MS constituem-se importantes vias de ação político-coletiva que se organizam para reivindicar determinados interesses.

A discussão sobre a ação política é central quando analisamos a questão das alianças em situações históricas concretas. Nesse sentido, vale ressaltar que a concepção de política já foi abordada por inúmeros analistas. Na abordagem marxista, recebeu um enfoque materialista, histórico e dialético que compreende a realidade como totalidade contraditória, multifacetada, na qual se evidencia um conjunto de relações constitutivas do ser social, envolvendo antagonismos e/ou conflitos passíveis de apreensão tão-somente mediante uma reflexão crítica que leve em conta a historicidade, a contradição e o

movimento da sociedade. A concepção de política sofreu, nesta interpretação, transformações que lhe enriqueceram a análise.

1.1.1 - A construção de uma noção histórica de política

Nessa abordagem consideraremos a discussão da noção de política em Gramsci, evidenciando as contribuições de Marx e Lenin, autores preocupados em analisar a organização coletiva das classes trabalhadoras e sua estratégia política de alianças, no sentido de reverter a ordem social capitalista.

Em Marx (1990: 17), a noção de política adquire novos contornos, nos quais homens e mulheres são os sujeitos da construção histórica, na medida em que

“(...) fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas sim nas condições diretamente determinadas ou herdadas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa inexoravelmente no cérebro dos vivos. E mesmo quando estes parecem ocupados em transformar-se, a eles e as coisas, em criar algo de absolutamente novo, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que evocam com inquietação os espíritos do passado, que lhes tomam de empréstimo os seus nomes, as suas palavras de ordem, os seus costumes, para entrarem na cena da história sob esse disfarce venerável e com essas palavras emprestadas”.

Essa historicidade proposta por Marx é um dos fundamentos de sua perspectiva teórica, que vislumbra a ação coletiva dos indivíduos no processo de construção de uma formação social antagônica à capitalista. Daí a pertinência desse enfoque na análise da ação política dos movimentos sociais populares, que gestam suas ações, tendo por base experiências coletivas passadas, recriando-as a partir de suas realidades concretas.

Nessa perspectiva, a política tem suas condições de existência determinadas nos diferentes modos de produção, de acordo com as particularidades quanto à sua gênese e ao seu desenvolvimento e ainda com suas formas de reprodução na história de cada sociedade.

Marx analisou as relações políticas em um modo de produção específico, o capitalista, que

“(...) constitui um regime de produção de tipo especial, e que corresponde a uma condicionalidade histórica específica; que, como qualquer outro regime de produção concreto pressupõe, como condição histórica, uma determinada fase das forças sociais produtivas e de suas formas de desenvolvimento, condição que é, por sua vez resultado e produto histórico de um processo anterior”.
(1987: 75)

A partir da crítica à sociedade capitalista burguesa, Marx articula o político e o econômico. Para ele, as relações econômicas e políticas compõem as relações de produção, na medida em que produzem e reproduzem a vida na sociedade.

Nesse entendimento, o político adquire feições diferenciadas nas distintas formações sociais. Nas sociedades pré-capitalistas, o político não existia como nível específico, com lógica e estrutura própria, devido à ausência de separação radical entre a força de trabalho e os meios de produção e à inexistência do cidadão (ser social independente de sua relação com os meios de produção). É com o advento do capitalismo que surge a autonomia do político. Isso porque a separação entre os meios de produção e a força de trabalho leva as relações políticas a desempenharem um papel ideológico e de organização social (Sader, 1993).

Nesse sentido, o político está presente nas relações sociais permeadas pela estrutura de classe e pelos mecanismos de poder, sendo determinado pela formação econômica da sociedade.

Tem-se em Marx (1988: 19) que o desenvolvimento da formação econômica da sociedade *“(...) como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas”.*

A partir dessas reflexões, Marx formula uma estratégia política para a luta da classe trabalhadora contra a exploração capitalista, aventando a idéia de aliança da classe operária com o campesinato, sob a direção da primeira. A concepção de aliança de classe é desenvolvida, principalmente, em “As lutas de classes na França (1848-1850)”, no qual Marx elabora as teses mais importantes da tática revolucionária do proletariado, a partir da experiência prática da luta revolucionária das massas.

A atualidade da formulação marxiana no que diz respeito à política reside nas suas análises sobre a historicidade da ação política dos sujeitos, na necessidade do conhecimento da estrutura econômica para compreensão das relações sociais, dos mecanismos de poder e da construção de alianças na luta política.

Lenin, preocupado com a questão da organização política dos trabalhadores, segue a perspectiva de Marx, desenvolvendo sua reflexão do político ao discutir o caráter, as tarefas, as alianças e os planos de construção da organização política da social-democracia russa no início desse século¹¹. O debate sobre qual a melhor forma de organização dos revolucionários é sistematizado, sobretudo, em “Que fazer?”, fonte indispensável da teoria política marxista.

Nessa obra¹², Lenin critica a postura do “economicismo”, presente na social-democracia russa, mostrando que esta defende uma noção equivocada de política.

Os “*economicistas*” “(...) *não negam absolutamente a ‘política’, mas se desviam constantemente da concepção social-democrata em direção à concepção sindical da política*” (Lenin, 1988:43). Priorizavam a luta econômica (luta sindical) como o meio mais eficaz e aplicável para levar as massas à luta política, reduzindo a classe operária, em

¹¹ O sentido de social-democracia, nesse contexto, refere-se a um projeto revolucionário. No processo histórico de discussões entre os seus seguidores houve uma mudança dessa noção que passou a representar os reformistas, enquanto o comunismo englobou os revolucionários.

¹² Escrita originalmente em 1902, a partir de idéias expostas no artigo “Por Onde Começar?” (1901).

essência, apenas a um de seus aspectos: a venda de sua força de trabalho. A partir dessa conceituação, os “economicistas” aplicaram a agitação política no terreno meramente econômico. Assim, ao defenderem a luta econômica dos operários contra os capitalistas e o governo, os representantes dessa corrente constituíram exatamente a política sindical, que se diferencia muito da política social-democrata.

Na crítica à visão “economicista”, Lenin argumenta:

“Será verdade que a luta econômica é, em geral, ‘o meio mais amplamente aplicável’ para levar as massas à luta política? Isto é absolutamente falso. Todas as manifestações, quaisquer que sejam elas (...) e não apenas as ligadas à luta econômica, constituem um meio não menos ‘amplamente aplicável’ para tal ‘integração’” (1988:47).

Complementa, ainda, afirmando que a social-democracia revolucionária apresenta reivindicações ao governo *“não somente no terreno da luta econômica, mas também no terreno de todas as manifestações, quaisquer que sejam, da vida política e social”* (1988:50) (grifo nosso).

Nessa concepção, os espaços considerados para a política são ampliados, passando a envolver outras manifestações de opressão, não-diretamente ligadas ao econômico. Assim, são manifestações políticas: a perseguição às seitas, o regime de caserna imposto aos(as) estudantes e intelectuais, a corrupção dos(as) funcionários(as), a opressão policial, os castigos corporais contra os(as) camponeses(as), a luta contra os famintos, a campanha repelindo a aspiração do povo à instrução e à ciência, dentre outras.

Percebemos aí diversas lutas sociais (liberdade de expressão, moralização do público, luta contra opressão policial etc) como manifestações políticas, que, por sua vez, não se restringem apenas à dimensão econômica.

Dessa forma, podemos afirmar que os MS e o ME, em particular, são espaços políticos, à proporção que suas lutas expressam demandas que não se limitam, necessariamente, à dimensão econômica, englobando outras dimensões da realidade.

Embora, na visão leninista, as várias dimensões das lutas sociais sejam reconhecidas como componentes da política, o partido político é tido como o espaço verdadeiramente político - o *locus* privilegiado de organização política da sociedade, ou seja, das classes sociais. Para ele

“(...) a organização de um partido social-democrata revolucionário deve necessariamente constituir um gênero diferente da organização dos operários para a luta econômica (...); a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária (...) aos membros de tal organização, deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais e, ainda com maiores razões, entre as diversas profissões de uns e de outros.” (Lenin, 1988: 87).

O partido político, espaço privilegiado de organização das classes sociais, conduziria, através de sua vanguarda, a teoria revolucionária para a experiência política do movimento operário de massas, movimento este que se define nos limites da relação capital-trabalho.

Para o leninismo o partido é o centro indispensável que *“através da luta ideológica e política constitui a classe como tal, isto é, não apenas em termos de seus interesses globais, mas como foco catalisador da totalização social em curso no processo de substituição do capitalismo”* (Sader, 1993: 147).

Considerado o principal espaço de ação política dos revolucionários pelo leninismo, o partido político continua sendo, na contemporaneidade, um ambiente importante de organização, não se constituindo, entretanto, no *locus* político privilegiado, à medida

Dessa forma, podemos afirmar que os MS e o ME, em particular, são espaços políticos, à proporção que suas lutas expressam demandas que não se limitam, necessariamente, à dimensão econômica, englobando outras dimensões da realidade.

Embora, na visão leninista, as várias dimensões das lutas sociais sejam reconhecidas como componentes da política, o partido político é tido como o espaço verdadeiramente político - o *locus* privilegiado de organização política da sociedade, ou seja, das classes sociais. Para ele

“(...) a organização de um partido social-democrata revolucionário deve necessariamente constituir um gênero diferente da organização dos operários para a luta econômica (...); a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária (...) aos membros de tal organização, deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais e, ainda com maiores razões, entre as diversas profissões de uns e de outros.” (Lenin, 1988: 87).

O partido político, espaço privilegiado de organização das classes sociais, conduziria, através de sua vanguarda, a teoria revolucionária para a experiência política do movimento operário de massas, movimento este que se define nos limites da relação capital-trabalho.

Para o leninismo o partido é o centro indispensável que *“através da luta ideológica e política constitui a classe como tal, isto é, não apenas em termos de seus interesses globais, mas como foco catalisador da totalização social em curso no processo de substituição do capitalismo”* (Sader, 1993: 147).

Considerado o principal espaço de ação política dos revolucionários pelo leninismo, o partido político continua sendo, na contemporaneidade, um ambiente importante de organização, não se constituindo, entretanto, no *locus* político privilegiado, à medida

que surgiram, em meio ao processo de desenvolvimento do capitalismo, diversos tipos de movimentos sociais.

No que diz respeito à questão das alianças, Lenin reforça o pensamento de Marx, ao defender a aliança operário-camponesa. Nesta perspectiva, os proletários organizam-se enquanto *vanguarda* na luta revolucionária. A respeito, Lenin assegura que:

“(...) não apenas podemos, mas devemos dirigir, de qualquer forma, essa ‘atividade intensa das diferentes camadas da oposição’ se quisermos ser a ‘vanguarda’ (...) nós devemos assumir a organização de uma ampla luta política sobre a direção de nosso partido, a fim de que todas as camadas da oposição, quaisquer que sejam, possam prestar e prestem efetivamente a essa luta, assim como a nosso partido, a ajuda de que são capazes” (1988: 67).

Lenin argumenta dessa forma que, na luta anti-capitalista, faz-se necessária a aliança entre os(as) operários(as) e as diversas camadas de oposição, sob a direção do partido revolucionário. Ressalta, ainda, a contribuição que os(as) estudantes podem fornecer aos(as) operários(as) “estimulando” a sua luta ao levar “*o pouco conhecimento político que eles próprios tinham, os fragmentos de idéias socialistas que puderam recolher(...)*” (Lenin, 1988: 99). A socialização do saber é nesse sentido, a contribuição que os(as) estudantes podem “emprestar” na sua aliança com o movimento operário.

Considerando alguns pressupostos do pensamento leninista e o desenvolvimento e as mudanças na sociedade contemporânea, Gramsci elabora novos elementos em torno da noção de política, enriquecendo, assim, o debate no âmbito do pensamento marxista.

A política relacionada à questão da hegemonia é um dos núcleos prioritários da abordagem gramsciana¹³. Gramsci, em seus estudos, desenvolveu os aspectos políticos que haviam sido tratados de forma superficial pelo economicismo da Segunda Internacional, os

¹³ As análises que se seguem sobre a concepção de política em Gramsci baseiam-se em Coutinho (1989 e 1994).

quais foram amplamente difundidos sob o signo do marxismo-leninismo.

Na discussão sobre a política como ciência autônoma, Gramsci demonstra que a política se identifica com a economia, ao mesmo tempo em que se distingue desta.

“Por isso pode-se falar separadamente de economia e de política e pode-se falar da ‘paixão política’ como um impulso imediato à ação, que nasce no terreno ‘permanente e orgânico’ da vida econômica, mas supera-o, fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas daquelas do proveito individual etc.” (Gramsci, 1989:14).

No âmbito do materialismo histórico e dialético, Gramsci define a política como a esfera do coletivo que reúne sentimentos, aspirações e leis próprias, sendo relativamente autônoma em relação à dimensão econômica e sofrendo, simultaneamente, influências desta. No seu pensamento, a economia determina a política, sem imposições mecânicas de resultados, mas condicionando as alternativas que se colocam para a ação do sujeito.

Sobre a questão das relações de forças, podemos identificar, no pensamento gramsciano, a fase da relação das forças políticas, que permite a avaliação do grau de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Dessa forma, Gramsci mostra, como são processados os momentos da consciência político-coletiva manifestados na história. O primeiro momento é o econômico-corporativo, em que existe unidade homogêneo-corporativa de um grupo profissional. Num segundo momento, projeta-se esta unidade para um grupo social mais amplo que se caracteriza pela solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social. Um terceiro,

“é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente política (...)” (Gramsci, 1989: 50)

Os grupos sociais, nessa fase, consolidam alianças em lutas de caráter não-corporativo, no sentido de criar, no terreno sócio-político-cultural, a hegemonia de um grupo social fundamental: a classe subalterna.

Na análise gramsciana sobre as forças políticas, há distinção entre a grande política e a política menor. A grande política (alta política) “(...) *compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, a defesa, a conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais*” - já a política menor (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredores, de intrigas) “(...) *compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida, em virtude de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política*” (1989: 159).

Para Gramsci, o político identifica-se com toda forma de práxis que supera a passividade na recepção e na manipulação de dados imediatos, orientando-se para a totalidade das relações objetivas e subjetivas. Neste sentido, é possível dizer que a política atravessa todas as esferas do ser social, tornando-se sinônimo de “catarse”, processo pelo qual certa classe se eleva a uma dimensão universal, ao superar seus interesses econômico-corporativos.

Ao ampliar o conceito de política, Gramsci afirma que “tudo é política” e que o todo social é atravessado pela práxis criadora. Na acepção “restrita”, o conceito de política aparece como o conjunto de práticas que se referem diretamente ao Estado e às relações de poder entre governantes e governados¹⁴.

Segundo Gramsci, no plano da política, é preciso considerar, de modo especial, a função dos intelectuais. Isso porque: “(...) *uma massa humana não se distingue e não se*

¹⁴ Gramsci (1989) sugere que a divisão entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados é uma criação da divisão do trabalho e questiona se deve existir sempre essa separação ou se há possibilidade de criar as condições em que a necessidade desta desapareça.

torna independente por si, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes” (1989: 21)

Os intelectuais, através de espaços coletivos como os MS, a escola, a imprensa, os partidos políticos, desempenham um papel decisivo de liderança no processo de formação de uma concepção de mundo dos indivíduos, assumindo, portanto, posição determinante no plano da ação política.

Outro quesito central na análise gramsciana da ação política revolucionária é a criação de um sistema de alianças de classe. Segundo ele

“(...) o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permite mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora - o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas” (Gramsci, 1987: 139).

Nesse aspecto a classe operária *“(...) deve propor um compromisso amplo e conforme aos interesses das outras camadas subalternas, particularmente o campesinato. Porém, tal aliança igualitária não deve mascarar o caráter profundamente hegemônico da direção do proletariado” (Portelli, 1987: 79).*

A política é compreendida, na concepção gramsciana, como um elemento ineliminável de toda práxis humana no sentido “amplo” e como relações e objetivações ligadas ao poder no sentido “restrito”. Na análise dos MS, particularmente do ME, essa noção de política é importante pois possibilita apreender, na ação cotidiana do movimento e nas relações que estabelece com outros sujeitos sociais, que a conquista do poder político faz-se mediante um processo intenso de mobilização, organização e formação de alianças.

Nas formulações de Marx, Lenin e Gramsci sobre a política, podemos notar que, embora suas análises se refiram a realidades diferentes, há alguns pressupostos comuns.

Assim, a política é abordada numa perspectiva histórica em que os homens e as mulheres são os sujeitos que materializam as articulações políticas nas esferas sociais. A partir do materialismo histórico e dialético, articulam política e economia, numa perspectiva de totalidade, tendo em vista que para analisar a esfera das relações de poder é necessário examinar as bases econômicas em que se desenvolve a ação política. Outra preocupação central no pensamento desses autores diz respeito à questão da correlação de forças presente na sociedade, produto da mobilização das classes sociais. Nas suas análises referentes à correlação de forças, aparece, de modo claro, a necessidade de construir alianças que favoreçam o processo de disputa hegemônica para a construção de uma nova ordem societária. Vale destacar que as alianças são trabalhadas por eles numa perspectiva de classe, em que o objetivo principal é obter a hegemonia da classe trabalhadora.

Outro aspecto comum às análises desenvolvidas por Marx, Lenin e Gramsci é o fato de considerarem o partido político como o espaço “principal” da ação política das “massas”, o que não subtrai a necessidade de organização da classe trabalhadora em sindicatos (base dos partidos) e em outras associações.

O conjunto dessas questões alicerça a construção teórica do nosso objeto de estudo, permitindo-nos identificar os elementos centrais para a compreensão da ação política, ou seja, a relação entre economia e política, a correlação de forças, o papel do intelectual na luta pela conquista da hegemonia e as alianças cuja efetivação é necessária nesse processo. No entanto, dadas as mudanças processadas na sociedade, torna-se necessário ampliar a concepção de política, no intuito de fortalecer a luta pela hegemonia das classes subalternas.

1.1.2 - Atualizando a concepção de política: os desafios contemporâneos

Nas últimas décadas desse século, ocorreu um profundo processo de mudanças na relação entre o Estado e a sociedade civil, implicando redefinições no mundo da política.

Para Ingrao

“As formas novas que a vida política e cultural assumiu no coração de nosso século - partidos, sindicatos, vários organismos sociais, instituições representativas, instituições culturais, instrumentos de formação e de informação de massa, (...) tiveram uma influência importantíssima na possibilidade de regular e controlar a vida produtiva e social” (1981:24).

Sob esse ângulo, além dos partidos e dos sindicatos, ganha visibilidade, na arena política, a presença de novas instâncias e mecanismos de participação coletiva, como os movimentos sociais. Assim, é colocada às sociedades contemporâneas a tarefa de refletir sobre os atuais canais de participação e representação política, uma vez que os partidos já não constituem o único canal de participação e conexão entre a sociedade civil e o Estado.

Nessa perspectiva, Ingrao (1981) chama a atenção para a necessidade do reconhecimento e da compreensão, através de estudos e pesquisas, das múltiplas forças políticas que emergem em escala mundial, constituindo-se numa ampla teia de aparelhos intelectuais e movimentos variados que, com diversas reivindicações e formas de luta, caracterizam novos sujeitos coletivos.

Cerroni (1982) e Ingrao (1981) destacam a relevância do saber como condição fundamental para desvendar a realidade em sua complexidade e heterogeneidade. Essa relevância se coloca tanto em nível de partido político, como de Movimentos Sociais. A propósito, Cerroni (1982) defende que o partido político deve assumir, nos tempos atuais, uma postura cognitivo-analítica que resgate a função do saber, na medida em que é necessário conhecer para organizar. A especificidade do conhecimento na política advém de

que este seria operativo e mediado não só pelo saber especializado, mas também pelo vínculo com a realidade, com os interesses e os problemas vivenciados por homens e mulheres na sua vida cotidiana.

Analisando as manifestações de 1968¹⁵, no plano internacional, Ingrao toma como redutiva a versão que percebe, no centro daqueles eventos, somente a classe operária, e ressalta o papel de outros sujeitos sociais, naquelas mobilizações, como os movimentos estudantis, por exemplo. Aponta, ainda, a necessidade de, nos dias atuais, compreendermos:

“(...) a multiplicidade das forças em movimento e suas correlações (...) Se não captarmos essa multiplicidade de sujeitos e de conexões, não tomaremos consciência nem das potencialidades, nem das dificuldades de governar uma rede tão ampla de forças em movimento; nem tampouco compreenderemos porque se tornou tão importante, em nosso tempo, uma teoria da política” (Ingrao, 1981:46).

Nesse sentido, sugere o momento da síntese política, que diz respeito à necessidade de politização, ou seja, uma dilatação e um enriquecimento da política, a partir de redefinições nos partidos e da criação de múltiplos mecanismos de participação nos vários espaços e de diferentes formas que levem à organização coletiva.

Tendo por base essas noções, na construção teórica do nosso objeto de estudo concebemos **ação política**, como um processo histórico humano, intencional e criador, capaz de possibilitar uma reflexão crítica acerca da realidade, que se concretiza em múltiplas esferas da vida cotidiana (movimentos sociais, partidos políticos etc.), em diversos níveis (econômico, ideológico, cultural, social), influenciando nas esferas pública e privada.

É nessa perspectiva que, os movimentos sociais constituem, na contemporaneidade, um ambiente próprio do exercício cotidiano da ação política e de alianças com outros sujeitos coletivos para defesa de determinados interesses.

¹⁵ Segundo Ingrao (1981:45) “a explosão de 68 introduziu rupturas e inovações profundas nas formas do confronto político e social, mas através da intervenção de forças bem caracterizadas politicamente, e em estreita conexão com processos surgidos no movimento histórico organizado”.

1.2 - Movimento Social: um dos sujeitos da ação política

Pesquisar aspectos da ação política do ME remete-nos a analisar quem é o sujeito dessa ação, quais as concepções que o explicam, quais seus componentes e como estes influenciam na elaboração das suas estratégias.

Dessa forma, procuraremos entender o Movimento Social, sob o prisma da historicidade das suas lutas, do seu caráter de classe e da correlação de forças que perpassa sua ação política, ou seja, analisaremos, ao longo deste trabalho, o Movimento Estudantil, considerando os sujeitos participantes, sua situação e posição de classe, as contradições que se manifestam no seu cotidiano e as lutas que desenvolve.

Inicialmente vale ressaltar que, na literatura sobre os MS, há uma multiplicidade de enfoques teórico-metodológicos, tornando o debate sobre a questão rico e polêmico. Encontramos, entre os(as) autores(as) nacionais a expressão dessa multiplicidade de concepção sobre os MS.

Segundo Scherer-Warren (1993), a abordagem teórica a respeito dos movimentos sociais, na América Latina e em particular, no Brasil, pode ser periodizada em quatro fases. Na primeira, que vai de meados deste século até o início dos anos 70, há uma polarização do pensamento sociológico entre duas correntes: a marxista e a funcionalista. A análise dos processos sociais pautava-se no processo de mudança global, tratada a partir das questões do desenvolvimento e da dependência (no marxismo) e da modernização (no funcionalismo). Havia um predomínio das perspectivas marxistas, que concebiam a mudança no plano macroestrutural, concentrando suas análises na sociedade política. Deu-se, então, pouca atenção às pesquisas sobre as organizações da sociedade civil, ao significado de suas ações, aos conflitos ou resistências.

A segunda fase, na década de 70, introduz, a partir da proliferação de diversos movimentos sociais, novas considerações paradigmáticas que deslocam a análise da totalidade para o cotidiano, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase na sociedade política para a atenção na sociedade civil.

Na década de 80, terceira fase, há uma substituição das análises, no que concerne a processos histórico-globais, por estudos de grupos específicos organizados. A categoria “movimento social” foi a referência central de um grande número de novas pesquisas. Tais pesquisas visaram identificar uma nova cultura política, baseada em elementos inovadores quanto à forma de organização e ao processo político, que estariam sendo gerados na América Latina. Contrapondo-se às formas tradicionais de fazer política, os “novos movimentos sociais” (NMS) seriam, portanto, os principais representantes dessa nova cultura política. Isso porque os NMS que surgem a partir da década de 70 constituem-se em um novo sujeito político, portador de consciência de cidadania.

Finalmente, na quarta fase, que se desenvolve ao longo dos anos 90, novos enfoques analíticos e outras temáticas como, por exemplo, a violência, são considerados nos estudos sobre movimentos sociais, na realidade latino-americana. Destacam-se duas visões: uma, que já não atribui grande relevância aos movimentos sociais, voltando sua atenção para os processos de desorganização social e outra, que pretende continuar os estudos sobre os movimentos sociais procurando identificar as suas novas formas de ação e organização e seu significado político e cultural.

Nesta última perspectiva de estudo sobre os MS nos anos 90, há uma forte preocupação de articular as dimensões da totalidade ao estudo das manifestações cotidianas, assim como de entender as interconexões entre o local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional). Busca-se, também, passar da análise das organizações

sociais específicas à compreensão dos processos que ocorrem quando estas organizações formam as redes de movimentos.¹⁶

Alguns desafios merecem destaque na produção teórica atinente aos movimentos sociais na década de 90, dentre os quais, analisar os novos elementos culturais emergentes nos movimentos; investigar as modificações da sociedade civil, a partir das relações que estabelece com o Estado e considerar o papel das tecnologias de informação e dos meios de comunicação de massa nas formas de organização da sociedade civil. Além dessas facetas, é importante reconhecer que a reestruturação produtiva traz mudanças econômicas que se refletem no mundo do trabalho e na organização dos MS. Antunes (1995) cita alguns elementos presentes no quadro de globalização do capital que interferem também na organização da sociedade civil, tais como a revolução tecnológica de enorme intensidade, a desregulamentação do trabalho e perda de direitos sociais, os novos padrões de gestão da força de trabalho etc. Os MS têm, partindo-se dessa realidade, um grande desafio no sentido de gerar novos mecanismos de mobilização e negociação, frente ao Estado, na luta pela garantia dos direitos sociais.

Os movimentos sociais diferem de simples manifestações coletivas e, nesse sentido, têm uma trajetória, um processo e emergem de problemáticas que expressam a ausência ou a escassez de direitos no campo sócio-político-cultural. Segundo Gohn (1985: 48) os MS possuem:

“(...) uma dada forma de organização (espontânea ou não, mais ou menos formal), determinadas formas de relações sociais, uma concepção de mundo, uma ideologia e conseqüentemente um projeto articulador de determinados interesses”. (grifo nosso)

¹⁶ Segundo Scherrer-Warren (1993:23) “Na América Latina, os estudos do significado destas articulações, em termos de redes, ainda são bastante emergentes, principalmente quando se considera o grande número de redes de movimentos que se vêm organizando. Por exemplo, no Brasil destacam-se o Fórum de ONG’s para a ECO-92, a criação da Associação Nacional de ONG’s, a Pró-Central dos Movimentos Populares e uma grande variedade de Fóruns temáticos organizados pelos movimentos populares e pelas organizações não-governamentais”

A análise relativa à organização, à ideologia e ao projeto dos MS é fundamental para compreender as alianças que estes estabelecem, na sua ação política, com outros sujeitos coletivos. Nessa perspectiva, Scherrer-Warren (1987) considera os movimentos sociais como uma ação coletiva para transformação (a práxis), voltada para a realização de objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de uma concepção de mundo (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Tais elementos constitutivos do movimento social influem significativamente na elaboração das estratégias da sua ação política. O primeiro elemento, a práxis, é entendido como atividade material humana que é real e ideal ao mesmo tempo e implica a unidade entre teoria e prática, no intuito da transformação do mundo e do próprio indivíduo. A noção de práxis refere-se à natureza da ação do movimento, dos meios para atingir determinado fim, qual seja, a construção de um projeto. Este refere-se às metas e às utopias construídas pelo movimento na intenção de modificar a realidade social.

Para a elaboração do projeto, a ideologia é elemento fundamental, pois é através da visão de mundo, valores e princípios que se torna possível imprimir uma direção social à ação política do movimento. A ideologia efetiva-se, sobretudo, por meio das estratégias e das propostas presentes no seu cotidiano. Desse modo, concebemos ideologia como *“uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”* (Gramsci, 1989:16). A ideologia é, na visão gramsciana, uma forma particular de compreensão do mundo social que os homens e as mulheres desenvolvem e superam historicamente.

Outro elemento que merece destaque ao considerarmos os movimentos sociais é a direção que

“(...) não deve ser ‘abstrata’, nem repetir mecanicamente fórmulas científicas ou teóricas, mas referir-se ‘a homens reais’, formados em determinadas relações sociais, com determinados sentimentos, modos de ver, fragmentos de concepções de mundo, etc., que procediam das combinações ‘espontâneas’ de um dado ambiente de produção material, com o aglomerar-se ‘casual’ de elementos sociais dispares” (Gramsci, 1978:271).

No que concerne à ação política do ME, a direção é entendida como escolha consciente do rumo, do caminho a seguir para alcançar os objetivos formulados. Assim, a direção não pode prescindir da luta pela hegemonia que, na concepção gramsciana, é o eixo da estratégia para a elaboração do poder político das classes subalternas. Conquistá-la, significa exercer a direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais. A direção determina, portanto, a definição da estratégia de ação e das alianças estabelecidas para a defesa de determinados interesses no cotidiano de organização política.

Neste entendimento, a batalha das idéias, o diálogo e o confronto cultural assumem importância decisiva na organização da sociedade civil, que é a portadora material da função social da hegemonia. No processo de conquista do poder político, torna-se necessário conhecer a correlação das diferentes forças sociais, como também os aspectos relacionados à direção cultural e política que envolvem as classes fundamentais da sociedade. O domínio e a direção intelectual e moral são, portanto, os dois modos pelos quais a hegemonia se manifesta na concepção gramsciana.

O conhecimento da práxis, projeto, ideologia e direção, é precípuo para a compreensão da ação política dos Movimentos Sociais enquanto sujeitos coletivos¹⁷, e, especialmente, do Movimento Estudantil.

¹⁷ Utilizamos a noção de sujeito coletivo no sentido de “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. (Sader, 1988:55)

1.3 - O Movimento Estudantil e a construção cotidiana do fazer político

A prática dos MS e do Movimento Estudantil, em particular, é caracterizada pelo conteúdo de sua proposta política e pelo teor das alianças realizadas com outros segmentos e grupos sociais. As alianças políticas efetivadas pelo ME são gestadas no processo de construção da hegemonia, cuja direção, historicamente, tem apontado para o apoio aos interesses das classes subalternas¹⁸.

O ME é comumente analisado, a partir de diferentes ângulos, como sobre a composição social, vinculação de classe e participação política dos(as) estudantes universitários(as)¹⁹.

Partimos da compreensão de que o ME tem um caráter histórico e, neste sentido, seu papel, na história das sociedades, altera-se de acordo com a conjuntura político-social, as condições concretas vivenciadas pelos(as) estudantes, as ideologias e concepções políticas que permeiam suas lideranças e as articulações que o movimento estabelece com outros MS, e com partidos políticos. A organização, a ideologia, a direção, as alianças, caracterizam a natureza e ação do Movimento, adquirindo um conteúdo próprio no processo de organização e mobilização, em contextos historicamente determinados.

Nesse sentido, não podemos atribuir aos MS e ao ME *"(...) um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetivos permanentes"* (Martins Filho, 1987: 17). Assim, para apreendermos o caráter e o conteúdo da sua ação política faz-se necessário analisar, em cada conjuntura histórica, a maneira como o movimento se organiza,

¹⁸ Optamos pela categoria subalterno por compreender que esta *"é certamente mais intensa e mais expressiva que a simples categoria de trabalhador. O legado da tradição gramsciana que nos vem por meio dessa noção prefigura a diversidade das situações de subalternidade, a sua riqueza histórica, cultural e política"* (Martins, 1989: 98).

¹⁹ Ver Forarchi (1977), Guilhaon Albuquerque (1977), Poerner (1979), Sanfelice (1986), Martins Filho (1987) e Silva (1989), dentre outros.

bem como a postura político-ideológica assumida por sua direção e as alianças que estabelece com outros sujeitos.

Quanto à vinculação de classe dos(as) estudantes, podemos afirmar que estes(as) pertencem a diferentes classes sociais, sendo, portanto, o ME um movimento pluriclassista, o que determina a heterogeneidade da sua base. No Brasil, nas últimas décadas²⁰, a maioria dos(as) estudantes pertence a classe média, setor social majoritário na universidade. *"A posição política dos grupos médios depende da conjuntura, da maneira pela qual se articulam e se opõem à prática política burguesa e à prática política operária, de seus problemas e de suas tensões"* (Saes, 1985: 18). Tal pensamento reforça duas posições: a primeira é o fato de não podermos atribuir ao ME um comportamento unitário, tendo em vista a heterogeneidade política dos setores médios; a segunda é o fato de que a sua ação política vai depender da correlação de forças sociais e políticas presentes no contexto no qual ele está inserido.

Nesse sentido, o ME alinha-se à perspectiva política da classe média no período recente no Brasil. Segundo Boschi *"(...) novos valores, novas formas de organização e um potencial de estímulo à mudança política e social constituem um aspecto do ímpeto associativo da classe média em anos recentes"* (1989: 139).

De fato, o ME, na conjuntura das últimas três décadas no Brasil, desenvolveu, de forma hegemônica, na direção das suas entidades, uma ação política voltada para a implementação de lutas visando reforçar os interesses da classe subalterna. A contribuição do ME, nessas lutas, efetiva-se através da construção de valores culturais, os quais se contrapõem ao individualismo, egoísmo, competitividade etc., valores estes que findam por

²⁰ A classe média passa a ser o setor social majoritário na universidade brasileira, sobretudo, nos anos 50 e 60 quando *"os modelos de ascensão para as camadas médias transferem-se da acumulação de capital em negócios individuais para a promoção nas burocracias, para o que a diplomação em grau superior torna-se um requisito cada vez mais necessário, embora insuficiente. Daí uma demanda por ensino superior que não pára de crescer"* (Cunha, 1989: 35).

revigorar a lógica da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, o ME influi na formação de consciências críticas, articulando, desse modo, política e socialização do saber.

Ainda, analisando o processo de formação da hegemonia das classes subalternas, encontramos, na reflexão gramsciana, elementos importantes para a elaboração de uma estratégia revolucionária. Para Gramsci a hegemonia é uma categoria vital para se superar o conceito de Estado como instrumento dos interesses de uma classe, chegando-se, assim, à percepção da sua constituição complexa (Estado como síntese de “sociedade política” e “sociedade civil”).

A noção de hegemonia, presente no pensamento gramsciano, traz elementos conceituais já presentes em Lenin. Ou seja, a hegemonia é traduzida como direção de classe, que se exerce no contexto de uma política de alianças. Essa luta pela direção de classe gesta-se no âmbito de uma estratégia revolucionária para as formações econômico-sociais do “Ocidente”²¹, a “guerra de posições”. Gramsci acredita que, para triunfar nessa estratégia, é preciso não só controlar a produção econômica, mas também exercer a direção político-cultural da sociedade. Segundo ele “(...) *se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica*” (1989: 33).

Assim, na luta pela hegemonia, a renovação cultural assume importância fundamental. Gramsci associa a esfera cultural à questão dos intelectuais, que seriam os “comissários” para o exercício da hegemonia social. Os intelectuais orgânicos das classes subalternas têm um papel essencial no processo de formação de uma nova concepção de mundo, de uma nova cultura.

²¹ Para Gramsci (1989) no ocidente havia uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil, “a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada” já no Oriente “o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa”.

O ME, aliado a outros movimentos políticos, está na luta pela construção da hegemonia das classes subalternas. Essa luta deve *“processar-se dentro das velhas estruturas, que serão derrubadas na medida em que a experiência prática do novo for conquistando as mentes e as vontades, tornando-se uma nova cultura, que fundamenta uma nova hegemonia e uma nova organização da sociedade”* (Staccone, 1991:115).

Essa nova cultura precisa ser incorporada às mentes e vontades, para então se concretizar em práticas que promovam questionamentos e proponham modificações nas estruturas capitalistas, rumo à construção de uma nova ordem societária. É importante, à vista disso, analisar a trajetória do ME e as diferentes propostas que se confrontam no decorrer da elaboração de sua estratégia de ação, destacando a posição hegemônica, ou seja, a direção do Movimento.

CAPÍTULO II - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA TRAVESSIA DA CONJUNTURA PÓS-DITADURA MILITAR NO BRASIL

Ao analisar a estratégia de ação do ME contextualizaremos a sua trajetória na conjuntura das duas últimas décadas no país, a começar da realidade da política educacional universitária, da reconstrução do movimento e da sua articulação com os “Novos Movimentos Sociais”.

2.1 - O projeto educacional das classes dominantes e do ME: visões em confronto

A universidade é, de acordo com Gramsci, uma das instituições a que a classe dominante recorre para realizar a função hegemônica. A classe subalterna, por sua vez, mediante seus intelectuais orgânicos, procura, através das instituições (espaços contraditórios de disputa de hegemonia), divulgar uma nova concepção de mundo, que não se encontra acabada, mas em permanente processar-se.

Compreendemos, dessa forma, que:

“(...) a natureza e a abrangência dos sistemas educacionais, em cada formação social concreta do mundo contemporâneo, decorrem do embate provisório das várias propostas educacionais em disputa pela hegemonia no Estado estrito senso e na sociedade civil, num determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, a partir do momento em que a ciência e a tecnologia foram se constituindo em principal força produtiva do capitalismo em sua fase monopolista” (Neves, 1993: 16).

A Educação é uma necessidade social e, responde, de modo específico, no mundo capitalista contemporâneo, às exigências de valorização do capital, enquanto, contraditoriamente, possibilita aos setores populares o acesso ao saber socialmente produzido.

Como política social, a educação está ligada à redefinição das estratégias econômicas, políticas e sociais do movimento do capitalismo. A gênese e a dinâmica das políticas sociais são determinadas pelas mudanças ocorridas na organização da produção e nas relações de poder que impuseram essa redefinição do capitalismo nas sociedades, no final do século passado.²²

O Estado, com vistas a propiciar altas taxas de mais-valia e de exploração, encarrega-se da reprodução ampliada da força de trabalho. Essa medida, paralelamente ao desenvolvimento de políticas específicas, é tomada com o intuito de viabilizar recursos de contratendência à queda da taxa de lucro. No tocante aos seus mecanismos de dominação, o Estado utiliza, cada vez mais, estratégias políticas que visam à ampliação do consenso, embora mantenha o uso legítimo da força. Essa utilização se dá através do elastecimento dos estreitos espaços superestruturais da democracia clássica.

“Opera-se, assim, no capitalismo monopolista, um estreitamento entre o econômico e o político na definição das políticas estatais. Se, por um lado, o conjunto das ações do Estado passa a se organizar em relação ao seu papel econômico, por outro, a crescente socialização da participação política vai politizando progressivamente as ações econômicas estatais” (Neves, 1993: 6).

A função das políticas públicas, no capitalismo monopolista, é responder, simultaneamente, às necessidades de valorização do capital e de mediação política dos interesses antagônicos que atravessam a sociedade urbano-industrial. As políticas sociais são uma fração das políticas públicas e respondem, portanto, a essa dualidade.

O movimento do capital e os movimentos sociais são fatores importantes na análise das políticas sociais. Faleiros (1987: 55) adverte para a necessidade de se levar em conta os fatores do movimento capitalista e da correlação de forças sociais, para que não se

²² As idéias desenvolvidas sobre as políticas sociais e a política educacional, em particular, baseiam-se em Neves (1993).

incida num conceito mecanicista das políticas sociais, que *“ora as apontam como medidas boas em si mesmas (instrumentos da realização de um bem-estar abstrato), ora más em si mesmas (instrumentos de manipulação e escamoteamento da realidade)”*.

O ritmo e o sentido do desenvolvimento das políticas sociais nas diversas sociedades são determinados, portanto,

“pela consolidação dos níveis de participação popular alcançados - ou seja, do alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais e, também, pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção” (Neves, 1993: 7).

Apesar de essas proposições serem válidas para explicar

“o desenvolvimento das políticas sociais em seu conjunto e da educação em particular - não dão conta de explicar a especificidade do desenvolvimento dos sistemas educacionais na atualidade. Tal especificidade deve ser buscada nas repercussões econômicas e político-sociais das aplicações diretamente produtivas da ciência no processo de trabalho sob o sistema de máquinas” (Neves, 1993: 8).

A organização da produção, sob o sistema de máquinas, simboliza uma nova racionalidade de trabalho. Diferindo da produção artesanal e manufatureira, na indústria há substituição da relação social trabalho-arte pela relação trabalho-ciência. A produção mecanizada e o conjunto do processo produtivo tornam-se aplicação tecnológica da ciência, e não mais ficam subordinados à habilidade do(a) operário(a). A divisão do trabalho, a forma de extração da mais-valia e a exploração do(a) trabalhador(a) são, significativamente, alterados pela inclusão da ciência na produção.

A grande indústria passa a exigir a formação de um novo tipo de indivíduo, um novo tipo de intelectual ligado ao processo produtivo de base científica, um(a) novo(a) trabalhador(a). Isso requer, por sua vez, um novo espaço social de aprendizagem profissional e cultural. É a universidade que se apresenta como o *locus* privilegiado para formação desses(as) novos(as) profissionais.

A universidade além de constituir-se num *locus* por excelência de produção do conhecimento científico, é também um espaço de embate de propostas para a sociedade. No entender de Gramsci a universidade, *“é a escola da classe (e do pessoal) dirigente, é o mercado através do qual faz-se a seleção dos indivíduos das outras classes que devem ser incorporados no quadro governante, administrativo, dirigente”* (1989: 30). Prevalece, em seu pensamento, o caráter contraditório e hegemônico do ensino e, assim, a universidade é entendida como um dos aparelhos de hegemonia. Diante dessa concepção, podemos inferir que, tanto as classes dominantes quanto os setores populares se articulam, historicamente, para implementar o seu projeto para a universidade brasileira.²³

Um dos mais relevantes sustentáculos do projeto das classes dominantes para o ensino superior no Brasil tem sido a sua privatização em detrimento do ensino público, gratuito e de boa qualidade. Ao analisarmos a história da educação nacional constatamos que esta *“nunca foi assumida integralmente pelo Estado brasileiro como uma coisa pública, uma atividade do Estado, nem ao nível da legislação e, conseqüentemente, da política educacional estabelecida, e nem face à realidade concreta”* (Sobral, 1987: 68).

No ensino superior, esse descompromisso do Estado brasileiro, segundo Cunha *“compreende duas faces, a saber, a participação estatal na manutenção do ensino privado e a privatização do ensino superior público”*.

O processo de privatização do ensino brasileiro intensifica-se na segunda metade da década de 50 e início dos anos 60. Saviani (1991: 11) ressalta que é *“na segunda metade da década de 50, no bojo do processo de tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o conflito entre o ensino público e o ensino privado assumiu maiores proporções, atingindo amplos setores da sociedade”*. Cunha

²³ Ver Neves (1993), Saviani (1991), Cunha (1989), dentre outros.

(1989) acrescenta que a política do Estado voltada para o ensino superior apresenta, desde 1962, um caráter notadamente privatizante.

A reforma universitária de 1968 foi um marco nesse processo de privatização das instituições públicas de ensino superior, tendo transportado, para a realidade brasileira, o modelo norte-americano de universidade, ao implementar *“a fragmentação do ano letivo; o regime de créditos; a divisão do currículo em uma parte geral (como o college) e outra profissional; os cursos de curta duração; o regime departamental; a pós-graduação; o taylorismo como regra de organização do trabalho; o campus segregado da cidade e outras características”* (Cunha, 1989: 40). A reestruturação das universidades públicas estava fundamentada em critérios da lógica empresarial como eficiência, racionalidade, produtividade e previa, ainda, a obrigatoriedade da inclusão de representantes das “classes produtoras” nos colegiados superiores das universidades²⁴.

Mesmo com o esgotamento da ditadura militar, a transição política rumo à vivência de um Estado de Direito e o retorno das eleições diretas para presidente, no fim dos anos 80, essa tendência privatista não foi alterada, mas aprofundada.

No período analisado nesse trabalho (1988/95), destacam-se importantes acontecimentos conjunturais para a discussão dos projetos educacionais dos governos²⁵ e de segmentos da sociedade civil.

No governo Sarney²⁶ denominado Nova República sobressaiu-se a constituinte de 1988, que propiciou a entrada em cena de várias forças sociais na disputa de idéias e

²⁴ Os colegiados superiores são: o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino e Pesquisa e o Conselho Curador.

²⁵ O período analisado engloba os governos Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique.

²⁶ O governo José Sarney (1985-1989) nasceu através do Colégio Eleitoral (1985), a partir de um acordo conservador das elites, após a derrota do movimento das “Diretas Já” (1984) e a morte de Tancredo Neves, que encabeçava a chapa vitoriosa na eleição indireta.

propostas, tentando tornar hegemônico o seu projeto de sociedade num ambiente de transição de um regime ditatorial para uma normalidade democrática. Segundo Neves

"estavam em jogo, portanto, as normas de convivência social, nos seus aspectos econômicos, políticos e sociais. Conservação e mudança, nos seus diversos matizes, disputavam a manutenção de privilégios ou a obtenção de novas conquistas. O resultado, como não poderia deixar de ser no quadro de uma transição nitidamente conciliadora, foi, simultaneamente, conservação e mudança" (1993: 67).

É nessa conjuntura de conservação e mudança que se colocam as propostas do governo Sarney para a educação e, especialmente, para o ensino superior. Esse governo elaborou o documento "Educação para todos - caminho para mudança", no qual se denota a preocupação com o ensino básico, sem se analisar, entretanto, o ensino superior. É interessante observarmos esse fato, pois o mesmo se inclui na ótica dos setores dominantes, que argumentam a necessidade de se retirar verbas das universidades públicas para investir no setor básico, criando-se, dessa forma, a explicação para o sucateamento do ensino de 3º grau. Compreendemos que a solução para a educação no Brasil não passa por investir num nível educacional em detrimento de outro, mas passa por deslocar recursos de outras áreas, nas quais os ganhos do capital sejam volumosos para fazer crescer o investimento social.

No que tange ao ensino superior, foi elaborado, pelo Ministério da Educação, o projeto GERES (Grupo de Estudos e Reestruturação do Ensino Superior) em 1986. Este projeto defendia a dotação global de recursos para estabelecer dispareas estruturas de carreira docente e de funcionários(as), aliviadas das rígidas limitações estatuídas para o serviço público. Aparentemente, essas medidas concretizariam as aspirações das universidades quanto à autonomia. Na realidade, tais mecanismos incorporam uma proposta de transferir as responsabilidades de manutenção da universidade pelo Estado para elas próprias ou para seus futuros proprietários. No entanto, devido a discordâncias acerca do papel da universidade, consoante um novo modelo de acumulação, por parte das classes

dominantes e à mobilização da sociedade civil através, sobretudo, dos movimentos docente, de funcionários(as) e estudantil essa proposta foi arquivada.

A política da Nova República para o ensino superior caracterizou-se pela continuidade da política privatista e elitista desenvolvida pela ditadura, conforme se mostra claramente em medidas como a liberação dos aumentos de mensalidade das escolas particulares (decretos 95.720 e 95.921); os ataques ao ensino público (decretos 95.682, 2.424 e 95.904); a nomeação de diversos interventores(as) para as reitorias e o subsídio ao setor privado. Este, era viabilizado, por exemplo, através da destinação de recursos públicos para universidades privadas, como as confessionais (as católicas - PUC's). Nesse governo, 21 unidades confessionais recebiam recursos do governo federal (Cunha, 1990).

Os projetos educacionais mantiveram-se em discussão e disputa a partir de outro acontecimento importante na sociedade brasileira: a primeira eleição direta para presidente, depois de mais de 20 anos. Essa eleição ocorreu um ano após a promulgação da Nova Constituição e revelou um novo embate político, colocando, em confronto, distintas propostas de sociedade. Disputaram o 1º turno eleitoral três blocos de forças político-partidárias: um bloco conservador de direita e centro-direita, identificado com o neoliberalismo; um bloco de centro e centro-esquerda, que encampava propostas do tipo social-democrata; e um bloco de esquerda, identificado como um projeto socialista de organização social.

No 2º turno confrontaram-se o 1º e o 3º blocos, saindo vencedor o bloco conservador que defendeu

"o desenvolvimento social como subproduto do desenvolvimento econômico numa perspectiva de manutenção ou aprofundamento do nosso modelo capitalista associado e dependente (...) propugnou a retirada da intervenção do Estado na economia como pré-condição, para a retomada do crescimento pelo aumento da produtividade

do trabalho e da competitividade internacional" (Neves, 1993: 82).

Essa proposta vencedora desenvolveu uma relação autoritária com os diversos movimentos sociais populares, com o parlamento e a sociedade. Tratando-se da área de educação, o governo Collor mostrou-se autoritário ao não consultar os movimentos organizados da universidade e as sociedades científicas para a elaboração do seu "Plano Setorial de Educação 1991-1995" e da sua "Proposta de uma nova política para o ensino superior".

Examinando este Plano, percebemos a ênfase dada ao setor privado e observamos a revelação de dados quanto ao montante de recursos públicos investido nas universidades privadas. Neste sentido, o Programa de Fomento das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão das 52 Instituições Federais de Ensino Superior recebeu 500 milhões de cruzeiros para todo o período de vigência do plano, enquanto o programa para beneficiar 29 instituições "não federais" recebeu 7,7 bilhões. E mais, o plano eleva de 21 para 80, o número de instituições privadas ("universidades comunitárias") beneficiadas com a doação de recursos financeiros públicos (Cunha, 1990).

Essas propostas do Plano Setorial de Educação não tiveram sua implementação concluída, devido ao *impeachment* do presidente da república. Segundo Martins (1994: 47) "*os episódios relativos à cassação do presidente, sobretudo as manifestações de rua*²⁷, *que foram fundamentais para assegurar que as investigações chegassem ao fim e produziram*

²⁷ Nas manifestações de rua, destacaram-se os "cara-pintadas", denominação dada aos(às) estudantes, na sua maioria secundaristas, que saíram às ruas, de forma irreverente com pinturas nas caras, para apoiar o pedido de impeachment de Collor em 1992. Sobre essas manifestações ver Martins (1994: 44). O ME, através de suas entidades nacionais, UNE e UBES, tentou capitalizar a revolta dos cara-pintadas para um maior engajamento e participação nas entidades estudantis.

os efeitos legais nelas pressupostas, indicam uma nova realidade política²⁸ baseada numa espécie de dupla e contraditória legitimidade: a legitimidade do voto e a legitimidade da rua”.

O governo de transição de Itamar Franco não se diferenciou dos anteriores quanto às propostas no âmbito educacional e, o governo ora em curso, de FHC²⁹, eleito em 1994, vem dando continuidade a essas propostas, intensificando a privatização do ensino superior. Para Fávero (1989: 43)

“imposta à revelia de parcela significativa da comunidade universitária, a progressiva privatização do ensino superior tem consequências extremamente graves. Entre outras, apresenta-se como uma das causas do rebaixamento sensível da qualidade do ensino. Em relação a esse ponto, é suficiente lembrar que a rede particular, onde se concentra a maior parte do alunado, responde apenas por 2% das pesquisas realizadas na universidade no país”.

Esse projeto educacional assentado na privatização das instituições públicas implanta-se na ofensiva do ideário neoliberal presente desde o governo do presidente cassado.

A perspectiva neoliberal propõe dentre outras ações, a destruição da *“capacidade de luta e de organização (...) e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais (...)”* (Oliveira, 1995: 28).

Os setores populares, os segmentos organizados da sociedade civil, as entidades representativas dos(as) estudantes, professores(as) e funcionários(as) das universidades

²⁸ Segundo Oliveira (1995: 25) “O impeachment de Collor, que a muitos pareceu epidérmico, indicou este estado de avanço das organizações da sociedade civil (...) na contramão do movimento descensional da economia, houve setores e houve lugares onde a organização da sociedade estava dando respostas à desorganização e dilapidação do Estado (...) a sociedade, através de suas organizações mais potentes, conseguiu dar respostas e barrar, pelo menos, o avanço neoliberal, que com Collor havia tomado nitidamente a ofensiva, prometendo seu auge e apogeu para muito breve.

²⁹ Fiori (1995: 232) argumenta que a grande novidade da eleição de Fernando Henrique Cardoso “foi o uso intencional de uma euforia financeira induzida para a obtenção de um resultado político-eleitoral, a vitória de FHC no primeiro turno das eleições presidenciais de outubro de 1994”.

também se articularam, junto com outros MS, partidos e sindicatos, a fim de se contrapor a essa lógica capitalista para a educação e sugerir outro tipo de projeto para a universidade e para a sociedade.

De acordo com Oliveira (1991: 07) *“a reconstrução da universidade democrática no Brasil, só pode ser obra dos universitários”*. Nessa perspectiva de organização é que os segmentos que compõem a universidade (professores(as), estudantes e funcionários(as)) e seus respectivos movimentos e entidades têm procurado intervir no debate acerca da educação e, mais especificamente, do ensino superior.

Essas entidades³⁰ criaram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que visa a apresentar outra lógica para a educação que não seja liberal, elitista e privatista. Dentre as teses defendidas por tal Fórum podemos salientar: a que pressupõe que o desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural depende do fortalecimento da educação pública, gratuita, democrática, de qualidade, universal e unitária; e outra, não menos importante, que prevê a destinação exclusiva dos recursos públicos para a escola pública em todos os níveis. Essa proposta, portanto, opõe-se radicalmente, ao subsídio ao setor privado, à aplicação de dinheiro público em instituições privadas.

No que diz respeito, especificamente, às universidades, o referido Fórum defende o investimento de recursos de outros ministérios para a pesquisa e extensão nas universidades federais; a prioridade dos investimentos das universidades públicas na formação de recursos humanos para a educação pública fundamental e o aumento gradual de investimentos públicos no ensino superior, revertendo a tendência de privatização. A posição do Fórum é clara quanto à defesa de uma escola pública, de qualidade, gratuita e laica, em todos os níveis, comprometida com a igualdade e a justiça social.

³⁰ ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), UNE (União Nacional dos Estudantes) e FASUBRA (Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras).

O ME, favorável às diretrizes do projeto educacional apresentado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, aí se fez representar, sobretudo, através da União Nacional dos Estudantes (UNE). Assim, o ME contribuiu na luta contra a implantação do projeto das classes dominantes para a educação brasileira, aliando-se a outros segmentos sociais na propugnação de um projeto educacional que objetiva a democratização do ensino público, inserindo-se, pois, na luta pela efetivação dos direitos das classes subalternas.

2.2 - O processo de reconstrução do Movimento Estudantil: trajetória histórica e lutas.

Para entendermos o ME e o sentido da sua direção nos anos 80/90, tem-se como premissa o resgate da sua trajetória, enfatizando-se, precipuamente, as estratégias políticas assumidas, as reivindicações, lutas e alianças por ele efetuadas na defesa de determinados interesses.

O ME brasileiro, historicamente, posiciona-se a favor das lutas democráticas no país e se traduz em um segmento organizado presente na sociedade civil desde os tempos coloniais até hoje³¹.

É no final dos anos 30, com a criação da UNE³², que o ME adquire dimensão organizativa e conquista maior visibilidade social. Esse período é marcado, internacionalmente, pela deflagração da II Guerra Mundial e, no Brasil, pela instauração do Estado Novo e pela aceleração do processo de industrialização.

³¹ Ver em Poerner (1979) o relato da história da participação política dos estudantes desde o Brasil Colônia até o período 1960/70.

³² "Nascida no Rio de Janeiro no finalzinho da Segunda República, em 13 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, a União Nacional dos Estudantes só entraria em ação, verdadeiramente durante o Estado Novo (...) Fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação ao longo da nossa História" (Poerner, 1979: 127).

O ME esteve presente no cenário político brasileiro, participando de importantes lutas, da sociedade³³ desde a criação da UNE até 1964, quando, fruto de uma crise de hegemonia do bloco do poder é instaurada, através de um golpe de Estado, uma ditadura militar tecnocrática.

O golpe militar de 64 constituiu-se em mais uma opção concreta, enfrentada pelo Brasil no seu processo de transição para o capitalismo monopolista, que se deu “pelo alto”, de forma elitista e antipopular (Coutinho, 1988). A ditadura, estabelecida com esse golpe, foi a mais longa da história brasileira e redefiniu a relação entre o Estado e a Sociedade, caracterizando-se, principalmente, pela proibição da expressão dos organismos autônomos da sociedade civil e pela repressão aos opositores.

As conseqüências do cerceamento dos canais de participação fez-se sentir no Movimento Estudantil: na proibição do funcionamento de suas entidades, na prisão de suas lideranças, na invasão das universidades. A repressão ao segmento estudantil é prevista por várias leis, dentre elas, destacam-se a “Lei Suplicy” e o Decreto nº 477/69³⁴.

Contrapondo-se a essas arbitrariedades, o ME³⁵ fomentou diversas lutas contra o projeto educacional proposto pelos governos autoritários³⁶ e, principalmente, contra a

³³ Nesse período de 37/64, destacam-se as seguintes lutas implementadas pela UNE: a luta contra o nazifascismo e o Estado Novo (fim dos anos 30, início dos 40); a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo, sob o título “O Petróleo é Nosso”(final anos 40); a criação da UNE-volante e do CPC - Centro Popular de Cultura (início dos anos 60). Sobre o assunto ver Poerner (1979), Romagnoli (1979) e sobre o CPC ver Berlinck (1984) e MEC (1994), dentre outros.

³⁴ A “Lei Suplicy”, cujo projeto foi apresentado no mês de junho e aprovado com o nº 4.464 em 11 de novembro de 1964, em seu texto estabelece: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (Martins Filho, 1987: 88). Já o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, surgiu a partir de atribuições conferidas pelo Ato Institucional nº 5/68 e “definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, provocando um clima de verdadeiro terror entre os docentes e no movimento estudantil” (Sanfelice, 1986: 153).

³⁵ Mesmo na ilegalidade e na clandestinidade em muitos períodos, a UNE teve um papel fundamental na direção dessas lutas.

³⁶ O principal projeto educacional da ditadura foi o acordo MEC-USAID. Este “seguiu a orientação prescrita no Relatório Atcon, que surgia, em 1958, com o pomposo título de Ante-projetos de Concentração da Política Norte-Americana na América Latina na Reorganização Universitária e sua Integração Econômica” (Poerner, 1979: 238).

própria ditadura militar. Dentre essas lutas, destacam-se as manifestações de rua, como a passeata no enterro de Edson Luís e a Passeata dos Cem Mil³⁷.

É possível identificar, quanto a este período, duas posições básicas e divergentes sobre a estratégia de ação do Movimento Estudantil³⁸. A primeira, atribuía-lhe a função de denunciar a ditadura militar, através de grandes manifestações públicas, que marcariam sua presença perante a sociedade. Caracterizando-se pela defesa da “luta política” e da “luta nas ruas”, essa posição secundarizou no cotidiano das universidades, as lutas educacionais, priorizando, as manifestações de rua como eixo da mobilização estudantil. Essa estratégia estava fundamentada na compreensão de revolução nacional e democrática no Brasil e na proposta de alianças com os(as) operários(as) e os(as) camponeses(as).

A segunda posição defendia a “luta específica” ou “luta nas escolas”. Para essa perspectiva, a atividade fundamental do ME seria a de estimular o surgimento de consciência crítica no meio universitário de classe média. Isto implica dizer que, nesta concepção, a politização dos(as) universitários(as) surgiria das reivindicações que lhes são específicas, e seria no seu processo de organização que eles(as) apoiariam o movimento dos(as) trabalhadores(as).

Essas duas posições que disputavam a direção política do ME, naquele período, articulavam-se a tendências políticas de esquerda, que se encontravam na luta contra o

³⁷ Edson Luís foi assassinado pela polícia da ditadura no dia 28 de março. Fazia parte do grupo da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço que, havia meses, reivindicava melhoria da qualidade da comida do restaurante e conclusão das obras do prédio, paralisadas havia sete meses” (Romagnoli, 1979: 20). A “Passeata dos 100 mil” “saiu da antiga Esplanada do Castello, passou pela Cinelândia, subiu a avenida Rio Branco indo até a Uruguaiana. O protesto paralisou o Rio de Janeiro durante quase todo o dia 25 de junho. Desta vez, sem repressão policial” (Romagnoli, 1979: 10). Ambos os acontecimentos ocorreram em 1968. Sobre esse ano ver Ventura (1988).

³⁸ Utilizamos, como referência, as posições desenvolvidas por Martins Filho (1987).

regime militar.³⁹ Na década de 60, preponderou, na direção político-social do ME, a primeira posição, que defendia a perspectiva de movimento de massas, sendo 1968 o ano que marcou o auge das mobilizações, quando eram mais acentuadas as características de unidade desse movimento. As lutas e manifestações desse período tiveram reconhecida importância por denunciar as arbitrariedades dos governos militares, além de mostrar a indignação de segmentos da sociedade quanto ao modelo excludente e concentrador de renda que agravava a situação de empobrecimento da classe subalterna.

O processo de transição para um regime de Estado de Direito inicia-se, de forma evidente, em meados dos anos 70, com a crise do “milagre econômico”, que traz em seu âmago uma crise de legitimação do regime militar tecnocrático, visualizada, em primeiro plano, nas derrotas eleitorais da ditadura em 1974, 1978 e 1982, nas quais saiu vitorioso o MDB, partido de oposição que era, nessa época, um “guarda-chuva” das forças de esquerda.

Nesse período, o regime perdeu as bases de consenso e o apoio de segmentos como a classe média e alguns setores da burguesia monopolista. Foi nesse cenário de profunda crise de legitimação que

“os aparelhos da sociedade civil puderam de novo voltar à luz, hegemônicos agora por um amplo arco de forças antiditatoriais, que ia da esquerda aos conservadores ‘esclarecidos’, ainda que com predominância desses últimos” (Coutinho, 1988: 124).

Na década de 70, o ME vive um período de reconstrução das suas entidades. Depois da desarticulação do Congresso de Ibiúna⁴⁰ houve um enfraquecimento do processo

³⁹ A primeira posição estudantil expressava as propostas defendidas pela Ação Popular, que contava, como aliado, com o grupo vinculado ao Partido Comunista do Brasil. Já a segunda, aglutinava as posições das várias dissidências estudantis do PCB, bem como as da POLOP.

⁴⁰ O Congresso de Ibiúna foi o XXX Congresso da UNE, realizado, em 1968, nessa cidade do interior paulista. Foi desarticulado pela polícia da ditadura, a qual prendeu os principais dirigentes estudantis da época.

de organização estudantil. A luta armada passou a ser priorizada pela maioria dos(as) militantes que não haviam sido exilados, presos ou mortos. A gestão da UNE (69-71), que se seguiu ao Congresso, findou com a prisão e o desaparecimento do então presidente da entidade, Honestino Guimarães.

Alguns fatos, em nível de organização estudantil, merecem destaque nessa década. Em 72 e 73 realizaram-se os primeiros encontros de estudantes por área⁴¹ - Engenharia, Medicina -, num princípio de coordenação interestadual entre os(as) estudantes (Romagnoli, 1979). Em 75 surgem as primeiras tendências⁴² no ME e a consciência da necessidade da reconstrução das entidades centrais de estudantes⁴³. Em 76 acontece um fato importante no processo de reconstrução da UNE. Trata-se da criação do Trabalho Conjunto de Salvador, uma organização que travava lutas comuns por melhores condições de vida e trabalho, melhoria do transporte, das condições de ensino e saúde e pela democracia. O Trabalho Conjunto de Salvador, que contava com a participação de sindicatos, associações de bairro, jornalistas, artistas e entidades estudantis, teve presença relevante na preparação do Congresso de Reconstrução da UNE, que se realizaria na Bahia em 1979 (Romagnoli, 1979). Notamos que, nesse processo, o ME articulou-se a diversos movimentos/entidades nas lutas por melhorias na qualidade de vida da maioria da população brasileira.

No final dos anos 70, o ME rearticula-se através do Congresso de Reconstrução da UNE, primeira entidade organizativa de âmbito nacional com caráter de massa a se reorganizar nessa conjuntura de democratização da sociedade civil brasileira.

⁴¹ Trataremos mais especificamente sobre a organização dos(as) estudantes por área, através das executivas nacionais dos cursos, no item 3.1 dessa dissertação.

⁴² Antônio Ozai da Silva em "História das tendências no Brasil" define tendência como "um certo número de pessoas que se agrupam em torno de uma ideologia comum, com propostas e princípios comuns que norteiam a sua intervenção na luta"

⁴³ Em 1976 surge o primeiro DCE (Diretório Central dos Estudantes) do Brasil pós-68, o DCE-livre Alexandre Vannucchi Leme na USP (Romagnoli, 1979).

Nesse período, emergem novas forças sociais que se expressam na formação do novo sindicalismo no ABC-São Paulo; no surgimento dos movimentos sociais que abrangem outros grupos sociais (feministas, ecológicos, negros, homossexuais etc.) e de partidos políticos que intensificam o processo de socialização da participação política. Nesse mesmo processo de emergência de novos sujeitos sociais, os(as) estudantes universitários(as) também rearticulam suas entidades e recriam seus fóruns de discussão e deliberação.

Diversas categorias profissionais, de igual forma, reorganizam-se e resignificam as suas lutas. O Serviço Social expressa um novo posicionamento da categoria e das suas entidades representativas, tendo como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo no ano de 79. Esse congresso expressou “*o caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira*” (CFESS, 1996: 175).

No início dos anos 80, o debate no ME caracterizava-se pelo ressurgimento da juventude organizada que cultivava alguns pressupostos do movimento de 68 no que se refere a posições políticas que defendiam o centralismo democrático, o dogmatismo revolucionário, a universidade como “aparelho ideológico do Estado”, tendo como corrente teórica fundamental, o marxismo-leninismo (Santos, 1992).

Em meados dos anos 80, as forças políticas presentes no ME imprimem maior pluralidade de opiniões e mudanças de orientação à sua prática. As discussões ressaltam a necessidade da formulação de novas estratégias e de um novo papel social para o movimento. A reforma partidária de 1982 ao romper com o bipartidarismo e permitir a diversidade partidária, contribuiu para reforçar a idéia de pluralidade no campo político.

Na conjuntura dos anos 80 podemos identificar três vertentes principais em relação às estratégias do ME na sociedade⁴⁴.

A primeira, é defendida pela tendência Viração, hegemônica na direção da UNE pós-Congresso de Reconstrução (1979)⁴⁵. Essa tendência sustentava como prioridade as lutas relacionadas à conjuntura, e afirmava que os(as) estudantes sempre vinculavam a luta cotidiana à luta política por liberdade, democracia e soberania nacional (Tese "Quem vem com tudo não cansa", 1993).

A partir das teses apresentadas por essa tendência nos Congressos da UNE de 1989 e 1990, podemos admitir que nas suas propostas não há diferenças para a atuação do ME nas diversas conjunturas do país. Isto porque desenvolve uma mesma análise sobre a ação política do movimento em diferentes períodos da trajetória histórica brasileira, sem explicitar, portanto, as estratégias e táticas para a implementação das lutas específicas e gerais. Suas teses evidenciam propostas, para o ME e para a UNE, fundamentadas em uma análise conjuntural sem, entretanto, associá-las à discussão do papel social e das estratégias de ação política desse movimento específico.

Uma segunda posição encontrada, sugere o confronto da perspectiva de intervenção social do ME nas décadas de 60 e 70 com a dos anos 80, ao identificar a entrada em cena do movimento organizado dos(as) trabalhadores(as) (novo sindicalismo), a reestruturação partidária e a emergência de diversos movimentos sociais. Neste sentido, o ME, na década de 80, precisaria modificar seu papel social⁴⁶. Essa postura propõe a elaboração de uma nova perspectiva interventiva para o ME que, a partir da análise sobre a

⁴⁴ Utilizamos, para essa sistematização, teses apresentadas nos seguintes Congressos da UNE: 40º (1989), 41º (1990), 43º (1993), realizados, respectivamente em Brasília-DF, Campinas-SP e Goiânia-GO.

⁴⁵ Tendência Viração, corrente estudantil do PC do B (Partido Comunista do Brasil) que esteve na direção da UNE de 1979 a 1987, retomando a posição majoritária em 1990, mantendo-a até hoje.

⁴⁶ Essa posição foi defendida pelo grupo que esteve majoritariamente na diretoria da UNE entre 1987 e 1990, formado por militantes de algumas tendências internas do PT - Partido dos Trabalhadores.

universidade, de sua missão e trajetória na sociedade e da especificidade da condição estudantil, articule a estratégia de luta pela transformação social conjuntamente com outros segmentos e canais de participação. Considerando a disputa ideológica na universidade como ponto central da sua atuação, essa tendência exprime que

“o papel social do M.E., é disputar a produção do conhecimento arrancando este valor das rédeas das classes dominantes, (...) o fundamental é colocar as técnicas, os conhecimentos, as elaborações científicas propiciadas pela universidade, junto com o próprio saber, a serviço da classe trabalhadora. Essa é a aliança que mais interessa aos trabalhadores e à luta socialista no Brasil” (Tese “Pra Fazer Acontecer”, 1990).

Nessa perspectiva, fica evidente a aliança que o ME vislumbrava com a classe trabalhadora e a contribuição que poderia dar à luta socialista: colocar o saber a serviço dessa classe. A defesa dessa estratégia para o ME fundamenta-se na compreensão de que a dominação de classe na contemporaneidade não pode ser entendida como exclusiva dominação de força, pois à capacidade de coerção da dominação burguesa, soma-se o exercício da hegemonia, o qual se realiza através de sofisticados mecanismos que se estendem nas estruturas educacionais, culturais e filosóficas (Tese “O tempo não pára”, 1989)⁴⁷.

A terceira vertente, composta por um bloco minoritário nos Congressos da UNE, posicionava-se contra a perspectiva de priorizar as lutas no campo institucional⁴⁸. Elaborava, assim, uma crítica às condutas que submetiam a luta anti-capitalista à luta por reformas. Essa proposta relegava, a segundo plano, o trabalho de formação política e mobilização dos(as) estudantes, ao não considerar prioridade as reivindicações cotidianas

⁴⁷ Nessa tese são trabalhadas várias categorias gramscianas, como: hegemonia, “guerra de posição”, intelectuais, articulando-as à elaboração de um novo papel social para o ME brasileiro no período dos anos 80/90.

⁴⁸ Militantes de algumas tendências do PT (O Trabalho, Convergência Socialista), do PLP (Partido da Libertação Proletária), da Causa Operária e mais recentemente do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), dentre outras tendências de referencial trotskista.

por reformas no âmbito da universidade e da sociedade. Argumentava que a fase de desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, chegava a uma forma de capitalismo monopolista dependente, e, desse modo, propugnava que era impossível qualquer mudança significativa que não apontasse para o socialismo. Entendendo que o compromisso estratégico do ME era com o socialismo, pressupunha que esse movimento deveria perseguir a articulação das lutas específicas à luta pela unificação da ação política de todos os setores explorados na sociedade capitalista, no vislumbre de unificar as lutas para a construção do poder político das classes subalternas. A proposta de um dos setores desse bloco (militantes do PLP) ratifica essa perspectiva ao afirmar: *“o que queremos construir é um movimento de grandes mobilizações com uma consciência, cada vez mais avançada que possa atrair amplos setores da sociedade e captar o potencial revolucionário da luta dos trabalhadores e estudantes”* (Tese “Construir a UNE na luta anti-capitalista”, 1989). Ademais, defendia, também, a unidade operário-camponesa-estudantil nesse processo. Depreendemos, daí, a estratégia de aliança do ME com os(as) operários(as) e camponeses(as) na luta anti-capitalista.

Essas três tendências articulavam-se aos partidos políticos de esquerda na defesa de suas propostas no ME e se unificavam na luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como na construção de um outro projeto societário que se contraponha ao capitalista. As divergências teóricas e políticas expressam-se, sobretudo, na elaboração de estratégias para o processo revolucionário, refletindo-se também em diferentes visões sobre o papel social da universidade e do ME.

Nesse período (88/95), a UNE realizou alguns eventos políticos relevantes para a organização estudantil.

As três gestões que compreendem o período de 1988/91, identificadas com a posição da segunda tendência anteriormente citada, desenvolveram críticas à postura da

direção da UNE no período de 1979 a 1987 (Tendência Viração) nos seguintes aspectos: quanto ao apoio à candidatura Tancredo Neves no Colégio Eleitoral (1986) e quanto à assinatura e à participação no *“projeto de Educação da Comissão de ‘Alto Nível’ que desembocou no projeto GERES*). *Ao assinar esse documento a UNE tornou-se a única entidade do movimento universitário a colaborar com a política privatizante do Sarney”*⁴⁹.

Em contraposição a esse apoio manifestado ao governo, as gestões (88-91) elegeram como principal meta, fazer oposição às políticas educacionais dos governos Sarney e Collor⁵⁰. Foram marcos dessas gestões: o Encontro de Juventude que sedimentou a elaboração de um Projeto de Juventude; o I Encontro Nacional de Escolas Pagas, organizado a partir das passeatas contra a liberação dos preços das mensalidades nas universidades particulares; a participação nos encontros de área; os Seminários Nacionais sobre História do ME; o V Seminário Nacional de Reforma Universitária; a Campanha “Educação não rima com lucro”, contra o projeto do governo Collor, em articulação com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).⁵¹

As gestões de 91 a 95 voltam a ser dirigidas majoritariamente pela tendência Viração, ainda que contando com a participação de dirigentes das duas outras tendências políticas⁵². Nesse intervalo, têm vulto as lutas contra o projeto educacional do governo Collor e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Acrescenta-se a esse momento a

⁴⁹ Dossiê “8 anos de Viração”, 1988.

⁵⁰ Na eleição de 89, a UNE posicionou-se a favor da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva..

⁵¹ Essas entidades realizaram, também em 1990, a Campanha “SOS - A UNIVERSIDADE SE NEGA A MORRER”.

⁵² Em 1989 no 40º Congresso da UNE foi aprovada a proporcionalidade na UNE, passando a compor a diretoria da UNE membros das diversas chapas concorrentes.

participação da UNE no Fórum em Defesa da Escola Pública e a presença entusiasmada dos “caras pintadas” nas manifestações de rua, ocorridas nas principais cidades brasileiras, para exigir o *impeachment* do presidente Collor.

É importante destacar duas questões relevantes que surgem na análise do movimento dos “caras pintadas”. A primeira, é a heterogeneidade que se refletia nesse movimento, embora a maior parte dos seus manifestantes fosse oriunda da classe média. A heterogeneidade da juventude dos anos 90 se diferencia da homogeneidade dos(as) estudantes de classe média alta que participaram do ME nos anos 60, na medida em que

“hoje as redes de estudo, trabalho, cultura e sociabilidade dos jovens não estão mais centralizadas nas universidades. Jovens de várias origens e classes sociais se encontram numa extensa diversificação de espaços de convivência e com grande variedade de estilos de expressão”
(Mische, 1996: 24).

A segunda questão para análise do movimento dos “caras pintadas” é o seu significado para a organização política dos(as) jovens brasileiros(as), ou seja, aonde estão e o que estão fazendo os “caras pintadas” no pós-impeachment? Quais as marcas que essas manifestações deixaram no cotidiano de participação desses(as) jovens? Essa participação dos(as) estudantes, na reivindicação pelo impeachment do presidente constitui um processo importante de ruptura com a apatia e o individualismo? Acreditamos que, a contaminação com a participação política, gerada nesse momento, não foi canalizada, pelos movimentos e entidades juvenis, para uma organização cotidiana mais crítica e comprometida nas diversas esferas coletivas e no ME, em particular.

Na realidade, o ME participou dessas lutas conjuntamente com outros sujeitos coletivos, dentre eles os movimentos sociais e os partidos políticos considerados de esquerda. De acordo com essa abordagem, podemos afirmar que, ao longo de seu itinerário, esse movimento vem efetivando alianças com os segmentos que lutam por uma sociedade

democrática e com justiça social, o que revela o seu compromisso político com o processo de emancipação das classes subalternas.

2.3 - O ME e os “Novos Movimentos Sociais”

A reorganização do ME coincide com o período de revitalização da sociedade civil brasileira que ocorreu, mais intensamente, no final dos anos 70. Para Sader (1988: 26), nessa conjuntura, emergiu uma novidade, que foi

“primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular”

Os(as) estudantes participaram desse processo de oxigenação das instâncias de organização da sociedade civil. Em 1980, diversos movimentos sociais apoiaram a greve do ABC⁵³ como expressão da luta democrática em curso. Sader (1988) ressalta a participação das Pastorais da Igreja, de parlamentares da oposição, da Ordem dos Advogados do Brasil, de sindicatos, jornalistas, professores(as) e estudantes, como sujeitos individuais e coletivos presentes nessa importante mobilização política. Esses segmentos, ao apoiarem a greve do ABC, aliaram-se à classe subalterna na luta pela defesa de seus interesses.

⁵³ Sader (1988: 27) narra as imagens dessa greve: “Era a manhã ensolarada do dia 1º de maio de 1980, e as pessoas que haviam chegado ao centro de São Bernardo para a comemoração da data se depararam com a cidade ocupada por 8 mil policiais armados, com ordens de impedir qualquer concentração (...) É que aquele Dia do Trabalho ocorria quando uma greve dos metalúrgicos da região alcançava já um mês de duração e levava o chefe do Serviço Nacional de Informações a prometer que ‘dobraria’ a ‘república de São Bernardo’”.

É no ápice dessas manifestações de comportamento coletivo e de contestação da ordem social vigente que surgem os “novos movimentos sociais” politizando espaços sociais⁵⁴ antes considerados privados e não-políticos.

Os denominados “Novos Movimentos Sociais”⁵⁵ - NMS - surgiram em diferentes países, principalmente a partir da década de 70, apresentando particularidades, a partir do contexto do qual se organizavam e das reivindicações que faziam.

Na América Latina, os movimentos sociais, na sua maioria, vêm, nos últimos vinte anos, tentando construir uma nova experiência de democracia⁵⁶. O fato marcante da atuação dos MS, nesse período, resume-se nas mobilizações populares que emergem de uma pluralidade de demandas concretas, o que propicia a disseminação de espaços políticos.

Essa proliferação de espaços políticos intensifica-se no Brasil, sobretudo, a partir do final da década de 70, quando antigos movimentos sociais se reorganizam com novas demandas e surgem novos grupos como forças políticas no âmbito da sociedade civil⁵⁷.

Os NMS englobam, então, as novas práticas coletivas, mas também as antigas que reorientam suas experiências e estratégias políticas.

Para Scherrer-Warren (1993), o ideal básico que substancia o agir dos NMS é a criação de um novo sujeito social, o qual redefine o espaço da cidadania para além dos

⁵⁴ Dentre essas manifestações Sader (1988) destaca: os movimentos populares nos bairros de periferia da Grande São Paulo, a formação do chamado “Movimento do Custo de Vida”, o crescimento de correntes sindicais contestadoras da estrutura ministerial tutelar, o aparecimento das comunidades eclesiais de base, as greves a partir de 1978 e a formação do Partido dos Trabalhadores.

⁵⁵ Existem questionamentos quanto à novidade desses movimentos. Frank (1989: 19) defende que “Os ‘novos’ movimentos sociais não são novos, ainda que tenham algumas características novas; e os movimentos sociais ‘clássicos’ são relativamente novos e provavelmente temporários”.

⁵⁶ Sobre os Movimentos Sociais na América Latina ver Calderon (1989) “Movimentos Sociais e Democracia: os conflitos para a criação de uma nova ordem”. In: Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania.

⁵⁷ Como exemplos de antigos movimentos que se renovam temos o Novo Sindicalismo e as Novas Associações de Bairro e quanto aos novos grupos, temos as Comunidades Eclesiais de Base, Movimentos Feministas, Ecológicos, Étnicos e outros.

limites da cidadania burguesa. Outros(as) autores(as) também se reportam a esse aspecto, sugerindo a possibilidade de analisar os NMS como portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência da cidadania⁵⁸.

Nesses termos, Durham (1984: 29) argumenta que *“a transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania”*.⁵⁹

Alguns NMS, por meio de suas lutas por direitos de cidadania, passam a questionar a situação de opressão e dominação a que estão submetidos, criando possibilidades concretas para fortalecer a luta pela construção de um novo modelo cultural, que contribua para a ruptura da ordem capitalista.

Scherrer-Warren (1993) faz referência a algumas aspectos importantes defendidos pelos NMS no processo de construção desse novo modelo cultural, destacando-se: a reapropriação política do sentido das relações comunitárias; a tentativa de democratização das práticas cotidianas internas ao grupo; a tomada de decisões e o encaminhamento das lutas a partir das bases do movimento e a busca de autonomia frente ao Estado, aos partidos e à interrelação de diferentes movimentos.

Em referência à interlocução entre diferentes movimentos, Durham afirma que

“Os movimentos articulam-se (em diferentes níveis e com amplitude diversa) em função de uma ou várias reivindicações coletivas que são definidas a partir da percepção de carências comuns (que vão desde a ausência de asfalto ao sentimento de um tratamento discriminatório ao nível das relações sociais em seu conjunto”. (1984: 27)

O ME viveu, no início da década de 80, período de efervescência dos “Novos

⁵⁸ Ver Vigevani (1989), Dagnino (1994), Telles (1994), dentre outros.

⁵⁹ Segundo Dagnino (1994), tanto os movimentos sociais de tipo urbano, quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc., realizam a luta por direitos, que constituem a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania. Sobre a concepção de direitos ver Telles (1994).

Movimentos Sociais”, um momento de reestruturação das suas entidades. Nesse contexto esteve presente, na maioria das entidades estudantis, uma visão de política distanciada do cotidiano dos(as) estudantes. Assim, supunham não-políticas as discussões sobre a formação profissional e demais dimensões acadêmicas, o que restringiu a prática do ME, na maioria das vezes, a um discurso conjuntural genérico e a uma prática distanciada do contexto universitário.

Nesse sentido, na primeira metade dos anos 80 há

“uma desconexão entre o rumo que toma a sociedade civil e nela os novos movimentos sociais e a conduta política hegemônica no movimento estudantil. Enquanto os ‘novos personagens’ que entram na cena política do país priorizam o seu cotidiano como lugar de reivindicações, de formação de lideranças e de formulações de propostas políticas; no movimento estudantil há um distanciamento do cotidiano universitário, não há uma preocupação em construir uma inserção no debate acadêmico, nem de identificar as demandas postas para o movimento estudantil neste âmbito” (Santos, 1992: 14).

Desse modo, o ME não descobrira algo que os NMS já vinham trabalhando: o seu cotidiano, grande palco de lutas e reivindicações. Isso contribuiu para aprofundar a crise experimentada pelo ME na conjuntura pós-ditadura militar.

É nessa época que as principais tendências políticas atuantes no ME começam a assumir e discutir a crise⁶⁰ em que o movimento estava imerso. A crise do ME era debatida por todas as tendências políticas presentes no movimento. Assim, embora tivessem análises diferenciadas sobre as razões e as implicações dessa crise no cotidiano da organização, admitiam que desde os primeiros momentos após a reconstrução em 79 o ME já não

⁶⁰ Segundo Santos (1992: 16) “Esta crise política demanda questionamentos que vão desde as representações que os(as) militantes têm acerca da sua concepção de mundo, indivíduo e sociedade, passando pela reflexão sobre a própria cultura política: o aspecto democrático (ou não) da ação política, os valores, os juízos, a intencionalidade da prática cotidiana”.

conseguia expressar sua vitalidade e potencial aglutinador. Essa crise se manifestava na despolitização generalizada dos(as) estudantes, na desarticulação das entidades estudantis, na falta de representatividade do movimento, dentre outras questões.

Trata-se, pois, de reconhecer que esta crise advinha de múltiplas determinações, tais como: alterações ocorridas na sociedade e na universidade brasileira; impasses e modificações nas dimensões da vida cultural e social da juventude; crise de paradigmas e perspectivas políticas nas esquerdas. Segundo Lacerda,

“a queda de uma série de utopias, da perspectiva de uma sociedade diferente - por que não dizer -, de uma sociedade socialista, tudo isso torna a crise do movimento estudantil ainda maior. Mas se a gente fala que a juventude é um momento de sensibilidade, de questionamentos, de busca de um projeto de vida, essas questões têm um impacto muito grande” (1990: 21).

A crise do ME, sob esse prisma, não deve ser reduzida apenas a uma “crise de direção” dos grupos políticos que estão à frente das entidades estudantis, mas deve ser remetida ao quadro complexo e dinâmico das modificações ocorridas na sociedade brasileira, nas esquerdas e na própria juventude.

Essas discussões geraram, na segunda metade da década de 80 e início dos anos 90, novas reflexões no horizonte político do ME. Nessa perspectiva, são debatidas questões relacionadas à universidade, à formação profissional e à juventude. A problematização das questões acadêmicas e da situação e desafios colocados para os(as) jovens brasileiros(as) produziram mudanças qualitativas na sua ação política.

Neste período, no Brasil, as reflexões intelectuais traziam novas contribuições teóricas para o entendimento da práxis revolucionária, no que concerne, principalmente, à consciência, à ideologia e à organização (Scherrer-Warren, 1987). Segundo esta autora, na análise de novas perspectivas de estratégias revolucionárias, o pensamento gramsciano contribuiu para a compreensão das mudanças ocorridas na sociedade brasileira face ao

processo de democratização do regime. Isto porque a concepção de Estado e a reflexão sobre a práxis política, em Gramsci, foram decisivas para decifrar a complexidade da ação política dos organismos da sociedade civil.

O pensamento gramsciano teve ampla repercussão nas Ciências Sociais, nos partidos de esquerda, nos movimentos sociais e, especificamente, no M.E., sobretudo, a partir do 38º Congresso da UNE, realizado em 1987, momento no qual se instaura, intensamente, um debate nacional acerca do papel social desse movimento.

Vale ponderar que a visão sobre a missão que o ME deveria desempenhar na sociedade, dependia da concepção que as tendências presentes no movimento tivessem sobre a estratégia de transformação social e a importância dos(as) estudantes nesse processo.

Convém considerar que a postura hegemônica que assume a diretoria da UNE naquele ano (indivíduos pertencentes a tendências políticas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores) propõe que o papel social do ME, naquela conjuntura, fosse prioritariamente a disputa ideológica no espaço universitário⁶¹.

Para Santos (1992: 20)

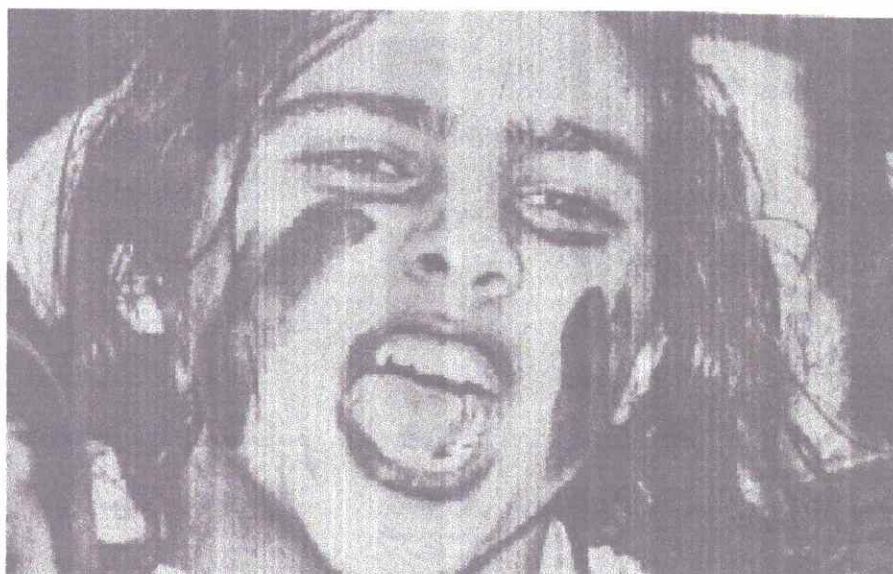
“a partir do final da década de 70, a sociedade brasileira começa a respirar ares democráticos que resultam na reorganização do movimento sindical, na criação de novos partidos políticos - entre eles o PT - que define uma proposta política de apoio e construção de reivindicações/alternativas para os setores populares. Diante disso, o movimento estudantil é chamado a redefinir seus objetivos e estratégias políticas e, neste processo, vislumbra como perspectiva política uma presença cotidiana na universidade, revitalizando as lutas específicas e, sem perder o ‘trem da história’, apoiar e construir com outros movimentos e entidades as lutas mais gerais no âmbito da sociedade civil”.

⁶¹ Já nos referimos às diferentes posições das diversas tendências que disputavam a diretoria da UNE no 2º item deste capítulo.

O ME alia-se a outros movimentos e entidades para a defesa de interesses comuns. Sobre a construção conjunta das lutas pelos diversos MS, partidos políticos de esquerda e demais sujeitos coletivos Scherrer-Warren (1993: 59) destaca a necessidade de identificar

“que tipos de alianças são necessárias para conduzir o movimento além de suas reivindicações imediatas. Um projeto mais global de democratização da sociedade, para se concretizar, necessita da articulação das diferentes forças organizadas da sociedade civil e de representação através de partidos políticos”.

É no sentido de analisar até que ponto as alianças estabelecidas pelo Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) com outros sujeitos sociais têm contribuído para identificar interesses comuns e fortalecer a luta dos segmentos majoritários da população, que resgataremos a sua história e o seu processo de organização.



CAPÍTULO III

“Não ligue pra essas caras tristes fingindo que a gente não existe”

(Cazuza)

CAPÍTULO III - O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS(AS) ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL NO PLANO NACIONAL: RESGATE E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

Para analisar o processo de organização política do MESS torna-se necessário resgatar a sua história, considerando o percurso das executivas de curso, o perfil dos(as) seus(suas) dirigentes estudantis e as particularidades da sua entidade nacional: SESSUNE/ENESSO.

3.1. Recriando horizontes para o ME: da UNE às Executivas de Curso

Na conjuntura das décadas de 80/90, durante a trajetória de reconstrução do ME brasileiro, outras entidades, além da UNE, atuaram de modo relevante para a organização estudantil, destacando-se as executivas nacionais de cursos que germinaram uma prática significativa na redefinição de estratégias para a ação política do Movimento. As executivas de curso imersas no Movimento de Área⁶², aparecem como uma

“tentativa clara e elaborada de construir uma alternativa à estrutura do ME. Embora muitas delas tenham histórias longas - especialmente nas áreas de agronomia e arquitetura -, o movimento por área começou a ganhar fôlego em 92, com o início do Fórum Nacional das Executivas de Curso” (Mische, 1996: 28).

Anteriormente à criação do Fórum Nacional das Executivas de Curso, não encontramos sistematizada, em documentos, a trajetória e as propostas de organização do movimento de área. Entretanto, há alguns registros dessa organização estudantil, por curso, nas décadas de 60 e 70, no livro de Romagneli (1979), tais como: o relato da realização dos primeiros encontros de estudantes por cursos depois do golpe militar de 1964⁶³ e a

⁶² Movimento de área é a denominação dada à organização dos(as) estudantes por curso.

⁶³ Em 1972 e 73 realizaram-se os encontros de estudantes de Medicina e Engenharia.

importância dada, por uma posição política presente na direção da UNE, em 1969, à atuação das executivas como um dos melhores instrumentos para conduzir a luta durante aquele período de repressão.⁶⁴

É, sobretudo, nos anos 80, com a criação de diversas executivas de curso que começa a discussão conjunta, dessas entidades, sobre os destinos do movimento. Em meio a esse contexto, a SESSUNE nasce, em 1988, como expressa a diretora entrevistada, da primeira gestão da entidade:

“(...) era uma coisa nova que estava surgindo, já existia em outros cursos, mas no Serviço Social era uma coisa nova; naquele ano⁶⁵, inclusive, existiam muitas executivas em formação. (...)” (Montanha).

As executivas de curso são entidades que estão próximas às áreas de interesse profissional dos(as) estudantes, possibilitando-lhes a discussão de questões concretas acerca da organização curricular, do papel social do(a) profissional e de propostas alternativas para as políticas públicas. Muitas delas têm

“inserção em movimentos sociais, como o movimento sem terra, no caso de agronomia (a FEAB, a executiva mais antiga do país, se destaca pela organização de estágios de vivência, que levam estudantes para conhecer a realidade dos acampamentos), além do movimento de saúde, no caso de enfermagem e medicina, ou educação popular, no caso de pedagogia” (Mische, 1996: 28).

Os movimentos sociais dos sem-terra e aqueles relacionados à saúde e à educação mostram-se como aliados importantes para a efetivação das propostas das executivas, na medida em que defendem interesses das classes subalternas. A Executiva de

⁶⁴ Romagneli (1979: 15) cita o seguinte depoimento de Jean Marc Van der Weid, presidente da UNE em 1969, sobre o papel das executivas: “Estas executivas ficaram meio em água morna durante um longo período. Em 69, achei que elas ganhariam um relevo novo, na medida em que eu considerava que um recuo faria com que as lutas de caráter nacional e político diminuíssem de vulto e que seria criado um espaço importante para a luta específica setorial. Se a UNE fosse capaz de organizar esses diferentes setores, as executivas seriam o melhor instrumento que teríamos para conduzir a luta por um longo período de repressão”.

⁶⁵ Ano de 1988, quando a SESSUNE foi criada.

Serviço Social também se unifica a diversos movimentos ligados à defesa das políticas sociais e, particularmente, da assistência social, tendo um papel reconhecido, juntamente com as demais entidades da categoria, na luta pela aprovação e efetivação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A partir do final dos anos 80, começam a ser realizados, anualmente, os Encontros Nacionais das Executivas de Curso (ENEX). O primeiro ocorreu em 1988, ano da criação da executiva nacional dos(as) estudantes de Serviço Social.

Durante os ENEX, discutia-se, prioritariamente, o papel social do ME e as propostas para a intervenção das executivas. Neste sentido, no relatório do V Encontro Nacional de Executivas de Curso, realizado em 1993⁶⁶, há uma indicação para que os(as) jovens universitários(as) apresentem:

“propostas (projetos alternativos de ensino, pesquisa e extensão), nos espaços de representação discente⁶⁷ e também através de manifestações, garantindo sua efetivação prática. Desta forma estaremos construindo um projeto alternativo e democrático de universidade, dando a ela uma função social, que é de auxiliar na construção de uma nova sociedade, através da apropriação do conhecimento pela ampla maioria da população”.

Essa visão está de acordo com a concepção da missão social do ME, proposta pela tendência ligada ao PT que se encontra presente no movimento nacional. Esta tendência considera que o ME deve lutar, no interior da universidade, para que os diferentes cursos conquistem uma direção social capaz de elaborar, no âmbito de sua formação profissional, alternativas para o enfrentamento dos graves problemas que atingem as classes subalternas. Trata-se, pois, de entender que toda prática profissional tem dimensão política

⁶⁶ Neste encontro estavam presentes doze executivas de cursos: Engenharia Florestal, Arqueologia, Comunicação Social, Enfermagem, Geografia, Medicina, Letras, Agronomia, Arquitetura, História, Odontologia e Serviço Social.

⁶⁷ Existem diversos espaços de representação discente na universidade, como, por exemplo, a representação estudantil nos departamentos e órgãos colegiados superiores.

e, assim, o ME contribui para que esta dimensão expresse um compromisso ético-político com a emancipação das classes subalternas.⁶⁸

É, principalmente, a partir do 41º Congresso da UNE (1991), que a estratégia das executivas de curso vem sendo questionada no âmbito do processo de reestruturação do ME. Há posições, nessa discussão, que criticam as executivas de curso por defenderem somente questões específicas, relacionadas à formação profissional e à universidade, enquanto outras entidades (UNE e DCE's, por exemplo) desencadeariam lutas gerais, voltadas para a transformação da sociedade.

Essa argumentação, segundo a Carta do V Encontro de Executivas (1993),

“desconhece as experiências de várias entidades que há muitos anos superaram esta versão reducionista. Em seus eventos e encontros têm globalizado as suas questões específicas no contexto geral do ME, da universidade e da sociedade.”

As Executivas defendem, dessa forma, a unidade entre as lutas específicas e as gerais, visando a implementar, para o ME, uma dinâmica não-corporativista, mas articulada e orgânica. Desse modo, na elaboração de uma estratégia para o movimento faz-se necessário estabelecer relações com outros sujeitos coletivos que lutem na perspectiva não-capitalista.

Nesse sentido, propõem como estratégia a formulação de políticas setoriais e globais para a ação política dos(as) estudantes e da própria UNE. Na Carta do V Encontro são sugeridos três campos prioritários, quais sejam: denúncia das políticas públicas do Estado, atuação na universidade e intervenção social dos(as) estudantes.

No primeiro caso - denúncia das políticas públicas do Estado - caberia aos(as) estudantes e às suas entidades uma análise mais apurada dos impactos sócio-político-

⁶⁸ Ver a abordagem dessa concepção no item 2.2 desse trabalho.

econômico-culturais, nas suas respectivas áreas de atuação profissional, apresentando alternativas que se oponham ao conteúdo defendido pelos segmentos dominantes.

No segundo campo - atuação na universidade - propõe-se aos(as) estudantes a realização de denúncias quanto à atual função social da universidade, através de debates sobre: os interesses atendidos nas pesquisas desenvolvidas, os conteúdos das grades curriculares, a formação profissional e sua vinculação com a realidade, a extensão, a assistência estudantil, dentre outros.

Para a intervenção social dos(as) estudantes, terceira diretriz proposta, é sugerida a vinculação destes com profissionais da sua e de outras áreas e com movimentos sociais populares. Discutir-se-ia com os(as) profissionais assuntos relacionados ao exercício da profissão, buscando-se realizar eventos conjuntos, contando-se, ainda, com trabalhadores(as) de setores afins. Em relação à aproximação do ME com os movimentos sociais populares, a Carta do V Encontro afirma que esta deve ser *“uma prática que, além do exercício dialético entre o conhecimento científico e popular, constitua-se num elemento que possibilita a definição de classe dos estudantes e do M.E.”* Diante do exposto, podemos considerar que, mais uma vez, surge, no processo de ação política do ME, a opção de alianças com outros movimentos sociais e entidades de categorias profissionais que lutem pela reversão da ordem social vigente.

No final da Carta do V Encontro, há uma referência sobre a relação do ME de área com a UNE. Desse modo, salienta que as executivas de curso, embora mobilizem milhares de estudantes, todos os anos, e intervenham, qualitativamente, no ME, por meio de trabalhos permanentes em diversas áreas, revelam dificuldades de interlocução orgânica com a UNE, cuja estrutura vertical e burocrática e concepções adotadas pela diretoria,

impedem a participação das executivas nas tomadas de decisões relativas ao ME brasileiro⁶⁹. Pronunciando-se sobre a UNE Mische (1996: 26) afirma que:

“Essas críticas se devem em parte à sua própria estrutura, herança do modelo clássico das organizações de esquerda: entidade única, hierárquica e centralizada, disputada por forças divergentes, com instâncias menores espalhadas pelos estados e universidades. Pressões pela democratização interna, pela descentralização das instâncias decisórias, pela maior aproximação e comunicação com as bases estudantis representam desafios não somente a uma ou outra gestão, mas ao próprio modelo organizativo do movimento estudantil”.

As executivas, embora não façam parte da estrutura interna da UNE, sugerem algumas mudanças para dinamizar sua relação com esta entidade, além de propor uma maior democratização interna na UNE e nas instâncias deliberativas do ME. Dentre outras propostas estão: indicação dos(as) secretários(as) de área da UNE, pelos movimentos; a criação de grupos de trabalho (extensão, questão agrária e meio ambiente, educação popular, saúde coletiva, cultura, ciência e tecnologia, negros, mulheres, comunicação); o voto das executivas de curso no CONEG; a criação de UNE's regionais; eleições diretas para a UNE e a realização do 2º Seminário sobre Movimento Estudantil e Extensão.

As executivas estão construindo uma nova concepção de democracia nas entidades estudantis buscando, também, estabelecer uma perspectiva interdisciplinar. A experiência vivida no fórum de executivas de curso revela algumas características que sustentam essa nova concepção⁷⁰, ao mesmo tempo em que vão de encontro ao modelo

⁶⁹ A tendência Viração, majoritária na direção da UNE durante a maioria das gestões da década de 80 e anos 90, posicionou-se contrária ao voto das executivas de curso no CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais) durante os Congressos da UNE, privando as executivas de terem poder deliberativo em um movimento que elas também constroem no cotidiano.

⁷⁰ No texto intitulado “Fórum Nacional das Executivas de Curso” há a afirmação de que “o Fórum não pretende ser em hipótese alguma, uma nova entidade ou mecanismo burocrático, mas um espaço democrático de constante troca de experiências entre as executivas e de implementação de trabalhos em conjunto. O Fórum não é atrelado, nem paralelo à UNE (...) é independente, é um espaço das executivas que se propõe à constituir-lo e está inserido na diversidade do movimento estudantil.

organizativo da UNE. Esse fórum, criado em 92⁷¹, é concebido como

“espaço de elaboração e troca de experiências entre as executivas, sem processos de votação, sem disputa de cargos, sem sede ou diretoria fixa. Em contraste explícito com a UNE, o Fórum não é designado como entidade representativa ('ninguém fala pelo Fórum'), mas como espaço-rede, descentralizado e democrático, que responde às necessidades e preocupações emergentes do movimento por área” (Mische, 1996: 28).

Outra preocupação, notada no fórum, é a vontade de suprimir, das reuniões das executivas de curso, a lógica partidária presente nos Congressos da UNE. Vale considerar que essa posição se impõe, apesar do engajamento partidário de considerável número de participantes das executivas. Trata-se da perspectiva de modificar a relação instrumental entre o movimento e os partidos políticos, construindo uma autonomia crítica e uma interlocução criativa entre essas esferas de representação política.⁷²

No texto “Fórum Nacional das Executivas de Curso”, produzido a partir das deliberações do VI ENEX, as executivas expõem a sua concepção de ME, afirmando que este *“transcende as entidades, é amplo, plural, está organizado e micro-organizado nas mais diversas formas, dinâmicas e especificidades”*.

Em síntese, as Executivas de Curso têm lutado para romper com os valores e práticas centrados no autoritarismo, no personalismo das lideranças e na hierarquia burocratizada e centralizada quanto à tomada de decisões no ME. As executivas constituem-se, no âmbito do ME, num espaço plural de reelaboração e socialização de experiências de descentralização do poder, caracterizadas pela incessante busca de relações democráticas e autônomas. Procuram, ainda, construir uma interlocução crítica com outros sujeitos coletivos através de alianças políticas baseadas em propostas amplamente discutidas

⁷¹ No VI ENEX em Uberlândia.

⁷² Nos deteremos na análise da relação entre os MS e os partidos políticos no item 4.3 desse trabalho.

e com viabilidade de execução.

3.2 - Construindo “a beleza de ser um eterno aprendiz”: o perfil do(a) dirigente estudantil de Serviço Social

Os(as) dirigentes dos movimentos sociais são os(as) principais agentes do processo de elaboração de estratégias e de alianças desses movimentos com outros canais coletivos de participação política. A importância de construirmos o perfil do(a) dirigente estudantil, reunindo aspectos como idade, sexo, situação sócio-econômica, tempo de militância, participação em outros movimentos e em partidos políticos, consiste na necessidade de conhecermos a sua ação política que se fundamenta também na sua visão de mundo e nos seus valores.

Os(as) dirigentes entrevistados(as) participaram da diretoria da SESSUNE/ ENESSO no período de 1988 à 1995. São estes(as) dirigentes que imprimem direção política ao MESS. Essa direção é construída no cotidiano da participação estudantil na universidade, bem como na interlocução com outros movimentos e na participação em lutas que apresentem reivindicações consideradas mais gerais no âmbito social.

A maioria das(os) dirigentes é composta por indivíduos do sexo feminino, com idade entre 21 e 25 anos e solteiras (cf. tabela 1 em anexo).

A predominância feminina entre as(os) dirigentes da SESSUNE/ENESSO (7 mulheres) está em consonância com o maior número de mulheres na base do MESS. A presença majoritária de mulheres nos cursos de Serviço Social explica-se pela origem da profissão no nosso país, a qual vincula-se à ação política e social da Igreja Católica, remontando à época em que senhoras católicas, provenientes das classes dominantes⁷³,

⁷³ “O Serviço Social, surgindo diretamente vinculado a entidades religiosas, se expressa pela base organizativa e doutrinária de ação social da Igreja e da assistência pública do Estado, com caráter humanitário e filantrópico, sendo exercido por representantes de setores das classes dominantes, principalmente as senhoras ‘caridosas’ da sociedade” (Silva, 1984: 38).

realizaram atividades assistenciais. No entanto, é importante enfatizarmos a presença da mulher em postos de direção política, como momento de ampliação da participação feminina nas esferas de decisão da sociedade⁷⁴.

Em relação à idade, podemos comprovar que a juventude é o segmento social predominante nas universidades e no ME. Constatamos que a maioria, 6 (seis) dirigentes estudantis, assume a diretoria da SESSUNE/ ENESSO entre 21 e 25 anos.

Esses dados estão de acordo com os resultados quantitativos do questionário do perfil do(a) estudante de Serviço Social, realizado pela ENESSO⁷⁵, que revelam: 93% das(os) estudantes são do sexo feminino e 46% possui idade entre 21 e 26 anos.

Sobre a relação entre juventude e política, uma pesquisa⁷⁶ realizada em 1991 afirma que os jovens de hoje *“não se interessam por qualquer tipo de manifestação social. Vivem para resolver seus projetos pessoais. A juventude dos anos 90 estaria interessada em melhorar a própria vida, ao contrário da geração dos seus pais que queria mudar o mundo”*.

Outra pesquisa recente, realizada pela UNE, investiga o pensamento do(a) estudante universitário(a) brasileiro(a)⁷⁷ contrapondo-se à visão acima referida. Segundo seu relatório, as respostas dos(as) estudantes contradizem *“as noções bastante defendidas de que o jovem está alienado, que não se preocupa com os problemas sociais e políticos do país e que está voltado apenas para si mesmo”*. Esta pesquisa revela a preocupação dos(as) jovens universitários(as) com os problemas sociais e políticos do país, relacionando-

⁷⁴ Como mais um mecanismo de ampliação da participação feminina nas instâncias sociais, os partidos políticos, a partir da experiência e da proposta do PT, estabeleceram nos seus quadros a cota de 30% para participação das mulheres como candidatas a cargos eletivos.

⁷⁵ Esses resultados foram apresentados na “Versão preliminar do relatório final da pesquisa do perfil do estudante de Serviço Social” pela gestão “Nosso próprio tempo” (94/95).

⁷⁶ Pesquisa realizada pela McCann Erikson In: Mische (1996: 23).

⁷⁷ UNE, “O que pensa o estudante universitário brasileiro”. Pesquisa de opinião (relatório síntese). Junho de 1995.

os à falta de perspectivas profissionais futuras. Assim, para esses(as) jovens, a sociedade brasileira não lhes apresenta condições favoráveis para trabalhar e viver dignamente.

Os dados da pesquisa, ora em tela, sugerem que os(as) dirigentes estudantis são jovens que além de se preocuparem com os problemas sociais e políticos do país, buscam propor, através da ação coletiva cotidiana, soluções para esses problemas. Podemos evidenciar, ainda, que as esquerdas sempre deram relevo à participação da juventude nas suas organizações políticas, embora, muitos de seus setores tivessem uma visão equivocada e restrita do(a) jovem, considerando-o(a) mero(a) “recruta revolucionário(a)”. Essa visão instrumental do papel da juventude na política, não está circunscrita só a forças de esquerda, posto que é evidente, em várias ocasiões, na nossa sociedade autoritária, quando as classes dominantes tentam manipular os(as) jovens como “massa de manobra” para que apoiem suas medidas econômico-sociais e culturais.

Dos(as) jovens que participaram das gestões da SESSUNE/ENESSO, no período estudado, a maioria (88,8%) era solteira e apenas um dos dirigentes trabalhava⁷⁸. Esse dado sugere que tinham o estudo como principal responsabilidade das suas vidas e que suas famílias tinham situação econômica capaz de garantir-lhes a sobrevivência e de permitir-lhes que, enquanto cursassem a universidade, não precisariam trabalhar.

Quanto à procedência, os(as) dirigentes estudantis eram, predominantemente, de origem urbana (77,7%), refletindo, assim, o quadro social brasileiro que, desde meados da década de 70, sofre a aceleração dos impulsos modernizadores do regime de 1964. *“Afiml, estes impulsos agilizaram, fortemente, a urbanização do país e conformaram as bases técnicas e culturais - ainda que socialmente limitadas - de uma moderna sociedade de massas ou de consumo”* (Ribeiro, 1993: 12).

⁷⁸ O dirigente que trabalhava era operador de microcomputadores e os(as) demais cumpriram o estágio curricular exigido pelo curso de Serviço Social.

Esclarecemos que as duas dirigentes estudantis (22,2%) oriundas de cidades do interior nordestino⁷⁹, deslocaram-se cedo para estudar na capital, incorporando costumes e valores culturais urbanos.

Verificamos, ainda, que das(os) 9 dirigentes entrevistadas(os), 2 eram negras. A discussão sobre o acesso do segmento negro à universidade é tema polêmico, cujo debate, com seriedade, é recente no país. Segundo dados da matéria “Igualdade desigual”⁸⁰, 45% da população brasileira é de cor negra e na universidade apenas 13% dos(as) estudantes são negros(as). Ainda de acordo com essa matéria, 54% da população brasileira é de cor branca, enquanto 84% dos(as) estudantes universitários(as) são brancos(as). Esses dados sugerem o restrito acesso do segmento negro na universidade brasileira.

No tocante à escolaridade, os(as) dirigentes apresentam, no 2º grau, um equilíbrio quanto à formação escolar: instituições públicas (55,5%) e particulares (44,4%). No entanto, a nível de 3º grau predominam as universidades públicas (4 federais e 1 estadual)⁸¹, havendo apenas uma dirigente estudado em universidade privada, (cf tabela 2 em anexo).

Os dados parecem indicar que, independente da natureza da escola de 2º grau (pública ou privada), os(as) estudantes apresentam experiências no ME secundarista e em outras instâncias coletivas (Igrejas, partidos), o que possibilita a busca de formas políticas de participação na universidade. Contudo, vale ressaltar que a predominância de militantes em universidades públicas sugere que o ME tem mais possibilidades de articulação e organização nestas, devido à maior quantidade de recursos destinados à assistência estudantil, à extensão, ao financiamento para a participação em atividades tais como congressos, seminários, encontros etc. Nesse sentido, a região que mais sediou a

⁷⁹ As cidades referidas são Trairi e Itapipoca, localizadas no Estado Ceará.

⁸⁰ Matéria publicada na revista Veja, Edição 1445 - ano 29 Nº 21/1996.

⁸¹ Dos(as) dirigentes entrevistados(as), quatro cursaram Serviço Social em universidades federais (UFRJ, UFPE, UFRN e UFPB), quatro na UECE - Universidade Estadual do Ceará (que sediou quatro das oito gestões da SESSUNE/ENESSO) e um na UCSAL - Universidade Católica de Salvador, a única particular.

SESSUNE/ENESSO foi a Nordeste (5 das 8 gestões), onde a maior parte dos cursos de Serviço Social encontra-se em universidades públicas⁸².

Já São Paulo que tem o maior número de escolas privadas⁸³ apresenta maiores dificuldades de organização como sugere esse relato

“(...) São Paulo é um pólo de escolas particulares, de escolas privadas e tinha um percentual de participação muito pequeno em relação às outras escolas públicas que participavam dos encontros, dos fóruns de discussão do ME de Serviço Social (...)” (Montanha).

Quanto à situação familiar, alguns dados (tabela 3, em anexo) indicadores da situação de classe dos(as) dirigentes estudantis, tais como, grau de instrução e ocupação dos pais e mães, sugerem ser a classe média a predominante.

Os dados indicam que a maioria dos pais dos(as) dirigentes (55%) cursou, apenas o primeiro grau, 22,2% o segundo grau e 22,2% a universidade. Com relação às mães, o percentual (33,3%) é igual para os três níveis de escolaridade. No que concerne à ocupação, a maioria dos pais e mães são funcionários(as) públicos(as) (5 pais e 4 mães), 22% dos pais e 33% das mães são profissionais liberais, havendo, ainda, 2 pais comerciantes e 4 mães que trabalham em casa.

Araújo (1977), discutindo mudanças na estrutura social brasileira, divide as camadas médias em assalariadas (funções burocráticas; funções técnicas, científicas, artísticas; administração pública; transporte de passageiros; atividades sociais, comércio, serviços etc) e não-assalariadas (profissionais liberais e trabalhadores(as) independentes, “autônomos(as)” do setor industrial, do comércio, dos serviços, dos transportes, das atividades sociais e de outras atividades não especificadas). Para ele

⁸² Os cursos de Serviço Social na região Nordeste estão inseridos em 7 universidades federais (UFMA, UFPI, UFRN, UFPB, UFPE, UFES, UFAL), 3 estaduais (UECE, URRN, UEPB) e 3 privadas (UNICAP, UCSal e FIT).

⁸³ No Estado de São Paulo existem cursos de Serviço Social em 23 universidades, sendo a UNESP-Franca a única pública (estadual), as demais são privadas.

“em um país onde é significativo o processo de urbanização decorrente de um desenvolvimento industrial específico, as camadas médias representam uma parcela importante da população. (...) a separação quantitativa entre camadas médias assalariadas e camadas médias não assalariadas adquire no contexto do desenvolvimento econômico atual uma importância qualitativa, sobretudo se se considera que as condições objetivas de existência dessas camadas, diferenciando-as economicamente, reservam-lhes posições diferenciadas subjetiva e politicamente” (Araújo, 1977: 105).

Nessa perspectiva, podemos admitir que a situação de classe das famílias das(os) dirigentes nas camadas médias brasileiras, confirma a suposição já feita neste trabalho de que as(os) estudantes são, na sua maioria, oriundos(as) da classe média, setor social majoritário nas universidades do país.

Outro aspecto importante a ser analisado é o tempo de atuação no ME e na SESSUNE/ ENESSO. Percebemos que a totalidade dos(as) militantes participa do movimento por 2 a 4 anos, integrando uma ou duas gestões dessa executiva, conforme tabela 4 (em anexo). Esse tempo de participação tem relação com a duração média dos cursos de Serviço Social (de 3 a 5 anos), o que qualifica os(as) dirigentes como estudantes que participam politicamente e, não, como militantes profissionais, que se atrasam no curso ou, até, mudam de universidade de acordo com a orientação partidária.

Verificamos que mais da metade dos(as) dirigentes, 5 (cinco) entre 9 (nove), participou de duas gestões da executiva. Destes cinco, três estiveram, inicialmente, na coordenação regional e na segunda gestão, participaram da coordenação nacional.⁸⁴

Cumpramos registrar que esse tempo médio (2-4 anos) de participação do(a) dirigente nas diretrizes da SESSUNE/ENESSO, pode envolver a atuação simultânea do(a) mesmo(a) em outras entidades estudantis, principalmente o Centro Acadêmico (CA) ou o

⁸⁴ A diretoria da ENESSO, conforme seu estatuto atual, possui sete coordenações regionais e uma coordenação nacional composta por cinco cargos: Coordenador(a) Geral, Secretário(a) Geral, Tesoureiro(a), Coordenador(a) de Imprensa e Coordenador(a) de Formação Profissional.

Diretório Acadêmico (DA) de Serviço Social. Segundo Guilhaon Albuquerque (1977: 89), em sua pesquisa sobre a consciência social dos(as) militantes do ME na América Latina, *“a participação é tanto mais intensa quanto mais o ator é engajado formalmente (...) os estudantes que nunca ocuparam qualquer cargo são os mais numerosos na categoria da participação mínimo e a participação máxima corresponde aos estudantes que ocuparam cargos de direção”*.

A maioria dos(as) dirigentes do MESS (88,8%) participou do CA ou DA antes de entrar na executiva. Essa tendência é confirmada nos seguintes depoimentos:

“(...) logo em 89 eu entrei na chapa do CA e aí comecei participar mais ativamente no ME em Serviço Social. Bom, foi mais ou menos isso daí a minha inicial participação no ME, aí, depois veio a SESSUNE” (Terra).

“(...) Então, foi através da proposta política do nosso movimento no CA da UECE⁸⁵, da nossa experiência, que eu, particularmente, via a necessidade de levar a nível nacional a nossa proposta política (...) Foi por isso que eu participei da articulação e entrei na executiva” (Água).

Em alguns casos, antes da participação no CA, o(a) dirigente passou por uma experiência como representante de turma, conforme demonstram as seguintes falas:

“(...) logo no 1º semestre eu fui eleita representante de turma e aí comecei a participar do movimento do DA com frequência” (Nuvem).

“Comecei a participar do ME através do Conselho de Representantes de Turmas (CORETUR), que tem no curso de Serviço Social da UECE⁸⁶. Foi uma experiência muito interessante: foram 06 meses em que deu para conhecer um pouco a dinâmica do ME. Mas, isso se intensificou, mais ainda, com a participação no Centro Acadêmico” (Estrela).

⁸⁵ UECE - Universidade Estadual do Ceará.

⁸⁶ O Estatuto do CA Livre de Serviço Social da UECE estabelece na Seção II as atribuições do CORETUR. No Art. 20º diz “O Conselho de Representantes de Turma (CORETUR) é instância deliberativa; é órgão de representação exclusiva dos estudantes. § Único - O CORETUR, enquanto instância deliberativa e constitutiva do CALSS (Centro Acadêmico Livre de Serviço Social), é superior à diretoria do mesmo e inferior à Assembléia Geral ou o conjunto das Assembléias Setoriais, resguardada a autonomia relativa de ambos”.

A participação dos(as) dirigentes no CORETUR, no CA/DA é motivada por diversas questões como: a vontade de contribuir no processo de formação profissional; o desejo de construir amizades; o compromisso com a participação coletiva; a busca de experiências no plano pessoal e político e a perspectiva de contribuir para resolver os problemas do curso e da universidade.

A experiência de participação anterior, em outras instâncias deliberativas e entidades de base, possibilita maior maturidade política ao(à) dirigente da entidade nacional, pois este(a) já traz um acúmulo de vivências coletivas, que vão se afirmando, cada vez mais, no processo de militância, conforme os seguintes depoimentos:

“Quando entrei na ENESSO acho que eu estava num processo interessante, cada vez mais afirmando a questão da coletividade, a necessidade de estar representando os estudantes, lutando pela qualidade do ensino, pela universidade democrática e popular, uma sociedade justa e igualitária” (Lua).

“Sinceramente eu nunca esperava hoje estar na ENESSO. Mas acho que é uma trajetória que se constrói. Você não entra no movimento, pelo menos eu não entrei numa perspectiva de carreirismo, de achar que hoje eu era do CORETUR, amanhã do CA, depois da ENESSO. Acho que é a perspectiva do projeto político do qual eu tive identificação dentro do movimento que foi construindo essa militância” (Estrela).

Outro espaço de participação vivenciado pelas(os) dirigentes estudantis é o partido político. Notamos que grande parte das(os) dirigentes eram filiadas(os) ao PT (cf. tabela 4, em anexo), demonstrando que o ME, ao realizar alianças com segmentos partidários, elege aqueles que defendem, na sua proposta política, os interesses das classes subalternas.

A filiação dos(as) dirigentes aos partidos é uma realidade presente na maioria dos MS, tanto que os estudos referentes a esta temática desenvolvem reflexões sobre a sua relação com os partidos políticos. Dentre os(as) 9 dirigentes entrevistados(as), 6 eram

filiados(as) e 3 eram simpatizantes do Partido dos Trabalhadores. Dos(as) 6 filiados(as), 4 entraram para o partido após estarem participando do CA, enquanto 2 já eram filiados(as) anteriormente. A partir desses dados, constatamos que, ao entrarem na diretoria da executiva nacional, os(as) dirigentes já tinham ligação à vida partidária. Entretanto a maioria dos(as) dirigentes se aproxima do partido político após estarem nas entidades estudantis, enquanto a minoria (2) entrou no partido antes do ME.

Essa aproximação com o PT desenvolvida pela direção nacional do MESS, está em consonância com a maioria das executivas de curso, que durante os anos 80/90 também teve no PT a sua referência partidária.

No PT, há uma Secretaria Nacional de Juventude cujo objetivo prioritário é aglutinar os(as) jovens participantes dos movimentos sociais, além de realizar encontros nacionais de estudantes (ENEPT)⁸⁷, através do Coletivo Nacional de Juventude. Este coletivo reuniria a juventude petista para discutir questões relacionadas à conjuntura nacional, às perspectivas de organização dos MS, aos anseios da juventude no âmbito social, político e cultural. Em seu planejamento para 1993, esse Coletivo exprime a importância do ME para a organização da juventude petista, ao afirmar que

“atualmente nossos coletivos, na maioria dos casos, têm se limitado a companheiros do ME. É preciso superar esta situação e abranger militantes dos mais diversos movimentos de juventude, como: rurais, negros, culturais, pastorais, ecológicos, feministas, sindicais, homossexuais etc. A partir daí, discutir coletivamente estes movimentos e uma política unificada para nossa atuação neles” (Juventude PT, 1992).

Segundo Guilhaon Albuquerque (1977: 88)

“A participação dos estudantes é tanto mais intensa quanto a organização estudantil a que estão afiliados

⁸⁷ O I Encontro Nacional de Estudantes do PT aconteceu em 1985, com a proposta de ser realizado anualmente.

*é mais politizada*⁸⁸. As organizações partidárias são aquelas em que se encontra a mais intensa participação e a mais fraca é associada às associações culturais ou de serviço”.

A filiação ao PT da maioria dos(as) dirigentes entrevistados(as), reforça o perfil de esquerda na militância do MESS. Compreendemos que a esquerda no Brasil significa

“a contraposição ao neoliberalismo (...), significa a priorização das políticas sociais sobre as lógicas econômicas privatizantes, significa o desenvolvimento do mercado interno de massas para distribuir renda e capacidade de consumo para as grandes massas marginalizadas, significa a transformação de democracia política numa democracia com conteúdo social” (Sader, 1995: 194).

No que se refere à participação em outros MS antes, durante e depois da atuação no ME universitário, notamos que os(as) dirigentes apresentam outras experiências, como sugerem os dados da tabela 5 (em anexo) em que: 55,5% dos(as) entrevistados(as) participaram, antes da sua entrada no ME universitário, do ME secundarista (2), da Igreja (2) e do partido (1). Os depoimentos, abaixo relacionados, confirmam esses dados:

“A nível da universidade eu comecei a participar estimulada por ter participado antes do movimento estudantil secundarista” (Montanha).

“(...) eu já tinha uma experiência, não de militância estudantil, mas uma experiência de participação política, principalmente, no processo de militância na pastoral de juventude na Igreja” (Estrela).

A influência da Igreja junto aos MS no Brasil é muito forte, tendo em vista que sua proposta pedagógica enfatiza o saber popular e a importância da valorização do cotidiano no processo de conscientização e mobilização dos sujeitos envolvidos (Barreira, 1985). Essas questões contribuem para viabilizar uma posterior participação em outros MS como o Movimento Estudantil.

⁸⁸ A maior politização é entendida aqui, no sentido gramsciano, como a consciência política que ultrapassa os interesses corporativos, ampliando para a luta dos interesses de outros grupos subordinados.

Durante a militância no MESS apenas 2 dos(as) 9 dirigentes participavam de outros grupos e organizações, sendo 1 na Igreja e 1 no partido político. Quanto à participação no partido, embora 66,6% fossem filiados(as), apenas 1 apresenta, durante a militância no MESS, um engajamento partidário mais sistemático, nas suas instâncias e fóruns e, até mesmo, assumindo o cargo de Coordenadora da Juventude Universitária da Executiva Municipal do PT de Fortaleza.

Os depoimentos dos(as) entrevistados(as) mostram que depois da atuação no ME universitário, mais de um terço dos(as) dirigentes continuam se engajando, como profissionais em diversas práticas coletivas - partido político, movimento sindical, organizações da categoria (CRESS) e entidades ligadas a questões sexuais (GAPA). Essa inserção em outras instâncias coletivas supõe que a experiência no ME contribui para o processo de crescimento pessoal, profissional e político, bem como para que a perspectiva coletiva de construção de outra ordem societária não se pulverize com o término do curso, mas continue sendo desenvolvida em entidades e em outros movimentos sociais a partir de suas motivações subjetivas, profissionais, políticas e sociais.

É importante observarmos ainda que, durante a participação no MESS, os(as) dirigentes ocuparam importantes espaços de formação profissional, como o PET⁸⁹, a monitoria, a pesquisa, como demonstram as seguintes falas:

“(...) A grande maioria deles estudantes que iam para os encontros, estava militando, era gente que fazia pesquisa, que tinha uma bolsa de pesquisa pelo CNPQ ou monitoria (...)” (Terra).

“(...) Eu via também, que no PET eu teria uma intervenção política, naquele momento eu já não via como algo da minha formação profissional e pessoal, mas como uma forma de discussão da formação, bem mais ampla” (Água).

⁸⁹ O PET - Programa Especial de Treinamento - é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) para formação de futuros docentes, realizado para estudantes da graduação. Este programa já existe em vários cursos de Serviço Social do país.

Esses espaços acadêmicos (PET, monitoria e pesquisa) eram considerados dimensões importantes para a produção do saber e para a apreensão da realidade. O conhecimento adquirido, nessas instâncias, associava-se à intervenção política, demonstrando a importância do conhecimento científico como fundamento para o fazer político, destacando-se aí o papel dos(as) intelectuais. A importância do saber no processo político é destacada pelo marxismo, principalmente nas concepções de Lenin que considerava o saber uma das principais armas revolucionárias.

A participação dos(as) dirigentes, nesses espaços, demonstra, também, que o seu compromisso com a formação profissional não era algo abstrato, mas vivenciado concretamente no âmbito individual e público no cotidiano acadêmico de cada um e nas discussões coletivas acerca do projeto de formação profissional.

O compromisso dos(as) dirigentes com a formação profissional contribuiu, ainda, para desmistificar uma antiga visão de militância que concebia o(a) estudante partícipe das entidades estudantis, como aquele(a) que “não quer nada com estudo” e só quer “fazer política”. A atitude de participação nos espaços acadêmicos criou uma respeitabilidade frente aos(as) professores(as) e profissionais e suas respectivas entidades pelo tipo de movimento e pelos sujeitos que foram construindo esse processo organizativo.

Outro aspecto essencial nos depoimentos dos(as) dirigentes estudantis é a tendência à ruptura com os valores do conservadorismo. Tal questão é apresentada como uma das contribuições que a experiência no MESS propiciou aos sujeitos no cotidiano da sua organização, como podemos apreender dos relatos a seguir:

“(...) O ME contribui para quebrar preconceitos (...) depois de ter feito parte da SESSUNE onde a gente discutiu, posteriormente, em outros encontros a questão da sexualidade, a questão da ecologia, a questão do direito da pessoa ser, da liberdade, da autonomia das pessoas, da questão da subjetividade mesmo(...)” (Montanha).

“(...) Trabalhamos na militância da gente, o questionamento sobre as relações afetivas, sem perder de vista, ou melhor, sem deixar de colocar como uma coisa intrínseca às lutas mais gerais, as lutas políticas. Porque discutir afetividade, sexualidade, é também fazer uma discussão política, isso também é política⁹⁰” (Areia).

A contribuição do ME para romper preconceitos que reforçam discriminação acontece em momentos de discussão que propiciam uma reflexão crítica a respeito de valores e costumes da sociedade, os quais contribuem para manter a coesão social, além de legitimar diversos comportamentos e práticas de opressão. Heller (1989) destaca a procedência histórica dos preconceitos e a sua função de consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada. Nesse sentido, foram criados grupos de estudo e nos encontros, realizadas oficinas para se discutir sexualidade, religiosidade, uso de drogas, aborto etc procurando-se romper, assim, com o discurso conservador que comumente envolve a análise desses assuntos.

Nos grupos de estudo e oficinas, reforçava-se a perspectiva de liberdade e autonomia dos indivíduos, tanto na sua dimensão objetiva, como subjetiva. A perspectiva era a defesa do sujeito autônomo, entendido não como indivíduo que *“seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade”* (Sader, 1988: 56). Esse sujeito não se reduz a suas relações individuais e subjetivas, mas se relaciona em sociedade, processando, com outros sujeitos, interlocuções sócio-históricas.

Em síntese, o perfil do(a) dirigente estudantil de Serviço Social aponta para uma maioria de estudantes do sexo feminino, jovens entre 21 e 25 anos, solteiros(as), de origem urbana de classe média. Coursaram a universidade pública, onde militaram no ME de 2 a 4

⁹⁰ Essa noção “ampliada” de política está em consonância com a análise tematizada nos itens 1.1.1. e 1.1.2. desse trabalho.

anos, principalmente nos CA's/DA's e na Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, tendo também participado de outros espaços organizativos, como o partido político, grupos da Igreja etc. São militantes com um perfil de esquerda, progressistas em relação à ruptura de valores conservadores e comprometidos(as) com a vivência nos espaços acadêmicos, visando a articulação entre o saber e a luta política.

Este é o perfil predominante daqueles(as) que vêm implementando direção às lutas na trajetória histórica do MESS e definindo, efetivamente, as estratégias de ação e alianças que o Movimento desenvolve.

3.3 - SESSUNE/ENESSO: gênese e estrutura organizativa

No sentido de identificarmos as estratégias de ação e as alianças estabelecidas pela direção do MESS, procuraremos analisar a trajetória da entidade máxima representativa do Movimento no plano nacional (SESSUNE/ENESSO), considerando sua gênese e os principais aspectos da sua estrutura organizativa.

O ME de Serviço Social, no Brasil⁹¹, assume nova configuração pós-golpe militar de 64, a partir da reestruturação do ME universitário e de outros movimentos sociais. É precisamente em 1978 que, num contexto de abertura política, acontece o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS e, desde então, volta a realizar-se anualmente, como instância nacional de discussão e deliberação dos(as) estudantes da área.⁹²

Os encontros nacionais são marcos importantes no processo de organização do

⁹¹ Não encontramos nenhuma sistematização, nem material arquivado pela executiva nacional sobre a história do MESS no período anterior e durante o golpe militar de 64, que, além de outras tragédias, causou um corte histórico nas memórias dos(as) participantes de movimentos coletivos, que passam a considerar somente sua trajetória recente, esquecendo o passado das suas lutas.

⁹² Algumas monografias de graduação contribuíram no sentido de sistematizar a história desses eventos, destacando-se Pequeno (1990), Martins (1992), Ramos (1992) e Matos (1996), sendo, também, analisada, nesses trabalhos, a trajetória da SESSUNE/ ENESSO.

MESS, que tem sua história específica

“profundamente relacionada com peculiaridades inerentes ao curso, no que diz respeito às reflexões e ações desenvolvidas, mas também identifica-se com a história do próprio Movimento Estudantil e da UNE” (SESSUNE, Documento “Pro dia nascer feliz”, 1992).

As reflexões sobre a organização estudantil, nos ENESS de 1978 a 1988, balizavam-se nas polêmicas comuns dos encontros estudantis da época, como discussão sobre o papel social e crise do ME. Outras questões também eram debatidas, como a articulação do MESS com as entidades da categoria e as propostas para o aperfeiçoamento da estrutura e dinâmica organizativa dos(as) estudantes de Serviço Social em nível nacional.

No início da década de 80, em meio ao processo de discussão interna sobre a organização do MESS, já era analisada a necessidade de criação de uma entidade nacional dos(as) estudantes. A proposta previa como principal atribuição, dessa entidade, unificar as lutas dos(as) estudantes de Serviço Social, intensificando o contato com outras entidades do ME (UNE e outras executivas de curso) e da categoria profissional (ABESS, ANAS, CFAS).

A organização dos(as) estudantes de Serviço Social dava-se, até então,

“no sentido da articulação entre as escolas de todos os Estados e de uma forma organizada a nível nacional e a nível regional porque, geralmente, o que a gente tinha como referência de organização de encontro, das discussões e da articulação com a UNE era aquela escola que sediava o encontro - o ENESS (...) a escola pólo. A executiva nacional funcionava ali. A executiva nada mais era do que a Comissão Organizadora de um encontro nacional dos estudantes (...)” (Montanha).

Em 1985, as reflexões pertinentes à criação de uma entidade nacional intensificam-se quando um grupo de estudantes do Rio de Janeiro, que já vinha percebendo

“a importância e necessidade de criação da SESSUNE, resolveu defender sua criação. A proposta foi levada à plenária; esta, sem ter aprofundado a discussão

sobre o assunto, votou pela não criação da entidade naquele momento. Propôs que o debate sobre a SESSUNE deveria ser realizado em cada escola possibilitando às bases conhecer a proposta e discuti-la, participando do momento de fundação de mais uma entidade estudantil” (Pequeno, 1990: 66).

Observamos que o processo de criação da entidade nacional dos(as) estudantes de Serviço Social foi, democraticamente, discutido e amadurecido em vários fóruns, pelos(as) estudantes e pelas suas entidades de base, propiciando reflexão quanto à própria necessidade da sua criação e, um aprofundamento sobre quais seriam seus objetivos e sua estrutura organizativa. A perspectiva discutida apontava no sentido de que essa estrutura organizativa deveria atender à necessidade de ampliação da democracia e da participação dos(as) estudantes no Movimento.

Dando continuidade ao debate em torno da criação dessa entidade, no ENESS de 86 (RJ) foi proposta novamente a criação da SESSUNE a partir de um estatuto pré-elaborado por um grupo de estudantes. Outro grupo, contrário à existência dessa entidade, argumentava que esta iria burocratizar o ME, dada a sua vinculação à estrutura hierarquizada da UNE. O argumento da burocratização fundamentava-se, também, na idéia de que os(as) estudantes deveriam investir na representatividade e articulação das entidades já existentes e não, criar outras entidades. Em decorrência dessas polêmicas, ainda não foi nesse encontro que a executiva nacional surgiu, isso só ocorreu dois anos depois⁹³, no ENESS de 1988, novamente sediado no Rio de Janeiro.

Esse encontro aconteceu sob a “Nova República” que, naquele momento, priorizava a promulgação da Nova Constituição Brasileira.

“Nesse sentido o encontro refletiu muito esse momento conjuntural, como também uma avaliação da caminhada do M.E. de Serviço Social, constituindo-se em um marco devido à criação da SESSUNE - Subsecretaria de

⁹³ Em 1987 não ocorreu ENESS, devido à impossibilidade do CA da UFRN de sediá-lo, não havendo outra escola que se dispusesse a realizar esse evento. Esse foi o único ano, desde 1978, sem a realização do fórum máximo nacional dos(as) estudantes de Serviço Social.

Estudantes de Serviço Social na UNE⁹⁴, que seria a entidade nacional representativa dos(as) estudantes de Serviço Social (...)” (SESSUNE, Documento “Pro dia nascer feliz”, 1992).

O tema desse ENESS, “Se muito vale o já feito, mais vale o que será” refletia um marco na história do MESS, posto que muitas propostas já haviam sido efetivadas no processo de organização dos(as) estudantes, mas com o surgimento da SESSUNE, uma organização mais sistemática se fazia necessária, o que prenunciava muitas lutas e conquistas na nova fase da trajetória que ali se iniciava. A criação dessa entidade indicava um salto qualitativo no processo de maior articulação entre as entidades de base do MESS, de enriquecimento quanto às discussões entre os(as) estudantes e de intensificação da relação do movimento com outros MS.

A nova entidade criada em 05 de agosto de 1988, no X ENESS, de acordo com o Art. 2º do estatuto aprovado um ano depois, no XI ENESS (1989, Belém) tem como finalidade:

“a) Articular os estudantes de Serviço Social no país;

b) Promover o debate acerca dos problemas específicos dos estudantes de Serviço Social;

c) Coordenar e organizar os Encontros Nacionais, Regionais e Estaduais junto à escola sede dos eventos;

d) Buscar uma maior articulação dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos assistentes sociais e suas entidades nacionais e latino-americanas;

e) Promover a conscientização dos estudantes e trabalhar através das entidades do curso junto ao Movimento Sindical e Movimento Popular para reforçar sua luta;

⁹⁴ Esse nome - SESSUNE - que viria a ser modificado depois para ENESSO, gerou algumas polêmicas. Segundo uma dirigente “tinha até algumas discordâncias com o nome Subsecretaria, porque parecia (...) totalmente subordinada à UNE; mas na realidade não era (...) a proposta não era de subordinação, mas sim de acompanhamento, de articulação, de estar próximo dos fóruns do ME mais geral e dos encaminhamentos que eram dados por ele para serem passados para os estudantes” (Montanha).

f) Promover o fortalecimento das entidades de base (CA's e DA's)".

Os itens d) e e) expressam a necessidade do MESS estabelecer alianças com outros sujeitos coletivos no cenário da luta política, tais como as entidades representativas dos(as) assistentes sociais e os movimentos sindicais e populares.

Cumprir notar que o estatuto da SESSUNE/ENESSO⁹⁵ é rediscutido a cada ano durante as plenárias finais dos ENESS, sofrendo, reiteradamente, algumas modificações, o que indica um processo organizativo democrático. As mudanças mais significativas foram aprovadas na plenária final do XV ENESS (São Leopoldo, 1993). Logo no Art. 1º do Título I foi explicitada a mudança do nome da entidade:

"A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO, que a partir do XV Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS - passou a assim denominar-se, foi criada em 05 de agosto de 1988 no X ENESS com a denominação de SESSUNE"

A mudança de nome refletia a realidade das executivas de curso que questionavam a UNE por sua falta de articulação com o Movimento de Área, por isso, os(as) dirigentes buscavam, através da participação da ENESSO no Fórum das Executivas de Curso, maior autonomia frente à UNE.

No artigo 2º, que trata das finalidades da entidade, foram mantidos os itens a), b), c) e f) como estavam no estatuto de origem e modificados o d) e e), que passaram a vigorar nos seguintes termos:

⁹⁵ No estatuto consta que a diretoria dessa entidade ficou constituída por onze cargos e as escolas foram divididas em sete regiões. São os seguintes os cargos e regiões: 01 Coordenador(a) Geral; 01 Secretário(a) Geral; 01 Tesoureiro(a); 01 Coordenador(a) de Imprensa e 07 Coordenadores(as) Regionais das seguintes regiões: Região I - Pará, Maranhão, Piauí, Amazonas, Acre, Rondônia e Territórios; Região II - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III - Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV - Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, Uberlândia (MG) e Tocantins; Região VI - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e Região VII - São Paulo. Pelo estatuto a SESSUNE/ENESSO tem como sede a escola do(a) Coordenador(a) Geral. As instâncias do MESS foram delimitadas, a saber: Conselho Regional de Entidades de Estudantes de Serviço Social (CORESS), Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS), Conselho Nacional de Entidades de Estudantes de Serviço Social (CONESS) e Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) - instância máxima decisória do movimento.

“d) Garantir um contato permanente dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos Assistentes Sociais, suas entidades nacionais e latino-americanas e outras executivas de curso;

e) Viabilizar canais para maior conscientização dos estudantes através das entidades do curso junto aos movimentos sociais, reforçando e ampliando sua luta”.

Verificamos que os(as) estudantes aprovaram o acréscimo referente à articulação com as executivas de curso e à introdução da categoria “Movimentos Sociais” em substituição a “Movimento Sindical e Popular”. Tais mudanças potencializam maior participação da ENESSO junto ao Fórum das Executivas de Curso, bem como revela necessidade de ampliar as alianças com os diversos movimentos sociais.

Outra alteração nesse estatuto, em relação ao anterior, é a divisão da região VII (São Paulo) em cinco sub-regiões⁹⁶, com o objetivo de facilitar o processo de articulação entre as mais de vinte escolas dessa região, que englobam mais de 90% dos cursos de Serviço Social em universidades privadas.

Uma última modificação a ser considerada, foi a inclusão de mais um cargo na diretoria da entidade. De acordo com esse estatuto, a partir daquele ENESS, haveria na ENESSO:

“01 (uma) Secretaria de Formação Profissional formada pelo CA da região sede da ENESSO, pelo Coordenador Nacional de Representantes Estudantis da ABESS, que será eleito pelos próprios representantes estudantis da ABESS na Convenção Nacional da ABESS”.

Essa nova secretaria é fruto de todo um processo de intervenção do MESS nas questões relativas à formação profissional, inclusive, através da realização anual, desde

⁹⁶ Sub-regiões da região VII: a) Presidente Prudente, Lins, Marília e Bauru; b) Franca, Ribeirão Preto, Araraquara e São José do Rio Preto; c) Limeira, Campinas, Americana, Piracicaba e Botucatu; d) Taubaté e São José dos Campos; e) PUC-SP, OSEC, FMU, FZL, São Caetano, Barra Funda, São Francisco e UNISANTOS.

1991, de Seminários Nacionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil⁹⁷, bem como da elaboração de um anteprojeto pela reestruturação da formação profissional do(a) Assistente Social no Brasil. Tornar a intervenção dos(as) representantes estudantis em ABESS mais orgânica ao MESS, era um dos objetivos desse novo cargo.

No processo de concretização dessa secretaria, algumas dificuldades de operacionalização foram surgindo, como por exemplo, o problema de a eleição ser realizada na Convenção da ABESS, que ocorre a cada biênio, enquanto o ENESS acontece anualmente. Além disso, um cargo da diretoria da ENESSO não poderia ser eleito em outro fórum de deliberação, senão durante o ENESS. Outra questão que dificultava a atuação da Secretaria refere-se ao fato de o(a) Coordenador(a) Nacional de Representação Estudantil da ABESS não ficar, necessariamente, na mesma região que os quatro cargos da coordenação nacional, dificultando, assim, um trabalho mais conjunto da ENESSO. Tendo como base essas reflexões, no XVII ENESS (1995, Natal) os(as) estudantes introduzem no lugar da Secretaria de Formação Profissional o cargo de Secretário(a) de Formação Profissional. Este cargo, juntamente com os outros quatro da coordenação nacional, têm seus representantes eleitos no ENESS, os quais devem pertencer à mesma região.

As mudanças estatutárias refletem um processo de amadurecimento político vivido historicamente, em que cada gestão, diante das suas possibilidades, deu sua contribuição para a organização do MESS.

O processo de eleição dessas oito gestões, legitimadas, anualmente, nas plenárias finais dos ENESS de 88-95, sofreu algumas modificações, que, por sua vez, traduzem o acúmulo das discussões ao longo desse período.

⁹⁷ Já foram realizados 06 (seis) Seminários: em 1991 - Recife-PE, 1992 - Brasília-DF, 1993 - Belém-PA, 1994 - Salvador-BA, 1995 - Rio de Janeiro-RJ e 1996 - São Leopoldo-RS.

No ENESS de Salvador (1992) foi aprovada uma alteração no processo eleitoral relacionada à eleição dos(as) coordenadores(as) regionais, como explica o seguinte depoimento:

“Até a gestão anterior a chapa era composta pelos membros da diretoria executiva e pelos coordenadores regionais (...) e nesse ENESS visando garantir o direito das minorias, a gente implementou essa política de eleger, de escolher os coordenadores regionais por região (...) Foi uma luta e uma conquista - uma coisa boa, aprovada no ENESS de Salvador” (Arco-Iris).

A proposta de alteração no processo eleitoral dos(as) coordenadores(as) regionais sinalizava a necessidade de propiciar no âmbito da diretoria⁹⁸ a participação das forças políticas minoritárias, assim como poderia ser a garantia de maior representatividade do(a) coordenador(a) regional ante a sua base - as escolas da região.

A partir de 1992, no ENESS de Salvador, a coordenação nacional era eleita por todos(as) estudantes das escolas presentes no encontro, enquanto os(as) coordenadores(as) regionais eram eleitos(as), em bancadas, por região, as quais se realizavam na plenária final dos ENESS.

A eleição de coordenadores(as) regionais de forças políticas distintas da majoritária, possibilitou que posturas de oposição também passassem a construir a entidade, denotando um processo de amadurecimento da democracia interna em prol do avanço da organização e luta do MESS.

Outra questão relacionada às coordenações regionais, aprovada nesse ENESS, foi a criação do cargo de vice-coordenador(a) que objetivava uma ampliação das regionais como mecanismo para agilizar o seu trabalho.

⁹⁸Vale registrar que essa preocupação, do MESS, de criar possibilidades para a participação de forças minoritárias na diretoria da ENESSO, vai ao encontro dos anseios de outras entidades como, por exemplo, a CUT.

As articulações para os processos de eleição das chapas apresentaram mecanismos comuns e táticas específicas em cada gestão e em cada encontro. Destacamos dois principais momentos nas falas dos(as) dirigentes: um primeiro, dava-se durante a gestão, quando os(as) dirigentes, buscavam estabelecer através de discussões políticas, escolas e nomes para a gestão seguinte e outro, durante o próprio encontro, em que se concluía o processo de escolha da próxima diretoria.

Os(as) dirigentes fizeram referência a essa questão, como demonstram os trechos de algumas entrevistas, a saber:

“Como já estávamos na gestão anterior, então a gente tinha a preocupação de garantir que a diretoria, que a próxima chapa tivesse alguma coisa em comum com a gente. Evidentemente que a gente queria manter o nosso projeto, a nossa relação, a nossa prática política. E, aí, durante toda a gestão tínhamos a preocupação de como articular a nova gestão, que é uma preocupação inerente a qualquer diretoria da SESSUNE/ENESSO” (Arco-Íris).

“(...) a gente via a possibilidade de ficar na direção da entidade, então a gente já foi para o ENESS com essa reflexão, com essa idéia amadurecida. Além da nossa articulação em Fortaleza, articulamos a nível nacional essa possibilidade de a executiva ficar em Fortaleza” (Água).

“Já na última gestão ‘Nosso próprio tempo’, sediada no Rio de Janeiro, a gente estava na perspectiva de trabalhar, muito anteriormente, uma próxima gestão (...)” (Estrela).

Notamos que os(as) dirigentes que estavam participando das gestões da ENESSO, tinham a preocupação de garantir a chapa sucessora sob uma identidade político-ideológica. Gramsci (1989: 27), ao discutir a sua concepção de política enfatiza a importância da preparação da sucessão dos dirigentes políticos, afirmando que a *“preparação dos próprios sucessores é um elemento tão importante quanto tudo o que se faz para vencer”*. Esse compromisso dos(as) dirigentes com a continuidade do processo de organização intencionava manter a hegemonia de uma determinada força política na direção

do movimento, no intuito de dar prosseguimento às lutas e conquistas que o MESS vinha implementando.

As três declarações anteriores revelam a compreensão que os(as) dirigentes têm sobre a articulação na esfera política, ou seja, trata-se de um processo de discussões que se dá no decorrer de toda a gestão e, não, apenas em um momento pontual. Esse processo culmina no ENESS que se caracteriza como um momento específico dessa articulação, conforme relatam os(as) dirigentes entrevistados(as):

“(...) As articulações para a formação da chapa se intensificaram com as discussões, com as reuniões que a gente fazia no ENESS. Dentro das reuniões discutíamos com a força política, teses, concepções de movimento, de universidade, conjuntura (...)” (Água).

“As articulações se davam, tinha sim, uma certa consonância no sentido de articulação visando às propostas que eram defendidas conjuntamente. Se, aí, tinha estória de vinculação partidária, eu não diria vinculação partidária... existiam pessoas simpatizantes de um partido e havia pessoas militantes desse mesmo partido, no caso o PT” (Montanha).

“(...) a articulação para a chapa da SESSUNE era feita por afinidade político-partidária. Agora, é preciso compreender que o nosso partidarismo não era no sentido de partidarizar as entidades, mas era no sentido de que a gente compreendia que era impossível fazer articulações com outros grupos políticos (...)” (Areia).

Estes depoimentos convergem para a compreensão de que a articulação é um processo que se concretiza mediante concepções e propostas comuns para o movimento. Duas falas demarcam a afinidade político-partidária como algo presente na formação das chapas, assegurando que essa questão é essencial para a vinculação e defesa de reivindicações comuns, mas negando a presença do partido na perspectiva de instrumentalização das entidades. Vale considerar que essas articulações, durante o ENESS, davam-se em reuniões, plenárias, com estudantes que tinham afinidade política.

Constatamos, ainda, nestes depoimentos, a defesa do partido político como um parceiro importante no processo de ação política do MESS.

Observamos, ao longo da trajetória da SESSUNE/ENESSO, por parte dos(as) seus(suas) dirigentes a preocupação e a vontade política de democratizar a estrutura organizativa da entidade, no sentido de estabelecer vínculos cotidianos com as entidades de base (CA e DA), além de torná-la um canal de participação capaz de aglutinar e representar os interesses dos(as) estudantes de Serviço Social.



CAPÍTULO IV

*“A gente vai contra a corrente
até não pode resistir,
na volta do barco é que sente
o quanto deixou de cumprir”*

(Chico Buarque de Holanda)

CAPÍTULO IV - AÇÃO POLÍTICA DO MESS: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?

Analisaremos as estratégias e propostas do MESS, a partir de quatro eixos-temáticos: visão de sociedade, missão social da universidade, formação profissional do(a) assistente social e organização político-estudantil. As estratégias elaboradas pelo MESS em relação a esses eixos orientam a sua ação política.

4.1 - Concepções e propostas sobre a sociedade, a universidade e a formação profissional em Serviço Social.

Nesse item analisaremos a concepção e as propostas elaboradas pelo MESS no que se refere aos três primeiros eixos temáticos⁹⁹.

O primeiro eixo-temático - visão de sociedade - será analisado a partir das avaliações feitas pelo MESS sobre a conjuntura brasileira, particularmente, no que diz respeito ao projeto político implementado pelo governo federal no período estudado. Embora esse trabalho abranja quatro governos (Sarney, Collor, Itamar e FHC), enfatizaremos, em nossa análise, o período que corresponde aos governos Collor e Itamar, por estes englobarem a maior parte do período proposto para esta pesquisa (5 dos 8 anos, 90-94) e por terem sido vivenciados integralmente¹⁰⁰.

O posicionamento do MESS sobre o governo Collor é de clara oposição ao seu projeto político, como confirma o seguinte depoimento:

⁹⁹ Nesse sentido, trabalharemos a visão da força política majoritária no movimento, sobre os temas acima destacados, à proporção que os documentos produzidos e os(as) dirigentes entrevistados(as) trazem concepções que se identificam com essa proposta que deu direção ao MESS nesse período. As propostas da oposição serão analisadas no item 4.2 deste trabalho.

¹⁰⁰ Os governos Sarney e FHC foram enfocados parcialmente no período proposto pela pesquisa (anos de 88 e 89-Sarney e 95-FHC).

“(...) vivíamos a era Collor¹⁰¹, o grande interlocutor do projeto neoliberal, um momento marcado por privatizações, denúncias de corrupção, por uma política recessiva e todo esse processo foi criando uma crise de legitimação política do Collor, que desembocou no processo do impeachment (...) Nessa conjuntura, após esse processo, o Itamar assumiu a presidência, dando continuidade ao projeto neoliberal, de descaso com a área social, de agravamento de toda a miséria social, do desemprego e da política recessiva que acontecia (...)” (Água).

Esse depoimento confirma, de acordo com o item 3.2 deste trabalho, o perfil progressista dos(as) dirigentes, sugerindo simpatia ou, mesmo, filiação partidária à esquerda, ao tornarem explícita sua oposição ao projeto neoliberal do governo Collor. O perfil progressista dos(as) dirigentes é um dos elementos centrais no processo de consolidação da estratégia de alianças para a defesa dos interesses das classes subalternas.

É significativo entender que, para o MESS, a eleição do presidente Collor efetiva-se no âmbito do processo de dilapidação do Estado, começado na ditadura, que *“propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação anti-social”* (Oliveira, 1995: 25). O MESS posiciona-se, então, contra o projeto neoliberal e suas consequências na realidade brasileira, tais como: o descaso com a área social, o desemprego, a política recessiva, o aumento da exclusão social etc.

Na perspectiva de consolidar uma oposição organizada ao governo Collor, os(as) protagonistas do MESS, juntamente com outros MS e partidos políticos de esquerda, participaram de greves, passeatas e manifestações contra as medidas econômicas e sociais desse governo. Podemos afirmar que esses agentes políticos se aliaram, neste processo, porque a visão de sociedade que defendem está baseada em aspectos tais como: a realização da reforma agrária, a destinação de maior percentual de verbas para a educação e saúde,

¹⁰¹ Ano de 1992.

além da implementação de recursos que garantam a sua qualidade como serviços públicos. Essas, dentre outras reivindicações, refletem a luta por uma sociedade com democracia e justiça social.

No processo de luta pelo impeachment do Presidente Collor, o MESS participou, ativamente, ao lado de outros segmentos da sociedade civil, das atividades “pró-impeachment” (passeatas, abaixo-assinados, debates etc). Nos fóruns específicos do MESS houve várias discussões sobre a relação entre a ética e a política, objetivando afirmar, na vida política, o respeito à “coisa pública”.

Embora tenha considerado o impeachment uma conquista importante para a sociedade brasileira, o MESS ratifica sua atitude de oposição frente ao governo Itamar Franco, como ilustra o trecho de um documento produzido pela SESSUNE à época:

“a nova equipe trabalha em função de compromissos partidários que apontam para a continuidade e não para rupturas com o projeto neoliberal. Itamar vem aplicando a mesma política econômica de seus antecessores, apesar das pressões para alterar a política recessiva (...)”
(SESSUNE, Informativo “Pro dia nascer feliz”, nº 02, 1993).

A decisão política do MESS de fazer oposição aos governos Collor e Itamar não é algo isolado, mas reflete uma visão de sociedade que vem sendo construída no cotidiano de intervenção da SESSUNE/ENESSO. Sob esse ponto de vista, foi aprovado nos ENESS de 89 e 94 o apoio à candidatura da Frente Brasil Popular.¹⁰²

Num documento escrito pela SESSUNE e intitulado “Aos(às) estudantes do curso de Serviço Social: que SESSUNE estamos construindo?” encontramos, de forma explícita, a visão de sociedade em que o MESS acredita e que luta para construir:

¹⁰²Essa candidatura defendia o projeto democrático e popular que propunha “retirar o Brasil da crise e iniciar um novo ciclo de crescimento econômico sustentado e de qualidade distinta dos anteriores - baseado na distribuição de riqueza, renda e poder e com equilíbrio ecológico - é nossa meta principal, que se articula com o objetivo estratégico de construção de uma sociedade socialista e democrática” (Partido dos Trabalhadores, Lula presidente, 1994: 10).

“Acreditamos que o processo de construção de uma sociedade socialista é um processo global que se faz simultaneamente no terreno do objetivo e subjetivo, isto é, é uma mudança econômica, mas é também uma mudança de mentalidade, de valores: uma reforma intelectual e moral que é vista em nossa compreensão como uma questão estratégica no processo de constituição hegemônica das classes subalternizadas”.

Esta visão de sociedade demonstra claramente o empenho do MESS em contribuir teórica e praticamente na construção de um projeto democrático e popular que, num processo de acumulação de forças, possa implementar nova direção social, política e cultural na sociedade brasileira.

A visão de sociedade do MESS norteará a sua concepção sobre a missão da universidade na realidade brasileira. Neste sentido, o segundo eixo-temático - missão social da universidade - será analisado através da crítica dos(as) dirigentes ao projeto educacional dos governos federais e da concepção de universidade adotada pela direção do movimento.

Detectamos, nas entrevistas, que a oposição ao projeto neoliberal se fazia sentir na repulsa às propostas educacionais dos governos que apresentaram um conteúdo privatizante e elitista¹⁰³, como demonstram os seguintes depoimentos:

“(...) falava-se em privatização, sim, porque já se falava desde o governo Sarney, e até que eu não acredito muito que essa privatização aconteça brevemente, porque existem forças na universidade que lutam contra isso daí, mas na época do governo Collor, era mesmo que um fantasma - a privatização (...)” (Terra).

“Como o projeto neoliberal priorizava a privatização, desfocalizando o Estado da obrigação social, o mercado é que iria gerir a economia (...) então, conseqüentemente, a universidade, como historicamente em vários governos, principalmente a universidade pública, sofreu grandes ataques (...)” (Água).

¹⁰³ Conforme discussão sobre os planos de educação dos governos federais apresentados no item 2.1 deste trabalho.

Juntamente com outras entidades e movimentos sociais, a direção do MESS, fortaleceu a luta em favor da escola pública em todos os encontros e discussões¹⁰⁴ em que se fez representar. Assim, dentre outras questões, o MESS contribuiu para o fortalecimento do Fórum Nacional em defesa da escola pública, que considera a existência de

“quatro grandes questões referentes aos princípios básicos, que visam garantir uma escola pública de qualidade, gratuita e laica, para todos, em todos os níveis, comprometida com a igualdade e a justiça social. Estas questões estão resumidas em quatro grandes eixos: democratização, qualidade, gratuidade e recursos financeiros” (Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, 1991: 134).

Na análise das entrevistas e dos documentos foi possível detectar a concepção de universidade do MESS. O trecho, a seguir, ilustra essa concepção:

“um espaço contraditório, onde se constrói nas lutas cotidianas por mais verbas, ampliação das bibliotecas e assistência estudantil, um processo em que se forja um contra-poder. Nesse sentido, entendemos que a luta fundamental do ME é a luta pelo ensino público e gratuito(...)” (Programa de chapa - XI ENESS-89/Belém).

Podemos admitir, baseada na análise do documento acima citado, que os(as) dirigentes do MESS fundamentam, do ponto de vista teórico, sua compreensão da universidade no referencial gramsciano que, por sua vez, apreende as instituições como aparelho de hegemonia. Os(as) dirigentes concebem, pois, a universidade como lugar de produção do conhecimento, constituindo-se num espaço contraditório, cuja dinâmica envolve disputas ideológicas sobre a missão da universidade na sociedade, bem como sobre o melhor caminho para sua relação com a sociedade e para sua democratização interna. A universidade sofre, portanto, as determinações conjunturais e, de modo especial, rebatem, no seu cotidiano, as medidas tomadas pela política educacional do governo federal.

¹⁰⁴ Nesses encontros e discussões sempre se introduzia o debate sobre a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Fórum Nacional em defesa da escola pública tinha participação constante na apreciação de emendas ao projeto da LDB.

Desse modo, a bandeira de luta pela universidade pública, gratuita e de boa qualidade encontra-se presente na maioria dos documentos que os(as) dirigentes produzem sobre a universidade, acrescentando, ainda, propostas para o seu funcionamento, tais como: mais verbas para a universidade; participação da comunidade acadêmica e da sociedade no gerenciamento das verbas; posse dos reitores eleitos pelos segmentos universitários; destinação de verbas públicas, exclusivamente, para as universidades públicas, entre outras. A defesa e luta pela universidade democrática e popular demonstram que o projeto educacional defendido pelo MESS, situa-se na perspectiva da democratização do acesso à educação para vastas parcelas excluídas desse direito, defendendo, dessa forma os interesses das classes subalternas.

No que diz respeito ao terceiro eixo-temático - Formação profissional do(a) assistente social - evidenciamos, inicialmente, que os(as) dirigentes do MESS elaboram suas análises, estratégias e propostas considerando dois aspectos principais: a relação profissão-realidade e o próprio exercício profissional. Neto (1996: 111), ao analisar os desafios para a formação e prática profissional do Serviço Social nos anos 90, argumenta que *“as insuficientes conexões entre centros de formação e campos de intervenção têm reduzido a capacidade daqueles de viabilizar inovações, bem como a sua retro-alimentação pela realidade das práticas de campo”*. Esses dois aspectos, segundo os(as) entrevistados(as), são inseparáveis, visto que o projeto de formação profissional tem de se pautar numa análise concreta das demandas postas na sociedade para essa profissão, levando-se em consideração os limites e as possibilidades do mercado de trabalho.

Para os(as) entrevistados(as) o curso de Serviço Social está incluso no espaço universitário e, como tal, sofre reflexos da dinâmica da universidade, suas crises e desafios diante da conjuntura, como ilustram os depoimentos a seguir:

‘(...) naquele momento¹⁰⁵, existiam muitas discussões sobre o pluralismo, a crise dos paradigmas, da entidade única. Agora... como a proposta do projeto neoliberal era a redução dos gastos sociais, a gente vê, também, um afastamento das conquistas trazidas pelo Estado de bem estar e a grande luta do curso e do Serviço Social, naquela época, era a discussão e a garantia da LOAS (...) e, vale ressaltar o fortalecimento da executiva nessa época, porque éramos chamados para discussões, debates, e a gente da executiva fazia parte de uma grande aliança em defesa da LOAS’ (Água).

“(...) A ABESS estava começando a sistematizar uma proposta de revisão curricular e, então, esse era um momento especial e rico para o curso (...) para a ENESSO, há uma grande conquista, pois havíamos acabado de eleger uma Coordenação Nacional de formação profissional e isso dava aos estudantes uma representatividade muito boa frente a ABESS(...)”¹⁰⁶ (Nuvem).

“(...) a gente tentou sintonizar o debate, totalmente vinculado, com as configurações postas pela sociedade; isso foi feito com a ABESS, o CFESS e outras entidades. Esse esforço coletivo fez com que a gente sentisse que o problema central vai residir menos no currículo e talvez muito mais no sentido de estar compreendendo essa realidade, de estar explicitando a direção social” (Lua).

Essas falas demonstram que o MESS, na sua recente trajetória acompanhou o movimento de renovação profissional gerado nos anos 80/90 e para ele contribuiu. Nesta condição, podemos afirmar que, esse processo de renovação profissional que *“teve ampla repercussão em manifestações da categoria profissional, como foi o caso das discussões e mudanças no Código de Ética Profissional, nos encaminhamentos dados pelas entidades organizativas da categoria (...)”*¹⁰⁷ contou com a participação efetiva dos(as) estudantes, representados(as), principalmente, pela SESSUNE/ENESSO.

Podemos assentir que houve um esforço coletivo de articulação, entre as

¹⁰⁵ Anos 92/93.

¹⁰⁶ Nuvem reporta-se ao período 93/94.

¹⁰⁷ ABESS, (1995: 3).

entidades representativas da categoria e a SESSUNE/ENESSO, para se debater os desafios postos para a profissão e para a sociedade naquela conjuntura. Neste caso, as entidades dos(as) assistentes sociais configuram-se importantes sujeitos coletivos que se articularam ao MESS no seu processo de organização.

A formação profissional se sobressai, na conceituação dos(as) dirigentes, como dimensão prioritária de intervenção dos(as) estudantes. Assim para a ENESSO a formação profissional significa um

“espaço estratégico de intervenção do Movimento Estudantil, onde devem ser ocupados os espaços de discussões nos colegiados da unidade de ensino, bem como, participação ativa nas discussões sobre concepções de currículo, direção, ensino, pesquisa e extensão (...) contribuindo, assim, para a formação de profissionais críticos, competentes e comprometidos, aliados às demandas populares em busca de uma transformação social” (Jornal da ENESSO nº 2-fev/95).

A direção social da formação profissional proposta, tanto pela ABESS como pelo MESS, desponta no intuito da formação de profissionais competentes teórica, técnica, ética e politicamente. Nesta perspectiva, reforçam os interesses e os direitos das camadas populares, no propósito de lutar pela construção de uma nova ordem social.

As concepções e propostas do MESS em relação à visão da sociedade, à missão da universidade e à formação profissional do(a) assistente social convergem em favor de princípios e valores que se opõem à estrutura societária capitalista, revelando a aliança do MESS com outros movimentos e entidades que também estão lutando cotidianamente em prol da emancipação política, social e cultural das classes subalternas.

4.2 - Os (des)caminhos da organização política estudantil

Para a análise do quarto eixo temático - organização política estudantil - procuramos detectar, através dos documentos e entrevistas, as propostas do MESS para a sua organização política.

Identificamos, à vista disso, quatro aspectos que nos possibilitam uma aproximação com a realidade do MESS, no período estudado, quais sejam:

- as estratégias elaboradas para a materialização das suas lutas;
 - as propostas de cada gestão da SESSUNE/ENESSO;
 - suas lutas e conquistas;
 - as propostas da oposição à diretoria da SESSUNE/ENESSO.
- **As estratégias elaboradas para a materialização das suas lutas**

A concepção do MESS sobre sociedade, universidade e formação profissional do(a) assistente social, analisadas no item 4.1 deste trabalho, está subjacente à compreensão que este tem acerca da estratégia do ME, como ilustra um trecho da tese apresentada pela chapa vencedora durante o XIV ENESS em 1992:

“a disputa do espaço do conhecimento, na perspectiva da construção de uma nova universidade democrática, plural e voltada aos interesses da sociedade, passa pela construção cotidiana de uma nova hegemonia daqueles que criam a riqueza e dela não se apropriam. O papel social do ME é disputar a produção do conhecimento, arrancando este valor das rédeas das classes dominantes, colocando-o a serviço das populações mais carentes. Este é o projeto que propomos como luta conjunta com os trabalhadores (...)”

Os(as) dirigentes entrevistados(as) reforçam o entendimento sobre o papel social do ME, contido na tese acima, conforme os depoimentos a seguir:

“O ME é um espaço de reflexão e crítica, daí, portanto, tem um papel fundamental, muito importante na conquista de construção dessa modernidade ética (...) Para

que isso aconteça se faz necessário a ruptura com os modelos passados, reproduzidos até hoje, aquela coisa do movimento estar levando as bandeiras de luta, sem ter a especificidade e a sua responsabilidade com a articulação com outros movimentos. É uma questão de identidade específica do movimento (...), daí a necessidade de forjar espaços de discussões dentro da universidade, por compreender que a universidade é um espaço, é o 'locus' privilegiado de produção do conhecimento (...)" (Lua).

"(...) é preciso diferenciar a nossa compreensão do papel do ME em relação às outras forças políticas, que compreendiam que o trabalho nos postos de fábricas era algo que o ME deveria fazer. Para nós, o ME deveria ter uma relação com os movimentos mais gerais, mas ter como algo específico a sua atuação no interior da universidade, priorizar as discussões sobre a formação profissional, sobre as questões cotidianas dessa universidade em relação com a realidade social" (Areia).

Para os(as) dirigentes do MESS o papel social do ME não é algo fixo, mas ao contrário, redefine-se face à conjuntura e às próprias reivindicações dos(as) estudantes. Historicamente, a missão social do ME consiste em contribuir com a formação política dos(as) estudantes, contudo, a partir dos anos 80, com a criação de diversos espaços de participação política, o significado dessa formação modifica-se. Desse modo, altera-se, também, a estratégia do ME que, nos anos 60/70, colocava-o como canalizador do potencial da juventude para a militância político-partidária e, nos anos 80/90, volta-se, mais diretamente, para a valorização do cotidiano do(a) estudante. Assim, assuntos como: a formação profissional, as reivindicações por uma política de assistência estudantil, as discussões relativas à sexualidade, ao consumo de drogas e a outras questões culturais, tornam-se estratégicas para o processo de formação política dos(as) estudantes.

O ME busca, então, conhecer os sujeitos envolvidos no movimento, jovens de classe média, na sua maioria, e, também, a instituição onde eles(elas) elaboram uma história comum, a universidade brasileira. Nesse sentido, o movimento vai formando sua identidade, que

“Não se trata de alguma suposta identidade essencial, inerente ao grupo e preexistente às suas práticas, mas sim da identidade derivada da posição que assume. Tal identidade se encontra corporificada em instituições determinadas, onde se elabora uma história comum que lhe dá substância, e onde se regulam as práticas coletivas que a atualizam. Quem são os sujeitos em questão? (...)” (Sader, 1988:44)

Baseado nessa concepção sobre o movimento estudantil, o MESS constrói a sua estratégia de intervenção, como traduz a fala de uma de suas protagonistas:

“A nossa grande estratégia era contribuir com a transformação da direção intelectual e moral da sociedade. O movimento, dentro da sua especificidade, contribuía para essa transformação (...) contribuindo para a efetivação da cidadania e para a formação de um novo cidadão. Vale a pena ressaltar que essa estratégia de busca, de efetivação e afirmação da cidadania (...) tem uma grande identidade com o nosso curso (...) A estratégia política, a estratégia social dessa força política, que a gente representa, tem uma grande identidade com o nosso curso de Serviço Social, enquanto prática profissional, enquanto processo de produção do conhecimento (...) O nosso movimento (...) pode contribuir para a efetivação da cidadania (...) dentro da formação política do estudante, despertando criticamente e contribuindo para a formação geral do ser humano (...), isso se dá, também, através da produção do conhecimento, porque é através disso que você vai retornar esse saber para o desenvolvimento da sociedade (...)” (Água).

Merece destaque na definição da estratégia de intervenção proposta pelo MESS, o reconhecimento de que na universidade e, particularmente, nas discussões sobre a formação profissional, torna-se decisiva a presença organizada dos(as) estudantes para avaliar e sugerir, conjuntamente com os(as) professores(as), o conteúdo dos currículos. Assim, o movimento parece influir no cotidiano da juventude universitária e na própria sociedade, tendo em vista que a discussão curricular, da mesma forma que todo o processo de formação profissional, são permeados por um embate entre diferentes posições que, por sua vez, encontram-se consubstanciadas no projeto político dos sujeitos envolvidos.

Outro aspecto relevante é que o MESS articula-se com a categoria dos(as) assistentes sociais para defender a efetivação da cidadania, segundo a orientação do Código de Ética do(a) assistente social que, num dos seus princípios fundamentais, afirma a *“ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras”* (1993: 11).

A cidadania, nesse contexto, é compreendida como estratégia política, isto significa

“enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida, portanto, por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondam à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política” (Dagnino, 1994: 107).

A proposta de lutar pela efetivação da cidadania, defendida tanto pelo MESS como pelo Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais, não se firma numa perspectiva liberal de cidadania, mas na defesa de um conteúdo que venha atender às necessidades e garantir um conjunto de direitos sociais, políticos e culturais das classes subalternas.

• As propostas das gestões da SESSUNE/ENESSO

O MESS, ao longo da sua trajetória histórica e, particularmente, no período 88-95, com a criação da SESSUNE/ENESSO, elabora propostas para materializar, no plano da sua ação política, as estratégias definidas para o ME. Tais propostas são apresentadas nas instâncias deliberativas do movimento e, quando aprovadas, devem ser implementadas pela diretoria da executiva.

Sistematizamos, a partir das falas dos(as) dirigentes, as principais propostas apresentadas pelas gestões da SESSUNE/ENESSO¹⁰⁸, da primeira à oitava, respectivamente¹⁰⁹.

A primeira diretoria da SESSUNE elegeu, como prioridade, o trabalho de articulação no âmbito do próprio movimento estudantil de Serviço Social e com as entidades da categoria, tendo em vista a necessidade de fortalecer os encontros regionais e o nacional, bem como divulgar a SESSUNE. É, pois, uma gestão que procura estruturar o MESS, tendo como objetivo principal

“A organização descentralizada dos encontros, participação mais efetiva dos (...) CA's das regiões no sentido de organização dos fóruns de discussão, ERESS, ENESS (...) articulação com a ABESS, ANAS e CFAS (...)”
(Montanha).

Durante o ano de 88, todos os esforços foram implementados para garantir a presença da SESSUNE nos fóruns dos(as) estudantes e da categoria. Um marco, nesse sentido, foi a primeira participação da SESSUNE, como comissão organizadora do VI CBAS em 1989, em Natal, juntamente com CFAS, ANAS e ABESS. Outro ponto a ser ressaltado é a articulação com a UNE e com a UEE-RJ. Desse modo, a segunda gestão, dando continuidade ao processo de organização do MESS, defendia

“(...) o fortalecimento e a articulação do ME com todas as entidades, com os outros movimentos.”
(Areia).

Vale registrar, aqui, as dificuldades sofridas pelo MESS para efetivar essa proposta, durante a segunda gestão da SESSUNE em 1989/90, pois, a vitória de Fernando Collor para a presidência da República significou a derrota do projeto democrático e

¹⁰⁸ Serão relatadas, aqui, as propostas em relação a própria organização estudantil, visto que no item 4.1 desse trabalho foram analisadas as propostas do MESS em relação à conjuntura nacional, universidade e à formação profissional do(a) assistente social.

¹⁰⁹ Ver, no anexo 2, a composição dessas oito gestões da SESSUNE/ENESSO.

popular defendido pela candidatura de Lula, que contou com o apoio de amplos segmentos dos movimentos sociais e, particularmente, do ME. Tal situação desencadeou uma crise em diversos movimentos sociais e entidades populares que ficaram perplexos, sem conseguirem de imediato se opor à ofensiva neoliberal que se manifestava, de múltiplas formas, como por exemplo, na tentativa do governo de descaracterizar e deslegitimar as organizações e movimentos da sociedade civil. Os anos de 89 e 90 revelaram-se, então, extremamente difíceis para o desenvolvimento da ação política do MESS.

Apesar das dificuldades, a SESSUNE afirmava-se como entidade representativa dos(as) estudantes e, durante a terceira gestão, podemos identificar, de acordo com a entrevistada, o seguinte:

“lembro de duas propostas básicas, que são as mais centrais (...) uma era começar a discutir as questões da juventude (...). A segunda proposta era discutir formação profissional (...)” (Terra).

As propostas relacionadas à juventude e à formação profissional estiveram presentes nas gestões anteriores, mas assumem maior visibilidade a partir de 1990. Um acontecimento vital para o MESS, durante a terceira gestão, foi a realização do I Seminário de Formação Profissional e Movimento Estudantil, o qual dá primazia ao debate e à reflexão crítica sobre a trajetória do ME e, notadamente, a do MESS na realidade brasileira. Outra novidade foi o lançamento do primeiro boletim informativo da entidade¹¹⁰, que viria a ser aperfeiçoado pelas gestões seguintes, com a produção sistemática de boletins e jornais. Além disso, as discussões acerca da formação profissional propiciaram o reconhecimento da ABESS, quanto à importância da participação do MESS em seus fóruns¹¹¹, tornando-se,

¹¹⁰ Foram lançados, nessa gestão, dois números do “SESSUNE INFORMA ATIVA”.

¹¹¹ A SESSUNE participou, juntamente com a UNE, como debatedora do grupo de discussão sobre Universidade e ME, no I Seminário de Ensino em Serviço Social, promovido pela ABESS, em Belo Horizonte/MG, no período de 09 a 11/10/90.

desse modo, a aproximação com a ABESS, um legado importante para o futuro da organização do movimento.

Nessa perspectiva, durante a quarta gestão, verificamos o empenho dos(as) dirigentes do MESS, em sistematizar um anteprojeto sobre a formação profissional do(a) assistente social no Brasil. Assim, as propostas dessa gestão podem ser sistematizadas da seguinte maneira:

“(...) implementação de uma política financeira alternativa para a SESSUNE; realização de encontros regionais sobre formação profissional; realização de uma Campanha Nacional sobre formação profissional (...); lançamento regular de boletins informativos; apoiar todas as manifestações culturais dos estudantes de Serviço Social; promover concurso de poesias, músicas (...)” (Arco-Íris).

Além desses itens, a quarta gestão continuou consolidando a articulação já existente entre a SESSUNE e as entidades da categoria, tendo, inclusive, participado da comissão organizadora do Seminário Nacional de Ética e Serviço Social em 1991, no qual se discutiu o processo de reformulação do Código de Ética Profissional.

Podemos aferir das entrevistas e documentos analisados que, na 5ª gestão da SESSUNE, assume visibilidade, o nível de politização e organização do MESS. A esse respeito é significativo perceber que essa gestão priorizou o fortalecimento das entidades de base e da executiva, como sugere a seguinte fala:

“(...) a discussão de valores, a discussão de questões cotidianas da juventude, referente ao aspecto cultural da vida social (...) discussão sobre o papel político dos representantes estudantis em ABESS, (...) fortalecimento das entidades de base, fortalecimento da executiva (...)” (Água).

Objetivando o fortalecimento das entidades de base, foram formulados diversos textos que serviram de subsídio para o processo de discussão e de formação política dos(as)

dirigentes estudantis¹¹². Foi também intensificada a discussão referente à função política dos(as) representantes estudantis em ABESS, bem como a articulação com outras executivas, visando à criação do fórum das executivas de curso.

O apoio e a participação no fórum das executivas de curso continuam a ser viabilizados na gestão seguinte que tem por prioridade

“(...) a criação de grupos de estudo regionais e locais, visando à formação política dos estudantes; à mudança do nome da SESSUNE (...); ao apoio ao fórum das executivas de curso; à pesquisa do perfil dos estudantes de Serviço Social (...); à aprovação do documento ‘Pro dia nascer feliz’ (...)” (Nuvem).

A 6ª gestão, além do apoio ao fórum das executivas, realizou a pesquisa sobre o perfil do(a) estudante de Serviço Social, proposta pela gestão anterior e que se constituiu como contribuição do MESS ao processo de revisão curricular. Essa gestão implementou, também, pela primeira vez na história do MESS, um planejamento estratégico para subsidiar o desenvolvimento das suas atividades.

O planejamento da gestão, como muitas outras atividades realizadas pelo projeto democrático e popular no MESS, continua a ser viabilizado pela 7ª gestão, como afirma o depoimento que segue:

“O que a gente defendia naquele momento (...) é basicamente o que o Projeto democrático e Popular vem defendendo. E é interessante colocar que foi no ENESS de Niterói (94) que o nosso projeto ganhou nome, quando o Ceará chegou com a perspectiva de lançar esse nome, esse título: Projeto Democrático e Popular (...), defendemos o processo de revisão curricular; a articulação com a categoria (...)” (Sol).

¹¹² Essa foi a gestão que mais produziu textos ao longo da trajetória da SESSUNE/ENESSO. Além do documento “Pro dia nascer feliz”, elaborou os seguintes textos: “Secretários nas escolas: representação cotidiana da SESSUNE”; “Aos(às) estudantes de Serviço Social sobre as escolas pagas”; “Aos(às) estudantes do curso de Serviço Social - Que SESSUNE estamos construindo?”; “SESSUNE e os desafios postos ao Movimento Estudantil”, dentre outros.

Esta gestão deu continuidade a várias propostas que já vinham sendo implementadas, destacando-se a conclusão do relatório da pesquisa do perfil do(a) estudante; a articulação com as entidades da categoria, principalmente com a ABESS, devido às discussões da revisão curricular; a realização dos Seminários Nacionais sobre Formação Profissional e Movimento Estudantil (realizados anualmente a partir da terceira gestão); a realização do planejamento estratégico; a participação na comissão organizadora do 8º CBAS (1995, em Salvador), dentre outras atividades.

O debate sobre o processo de revisão curricular, no âmbito da categoria estudantil, continuou a ser encaminhado pela 8ª gestão da ENESSO, que elegeu, como eixo da sua intervenção, a formação política, como sugere a fala da sua diretora entrevistada

“(...) a articulação da ENESSO, com as entidades da categoria e também com a própria UNE, tinha como eixo central a formação política e algumas propostas de elaboração de projetos, para intervir nessa questão (...)”
(Estrela).

A formação política dos(as) estudantes foi sempre uma preocupação das diversas gestões da SESSUNE/ENESSO, tendo recebido, nessa 8ª gestão, atenção especial, com o início da realização de uma pesquisa¹¹³ sobre o perfil das entidades e dirigentes estudantis. Essa pesquisa tem como objetivo conhecer a realidade concreta das entidades de base do MESS para, a partir daí, pensar e elaborar novas formas de intervenção política cotidiana. Outra questão a ser considerada foi a participação dos(as) diretores(as) dessa gestão em todos os ERESS, o que propiciou uma contribuição importante, do ponto de vista político, ao desenvolvimento daqueles fóruns.

Na trajetória da SESSUNE/ENESSO cada gestão, com características particulares, contribuiu para o fortalecimento e reconhecimento da executiva como

¹¹³ Essa pesquisa iniciada na 8ª gestão até o final desta dissertação ainda não havia sido concluída.

importante espaço político de organização estudantil.

As duas primeiras gestões cumpriram a difícil missão de estruturar, divulgar e consolidar a executiva diante de outras entidades estudantis e da própria categoria, enfrentando as dificuldades e as fragilidades inerentes a um processo de articulação que se desenvolve nacionalmente.

As gestões subseqüentes (terceira, quarta e quinta), a partir do caminho sedimentado pelas primeiras, conseguem consolidar, através de sua ação política, a respeitabilidade da entidade. A terceira, inicia a elaboração de informativos, a realização dos Seminários Nacionais sobre Formação Profissional e Movimento Estudantil, que continuam a ser realizados pelas diretorias seguintes. A quarta, destaca-se pela elaboração do Anteprojeto pela reestruturação da formação profissional do(a) Assistente Social no Brasil. A quinta gestão *“inicia a fase de amadurecimento da Executiva, encaminha as discussões do anteprojeto, formula textos para discussão nas escolas e lança o importante Documento Pro Dia Nascer Feliz, que faz uma reconstituição - sob forma de síntese - dos ENESS desde 1978”* (Matos, 1996: 120).

As três gestões seguintes (sexta, sétima e oitava) aprofundam o amadurecimento político da entidade. A sexta, elabora um documento importante sobre os pressupostos políticos e pedagógicos que devem nortear o MESS e realiza a pesquisa do Perfil do(a) Estudante de Serviço Social. A sétima, conclui alguns trabalhos iniciados em outras gestões, como a aprovação do Documento Pro Dia Nascer Feliz e a tabulação dos dados da pesquisa nacional sobre o perfil do(a) estudante de Serviço Social.

A oitava gestão primou pela formação política dos(as) dirigentes estudantis, com o início da pesquisa sobre o perfil das entidades e dirigentes (dos CA's e DA's de

Serviço Social) e deu continuidade ao processo de articulação com outras executivas de curso e com as entidades da categoria¹¹⁴.

Esse conjunto de propostas, apresentado ao longo da trajetória da SESSUNE/ ENESSO, evidencia o esforço e a determinação dos(as) dirigentes do MESS no sentido de articular, no plano da sua proposta política, as lutas gerais e específicas, sugerindo, assim, que a estratégia de ação do ME na conjuntura dos anos 80/90 se redimensiona. Neste sentido, o movimento amadurece a sua concepção sobre qual deva ser a missão social da universidade para a sociedade civil e a compreensão da juventude universitária: seu cotidiano, seus valores e utopias.

No entanto, é preciso considerar, também, que as propostas revelam a necessidade de o MESS elaborar e viabilizar, através da ENESSO, dos CAs/DAs e dos seus fóruns, um projeto permanente de formação política dos(as) estudantes, dando seqüência ao processo de discussão sobre a formação profissional, juntamente com as demais entidades da categoria dos(as) assistentes sociais, além do aprofundamento do debate em torno da juventude e de seus valores culturais.

• Suas Lutas e Conquistas

Analisaremos, aqui, as lutas e conquistas mais específicas no âmbito do movimento, como diz Sader (1988: 39), nas *“características singulares que mais chamam a atenção se nos debruçarmos para examinar o fenômeno em sua originalidade”*. Nessa

¹¹⁴ Nessa construção histórica da hegemonia do Projeto Democrático e Popular na direção do MESS, no âmbito da diretoria da SESSUNE/ENESSO, destacam-se alguns CAs e DAs. No processo de criação da SESSUNE, o CA da UFRJ teve papel relevante, voltando a se destacar no processo de organização da entidade, a partir dos dois últimos anos pesquisados. O CA da UECE ocupa um lugar central no processo de consolidação da entidade nacional, estando à frente da executiva, em quatro das oito gestões pesquisadas. Isso demonstra ser este CA *“um dos raros, se não o único, durante o período pesquisado da ENESSO, que conseguiu renovar quadros continuamente possibilitando uma política de revigoração e continuidade nos trabalhos, que rebate na ENESSO”* (Matos, 1996: 118). Merecem relevo, ainda, a participação do CA da UFPA e do DA da UCSal, que contribuíram para o fortalecimento da executiva.

perspectiva agrupamos, a partir dos documentos selecionados,¹¹⁵ as lutas e as conquistas do MESS em três campos: **formação profissional - formação política - cultura e valores**.

Em relação à **formação profissional**, notamos, inicialmente, que esta é vista pelos(as) dirigentes como âmbito estratégico de atuação, à medida que contribui, no plano da disputa ideológica e cultural, para a defesa de outra direção social para a universidade e de outra direção intelectual e moral para a sociedade. Nesse ângulo, a contribuição do ME acerca da formação profissional, dá-se pela disputa no âmbito da cultura, da ideologia e de projetos, no cotidiano da vida universitária e pela aliança com outros segmentos progressistas que também defendam esse posicionamento.

Torna-se oportuno atentar que a formação profissional revela-se uma temática sempre presente nas pautas dos fóruns de discussão do MESS. A partir de 1991, a SESSUNE/ENESSO passa a promover anualmente o “Seminário Nacional pela Formação Profissional e Movimento Estudantil”, que se torna instância regular de discussão dos(as) estudantes de Serviço Social.

No I Seminário, promovido pela terceira gestão da SESSUNE, os(as) estudantes decidiram propor uma Campanha Nacional pela Formação Profissional, tendo como tema “A Gente Não Quer Só Canudo”¹¹⁶. Na gestão seguinte, 92/93, a campanha toma corpo e se materializa na elaboração de um anteprojeto da campanha nacional pela reestruturação da formação profissional do(a) assistente social no Brasil, que foi aprovado em 1992. A concepção de formação profissional é explicitada no anteprojeto *“como privilegiado campo de disputa, onde os vários projetos de sociedade se encontram em*

¹¹⁵ Utilizamos aqui, principalmente, os textos e o anteprojeto elaborados nas quatro últimas gestões da executiva nacional.

¹¹⁶ Um grupo de estudantes da UECE fez uma adaptação da música “comida” (Titãs), que dizia: “A gente não quer só canudo, a gente quer compromisso, a gente quer ação. A gente não quer só ensino, a gente quer ensino, pesquisa e extensão. A gente não quer só presença, a gente quer presença e conscientização (...)”

permanente tensão, e que uma intervenção qualitativa nesse campo se traduz como uma necessidade real e com um caráter estratégico” (SESSUNE, 1992).

Esse anteprojeto foi discutido em vários encontros estudantis e de ABESS e, embora várias de suas propostas¹¹⁷ não tenham sido materializadas, foi um documento importante para o MESS, posto que iniciou uma prática de elaborar documentos e textos, registrando sua memória histórica e produzindo, mais sistematicamente, propostas concretas de intervenção.

Outra questão importante, no processo de intervenção do ME, na esfera da formação profissional foi a criação da coordenação nacional de representação estudantil de ABESS, inserida na diretoria da ENESSO.

“A aprovação da Secretaria de Formação Profissional e da Coordenação Nacional de Representação Estudantil de ABESS inaugura um marco na história do Serviço Social. Tanto pelo reconhecimento da sua relevância no que se refere a contribuição do ME à formação profissional, quanto pela percepção do espaço acadêmico, enquanto locus de intervenção e de disputa política” (ENESSO, TEXTO: “Coordenação Nacional de Representação Estudantil de ABESS da ENESSO, 1993).

O espaço acadêmico é visto como *locus* de disputa política, por ser uma esfera em que diversas concepções de sociedade, de indivíduo e de cultura, são discutidas e disputadas por diferentes perspectivas, tanto teoricamente, nas salas de aula, ou nas pesquisas, como no plano político-organizativo, através da participação dos segmentos que compõem a universidade, nas suas entidades e congressos. O saber é um elemento importante na disputa política, adquirindo, no espaço acadêmico, particularmente na Universidade uma dimensão privilegiada, pela sua própria natureza de produtora do

¹¹⁷ Muitas propostas levantadas no anteprojeto não conseguiram ser colocadas em prática, como: constituição de uma comissão nacional inter-entidades para coordenar o projeto; campanha publicitária para lançamento e acompanhamento do projeto de campanha; criação de um banco de dados informatizado dirigido pelo CEDEPSS, dentre outras.

conhecimento.

A coordenação de formação profissional que, no ENESS de 95, transformou-se em mais um cargo da coordenação nacional da ENESSO, contribui decisivamente, para maior articulação dos(as) representantes estudantis de ABESS com as entidades do MESS à medida que fertiliza a idéia da formação profissional como questão que deve estar interligada à formação política dos(as) dirigentes e dos(as) estudantes de Serviço Social.

A **formação política** foi outro aspecto privilegiado, em que se efetivaram várias conquistas no âmbito do MESS. A prioridade dada à formação política está presente em vários depoimentos dos(as) dirigentes, vejamos alguns:

“Na nossa gestão¹¹⁸ as duas grandes estratégias eram viabilizar e contribuir com a formação política estudantil, com o despertar crítico no sentido da sua organização e mobilização e, conseqüentemente, na sua participação no movimento e de uma forma mais geral na sociedade, como cidadão (...)” (Água).

“Uma das prioridades dessa gestão¹¹⁹ é a questão da formação política, e para isso achamos necessário fazer uma análise do perfil das entidades estudantis (...)” (Estrela).

Compreende-se formação política como desafio de despertar nos(as) jovens o encanto pelo movimento político, com esperança na organização coletiva, na possibilidade de construção de ações políticas democráticas e dinâmicas que considerem as múltiplas determinações das esferas individual e coletiva. A necessidade de um processo sistemático de formação política dos(as) estudantes e dos(as) dirigentes estudantis rege-se, dentre outras questões, pela constatação de uma enorme dificuldade de articulação das entidades de base (CA's, DA's); do número limitado de indivíduos que estão preocupados com a

¹¹⁸ gestão 92/93.

¹¹⁹ gestão 95/96.

coletividade; da baixa renovação dos(as) dirigentes e da falta de discussão política sistemática entre os(as) dirigentes das entidades estudantis e o conjunto dos(as) estudantes.

Essas fragilidades detectadas refletem uma realidade não só do ME, mas de quase todos os canais de organização da sociedade brasileira. Essa situação é estimulada, ainda, pelo contexto sócio-político em que o projeto neoliberal dissemina o ideário de descrença nas organizações coletivas, gerando o fenômeno da apatia, que, segundo Cerroni (1982: 64), é um sinal característico da cisão entre a política e a vida social, que se manifesta *“como ceticismo geral em relação aos valores comunitários, como desconfiança nas possibilidades de mudar radicalmente as estruturas sociais e políticas e também como aceitação acrítica das formas do poder constituído”*.

Na busca de se contrapor a esse contexto de apatia foram produzidos vários textos e documentos que visavam a contribuir no processo de formação política dos(as) dirigentes¹²⁰. Dois documentos merecem destaque: “Pro dia nascer feliz” e “Dialogando: pressupostos político-pedagógicos para a construção do ME do Serviço Social”.

O documento “Pro dia nascer feliz”, elaborado pela quinta gestão da SESSUNE¹²¹, sistematizou a história dos ENESS e do processo de organização estudantil; discutiu os paradigmas políticos que fundamentavam a atuação do MESS, bem como os desafios que nortearam a organização estudantil nacional de Serviço Social, além de apontar propostas políticas para o movimento.

Ao resgatar a história dos ENESS pós-ditadura militar e da própria executiva nacional, esse documento contribui para a sistematização da memória do MESS, propi-

¹²⁰ Esses textos e documentos eram socializados com as entidades de base do MESS através das Coordenações Regionais e dos(as) Secretários(as) por Escola.

¹²¹ Essa foi a gestão que mais produziu textos sobre diversos aspectos da ação política do movimento, como por exemplo, a história do MESS, a questão da moralidade pública e privada dos sujeitos políticos, etc. O documento “Pro dia nascer feliz” foi apresentado no ENESS de São Leopoldo (93) como contribuição dessa gestão ao processo de formação político-estudantil.

ciando aos(às) estudantes que participam desse movimento um meio de socialização do conhecimento da sua história. Na discussão sobre os paradigmas políticos e sobre os desafios colocados para a organização estudantil, o documento elucida aspectos da cultura política construída pelo MESS, merecendo destaque a defesa do pluralismo no cotidiano das discussões e das disputas políticas do movimento, bem como a busca de inserção criativa e propositiva nos espaços acadêmicos. Em meio às propostas apontadas, neste documento, destacamos a criação de grupos de trabalho regionais para aprofundar o estudo de temas relacionados à universidade e ao ME; a elaboração de um projeto cultural para o MESS e o apoio ao fórum das Executivas de Curso.

O documento “Dialogando” foi produzido pela sexta gestão, que dá andamento a sistematização sobre aspectos da ação política do MESS. Esse processo vai ao encontro do que Chauí (1988: 13) sugere sobre os movimentos sociais. Ela diz que estes *“operam como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento políticos que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica”*. O referido documento elucida os pressupostos político-pedagógicos necessários para a construção do MESS, através do diálogo ideológico na procura do pluralismo com hegemonia. Propõe, ainda, mecanismos de efetivação de uma práxis político-pedagógica, que seria viabilizada nessa gestão da ENESSO, por exemplo: pela formulação de um planejamento estratégico; pela implementação de uma política cultural; pela discussão sobre o público e o privado como desafio do reconstruir grupal no ME, pelo fortalecimento da Secretaria de Formação Profissional etc.

Nesses dois documentos estão esboçadas reflexões sobre diversas questões pertinentes à ação política do MESS. No “Pro dia nascer feliz” é feito um resgate histórico e uma análise da intervenção e dos desafios propostos para o ME na conjuntura brasileira dos anos 80/90. O enfoque do “Dialogando” não dá primazia à história, mas à dimensão

político-pedagógica da ação do movimento. Encontramos alguns aspectos comuns a ambos, sobretudo, na defesa do pluralismo nos debates políticos e na eleição da questão cultural como fator básico para ser trabalhado.

Com relação à **cultura e valores**, outro campo, prioritariamente, considerado pelo MESS, encontramos algumas indicações nos seguintes documentos.

No “Dialogando”, a cultura é vista

“como componente estratégico da práxis política (...) não só ao nível da expressão e comunicação, bem como da releitura do diferente, buscando a lógica interna de suas forças, mas, ao mesmo tempo, disputando hegemonia (...) como uma política estratégica do ME que pode suscitar não só um aprofundamento da leitura da realidade, como também é facilitadora da contra-ideologia que busca a superação da ordem dominante tão arraigada ao nosso viver cotidiano, presente no interior da família, do trabalho... enfim das relações sociais como um todo” (ENESSO, documento “Dialogando”, 1994).

Nesse mesmo sentido, o documento “Pro dia nascer feliz” propõe, a elaboração de um projeto cultural para o MESS, a fim de discutir valores, comportamentos culturais, tabus e ideologia, além de incentivar as manifestações artístico-culturais dos(as) estudantes.

Essas propostas ratificam a perspectiva de que a atividade político-estudantil tem compromisso com uma sociedade nova, justa e igualitária, na qual se abrange, também, *“o compromisso com o processo de mudança subjetiva, onde os homens e mulheres sejam realmente emancipados(as) e livres de todas as manifestações de poder. É nessa perspectiva que se prioriza a discussão da subjetividade, da afetividade, dos valores, da cultura”* (SESSUNE, Texto “Aos (às) estudantes do Curso de Serviço Social - que SESSUNE estamos construindo?, 1992).

A partir dessa compreensão, o MESS vem priorizando discutir questões relacionadas aos valores presentes na sociedade¹²², através da realização, em seus fóruns, de oficinas sobre sexualidade, uso de drogas, questões de gênero etc.

A dimensão cultural também é privilegiada. Exemplo disso é que as chapas vencedoras das eleições da SESSUNE/ENESSO vem escolhendo para as suas gestões nomes inspirados em letras de músicas que trazem um teor crítico aos valores da sociedade em que vivemos, bem como a esperança na construção de um mundo melhor¹²³.

A arte constitui uma das formas de “suspensão” da vida cotidiana que produz objetivações duradouras, rompendo com “a tendência espontânea do pensamento cotidiano, tendência orientada ao Eu individual-particular. A arte realiza tal processo porque, graças à sua essência, é autoconsciência e memória da humanidade” (Heller, 1989: 26).

Nesse sentido, as manifestações artísticas, ao romper com a tendência orientada ao Eu individual-particular, orientam-se para o humano genérico, expressando a memória coletiva da humanidade.

¹²² Um exemplo da discussão sobre os valores presentes na sociedade refere-se a um movimento iniciado, de forma tímida, no XVII CONESS (realizado em 1994, na UECE) que se autodenomina “ região VIII” - uma região alternativa da ENESSO, que articula vários(as) estudantes de Serviço Social do país interessados(as) em discutir os padrões de relacionamentos afetivo-sexuais.

¹²³ Vejamos, por exemplo, as quatro últimas gestões e alguns trechos das músicas que deram origem aos seus nomes:

“Estamos meu bem por um triz PRO DIA NASCER FELIZ essa é a vida que eu quis pro mundo inteiro acordar(...)” (Cazuza)

“Sim todo amor é sagrado e o fruto do trabalho é mais que sagrado(...) ENQUANTO A CHAMA ARDER(...)” (Beto Guedes - Ronaldo Bastos)

“TEMOS NOSSO PRÓPRIO TEMPO(...) o que foi escondido é o que se escondeu. E o que foi prometido, ninguém prometeu. Nem foi tempo perdido somos tão jovens” (Renato Russo)

“Eu vejo a vida melhor no futuro, eu vejo isso por cima de um muro de hipocrisia que insiste em nos rodear(...). Que não há tempo que volte amor, vamos viver tudo que há pra viver VAMOS NOS PERMITIR” (Lulu Santos)

É nessa perspectiva coletiva que as manifestações e expressões artísticas no MESS - músicas, poesias, peças, danças¹²⁴ - (apresentadas nas noites culturais e plenárias finais dos encontros) revelam uma forma de crítica aos fundamentos da sociedade capitalista¹²⁵. Essa crítica se expressa não só nas manifestações artístico-culturais, mas também na ação política cotidiana do ME, quando este se alia a outros sujeitos coletivos na disputa pela hegemonia na sociedade, contribuindo para a mudança de valores e para a ruptura de preconceitos¹²⁶. A esfera cultural é, portanto, um dos ambientes em que mais o ME pode-se integrar na luta pela mudança da correlação de forças na sociedade.

O MESS consolidou conquistas primordiais no campo da formação profissional, da formação política, da cultura e dos valores. No entanto, apresenta, também, algumas fragilidades que merecem análise mais apurada e ação efetiva no intuito de que se possa superá-las.

Na discussão do MESS sobre a formação profissional, notamos que, algumas vezes, há uma redução, quando a análise contempla somente a dimensão acadêmica e não se projeta para abranger a formação profissional na conjuntura da sociedade e da universidade. Dessa forma, há propensão para um entendimento academicista e, às vezes, despolitizado do significado da inserção do ME na esfera acadêmica.

¹²⁴ O símbolo do XIII ENESS (1991, em Cuiabá) foi a foto de uma criança na rua, com os seguintes versos: *"O povo já não tem mais caras, O povo já não tem máscaras, Prá agüentar a deslavada cara, Prá agüentar a descarada opressão..."* (Fragmentos da poesia de Antônio Bruno, folder do XII ENESS).

¹²⁵ Como uma das expressões dessas manifestações culturais, o XVII CONESS, realizado em 1994, na UECE destaca *"a fundação da EMACHOSS - Executiva dos Machos do Serviço Social, fruto de rápidas reuniões dos homens presentes ao evento."* Houve *"a apresentação de várias esquetes, onde era dramatizada a opressão vivida pelo homem que opta pelo curso de Serviço Social, curso este pouco legitimado pela sociedade e estigmatizado ainda como 'coisa de mulher'"* (MATOS, 1996: 93).

Nesse mesmo ano o XVI ENESS, realizado no Rio de Janeiro, iniciou seus trabalhos com uma performance da música "Amor de índio", da qual foi retirado o nome da 6ª gestão da ENESSO - "Enquanto a chama arder". Nesse ENESS, ainda, a Executiva distribuiu um panfleto literário com quatro poesias de estudantes do curso de Serviço Social (MATOS, 1996).

¹²⁶ Segundo Heller (1984: 53), os preconceitos *"são obra da própria integração social (por exemplo, da nação ou da camada, mas sobretudo da classe) que experimenta suas reais possibilidades de movimento mediante idéias e ideologias isentas de preconceitos. Os preconceitos servem para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada"*.

No âmbito da formação política detectamos a ausência de um processo sistemático de reuniões e discussões em quase todas as entidades de base (CA e DA de Serviço Social), refletindo um despreparo teórico-político da maioria dos(as) dirigentes estudantis, o que remete para a necessidade de um investimento mais contundente da ENESSO em cursos e trabalhos de formação política desses(as) dirigentes. Merece, ainda, ser ponderada, a tradição de não registrar a memória histórica do movimento e de não repassar informações relativas ao movimento e às suas entidades aos(as) estudantes que começam a participar do MESS.

O campo cultura e valores carece de investimento mais frequente na promoção de campanhas e eventos artístico-culturais, da mesma forma que da realização de extenso debate a respeito da cultura, dos valores, da ideologia e da relevância desses elementos para o processo de mudança social.

• As propostas da oposição à diretoria da executiva

O MESS, como expressão da organização política dos(as) estudantes de Serviço Social, aglutina diferentes tendências políticas. São grupos que, na maioria das vezes, tecem avaliações distintas sobre os quatro eixos temáticos assinalados anteriormente.

Podemos observar que é durante o ENESS, principalmente nas eleições para a diretoria da SESSUNE/ENESSO que, as divergências parecem aflorar, evidenciando o caráter polêmico das discussões e o processo de disputa política para a direção do MESS¹²⁷.

Mostraremos, neste item, as propostas das denominadas tendências de oposição à diretoria da SESSUNE/ENESSO. Nesta condição, destacam-se três tendências políticas principais, como retratam as seguintes falas dos(as) dirigentes.

¹²⁷ As tendências políticas de oposição à diretoria da SESSUNE/ENESSO se uniram no voto e na defesa pública de chapas opositoras à coordenação nacional da executiva nos ENESS de Salvador (1992) e Natal (1995).

*“(...) E aí a gente conversou e o objetivo era formar uma chapa pra hegemonizar, a nível político, uma determinada posição em relação a outra (que era a **Viração**) (...)” (Terra).*

*“Nós sofremos uma certa pressão da oposição - o que considero salutar - (...) A partir daquele ENESS em 91 e isso desembocou muito no ENESS - Salvador (92), os **independentes** começaram a se manifestar, a surgir (...)” (Arco-Íris).*

*“(...) Não foi chapa única, existia o grupo de São Paulo e o pessoal da **Convergência**, que se uniram e formaram outra chapa” (Água).*

Identificamos nessas falas, a presença dos três grupos políticos mais atuantes na oposição à direção do MESS no período em análise: Viração (tendência estudantil do PC do B), grupo dos Independentes e os(as) militantes da tendência Convergência Socialista, que depois entraram no PSTU.

Analisaremos as concepções e propostas de cada um desses grupos a partir dos eixos-temáticos: visão de sociedade, missão social da universidade, formação profissional em Serviço Social e organização política estudantil.

O primeiro grupo citado, a tendência Viração (corrente estudantil do PC do B), foi oposição à direção da executiva, de forma mais organizada durante as três primeiras gestões, embora que nas gestões subseqüentes tenha participado das entidades do MESS através de alguns dos(as) seus(suas) militantes. Essa tendência não apresentou suas propostas sob a forma de teses nos ENESS uma vez que a idéia da socialização das teses só foi concretizada no ENESS de Salvador (1992), momento que coincide com o processo de desarticulação desse grupo no âmbito do MESS.

Devido a este fato, não encontramos documentos suficientes para sistematizar as propostas desse grupo em relação aos eixos-temáticos. Entretanto, no item 2.2 desse trabalho já explicitamos algumas propostas da tendência Viração no âmbito do ME, mais

precisamente no que diz respeito a UNE, propostas essas que, de certa forma, também se refletem no MESS.

O segundo grupo referido pelos(as) dirigentes é o dos Independentes que, surge no MESS, sobretudo, a partir do ENESS de Cuiabá (1991)¹²⁸. É somente no ano seguinte, em Salvador, que os independentes disputam e ganham a coordenação da região VII (São Paulo), seu principal local de atuação política.

A visão de sociedade defendida por esse grupo pode ser detectada em algumas de suas análises sobre a realidade brasileira, tal qual a que segue:

“Consideramos o Brasil (1993) como um país que acolhe, de um lado, a luta contra seqüelas de 20 anos de opressão e descaso e de outro, a tentativa de acompanhar uma ordem mundial onde o capital atinge seus mais altos graus de concentração e centralização, deixando um rastro de grandes contingentes de miseráveis e excluídos” (Tese “É tempo de Ser”, 1993).

Esse posicionamento sugere uma crítica ao reordenamento mundial capitalista e as suas trágicas consequências para a maioria da população. A oposição ao sistema capitalista também aparece na concepção que esse grupo tem sobre a universidade. Para os Independentes

“nas duas últimas décadas, a política educacional apontada para o ensino superior, de caráter modernizante, era a que atendesse a adaptação do ensino superior aos interesses hegemônicos. Essa situação histórica determinou pela privatização das universidades, ao invés de criarem mais instituições públicas de ensino superior e/ou aumentarem a capacidade de atendimento das já existentes” (Tese “É tempo de Ser”, 1993).

Nesse sentido é defendida, nessa tese, um projeto educacional que garanta a todos, o acesso ao conhecimento crítico, com o enfrentamento da questão social e uma

¹²⁸ Durante esse ENESS, ocorreu uma plenária convocada pelo grupo independente com o objetivo de formar uma chapa para disputar a diretoria da SESSUNE. Tal objetivo não logrou êxito.

universidade que não se restrinja ao ensino, mas que seja produtora de pesquisas e de serviços à comunidade.

Quanto à formação profissional em Serviço Social, o grupo dos independentes enfatiza a dimensão investigativa, no sentido da luta pela ruptura com a tradição pragmatista e espontaneísta que marca historicamente a profissão.

No tocante ao quarto eixo-temático - organização política estudantil - esse grupo elabora reflexões sobre a diferença da luta estudantil e da luta partidária, conforme evidencia o trecho de um dos seus documentos:

“entendemos a luta estudantil como essencialmente política, mas ressaltamos a diferenciação que se faz necessário entre esta e a luta partidária. Não podemos admitir que o militante de um partido político transponha mecanicamente as bandeiras da luta partidária para o movimento (...) Ao invés de estudantes preocupados com o crescimento das práticas educativas e de conscientização e libertação, os ativistas partidários, sob o mando de suas direções impõem seus partidos políticos e se preocupam unicamente em recrutar grupos de apoio as suas tendências e partidos” (Tese “Movimento Independente”, 1993).

Podemos identificar, nesse trecho e no conjunto das argumentações, que a noção de independência e de autonomia defendida por este grupo se refere ao distanciamento entre o movimento e o partido, por considerarem este último, a priori, como sendo aparelhista e anti-democrático. Entretanto, esse grupo já toma partido, ou seja, assume posição na medida em que *“(...) os partidos podem-se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de negação dos partidos (...)”* (Gramsci, 1989: 20).

O último grupo de oposição citado pelos(as) dirigentes é composto por militantes da tendência Convergência Socialista que, após terem saído do PT, formaram o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Esse grupo se organiza no MESS,

sobretudo a partir do ENESS de 92 e no ENESS de 95, inclusive, lança chapa de oposição à Coordenação Nacional da ENESSO.

A visão de sociedade desse grupo está subjacente à análise que faz sobre a realidade brasileira nas últimas décadas, como ilustra o trecho da tese que apresentaram no ENESS em 1992:

“Este cenário lamentável da realidade brasileira sempre existiu, mas nunca na dimensão que vem se desenvolvendo desde os últimos governos (Sarney, Collor, Itamar) que deram suas respectivas ‘contribuições’, através de todo um plano elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que processou uma combinação entre recessão e inflação, privatização e abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, desemprego e sucateamento da educação e saúde” (Tese “Resistência: acredite nas lutas”, 1993).

Nessa perspectiva, defende que as entidades representativas e os MS devem unificar as lutas com a classe operária para, através dessa aliança, lutar pelo socialismo com democracia operária. A ruptura com a sociedade capitalista é reafirmada na defesa da luta por uma sociedade socialista e libertária.

A concepção de transformação social é ressaltada na discussão sobre a missão social da universidade que, para esse grupo, está diretamente relacionada com a transformação da sociedade capitalista. Nesse sentido, a luta é por uma universidade a serviço dos trabalhadores, do campesinato e da população explorada, que

“(...) deve produzir e difundir conhecimentos, saber e tecnologia, em função das aspirações e das lutas dos trabalhadores e da grande maioria do povo pobre.” (Tese “Resistência, acredite nas lutas”, 1993)

De acordo com essa análise, esses(as) militantes propõem discussões nas escolas sobre os “ataques” que a educação vem sofrendo. Vale considerar que, não são apresentadas, nas teses dos(as) militantes do PSTU no MESS, análises sobre concepção de formação profissional. Esta é restrita somente a um de seus aspectos, a revisão curricular,

que é compreendida como resposta à lógica de readequar as instituições ao mercado mundial.

No tocante à organização política estudantil, esse grupo defende que

“O ME deve respaldar as lutas da classe trabalhadora, não apenas sob à luz das concepções teóricas propagadas, mas participando concretamente do processo de transformação social” (Tese “Não dá mais prá segurar”, 1995).

Para essa postura o papel do ME é fortalecer e participar das mobilizações políticas presentes na sociedade. Assim, uma de suas teses ressalta a importância da participação da juventude em todas as grandes manifestações da história brasileira, como as lutas contra o regime militar em 64, a participação nas greves de 78/79, mobilizações das Diretas Já em 84 etc. Considera, ainda, que a partir do movimento das Diretas *“o governo vem aplicando a reação democrática e as direções do movimento vem capitulando a ela, freando assim, as lutas dos estudantes”* (Tese ao XIV ENESS, 1992).

Nesse sentido, defendem que a executiva *“não priorize os espaços institucionais e acadêmicos em detrimento das lutas mais amplas dos trabalhadores e estudantes. Queremos a SESSUNE na luta”* (Tese “Resistência: acredite nas lutas”, 1993). Identificamos que esta tendência política de oposição critica a direção do MESS, por esta priorizar o cotidiano da organização estudantil nas universidades e não, os momentos de mobilização de massa, junto aos(as) trabalhadores(as).

Vale considerar que, diante das transformações ocorridas nas últimas décadas, sobretudo àquelas relacionadas à ampliação do espaço para a prática política, torna-se absolutamente necessária a articulação orgânica entre as lutas específicas e as gerais, de forma que, a valorização do cotidiano do movimento não signifique o isolamento das lutas e que o entendimento da conjuntura não resulte num distanciamento da realidade concreta do movimento.

Na trajetória histórica do MESS, no período em análise, as tendências políticas de oposição, bem como a postura majoritária na diretoria da ENESSO constituem segmentos identificados com a esquerda. Assim, têm procurado imprimir ao MESS uma direção política voltada para defesa dos interesses das classes subalternas à proporção que se aliam, em muitos momentos, nas lutas contra as reformas neoliberais do Estado e contra a privatização e o sucateamento da universidade pública. No entanto, verificamos que, em determinadas situações, as disputas políticas pela direção do MESS têm resultado em profundas cisões e acusações mútuas que dificultam a convivência democrática, plural e solidária entre as forças de esquerda no interior do ME, além de contribuir para o distanciamento entre a direção e a base do movimento.

Trata-se, pois, de compreender que o processo de construção de uma ação política que se pretende crítica à lógica da sociedade capitalista, apresenta limites que precisam ser enfrentados com coerência ética e tolerância com o diferente.

É importante ressaltarmos que esses grupos de oposição contribuíram, decisivamente, para a construção do processo de organização dos(as) estudantes de Serviço Social. A participação nos encontros, em algumas coordenações regionais e o lançamento de propostas para o MESS deram a tônica dessa contribuição na consolidação da ENESSO como entidade representativa do MESS.

4.3 - Rompendo o isolamento: aliados e opositores no processo da ação política

Na implementação das suas lutas, o MESS articula-se a outros sujeitos coletivos, consolidando alianças, as quais expressam que, afinal *“a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna (...) o resultado não somente de suas próprias ações, mas também da sua interação com outros agentes (...)”* (Sader, 1988: 20).

Convém ressaltar que o momento em que as alianças entre os movimentos se torna mais política, é aquele no qual se rompe com o corporativismo e se adquire a consciência de que os interesses que defendem, devem representar também os interesses de outros grupos subordinados. Neste sentido, um grupo social *“não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos”* (Gramsci, 1989: 24).

Os(as) dirigentes explicitam os principais sujeitos coletivos com que o MESS se articulou no processo de discussão da sua proposta política, nas seguintes falas:

“Se você tem uma concepção de buscar uma nova direção moral e intelectual para a sociedade, você vai se aliar com sujeitos coletivos que possam enriquecer sua proposta e trocar idéias. Na época da executiva nós tínhamos o fórum de executivas da UNE, a coordenação nacional de mulheres, tínhamos os partidos e, pessoalmente, eu era orgânica ao PT, além das entidades da categoria como ABESS, CRESS e CFESS, com que mantínhamos uma articulação mais forte” (Água).

“(...) a gente trabalhou junto com as entidades da categoria: CFESS, CRESS e os departamentos (...) com a ABESS, algumas ONG's, com algumas reitorias mais progressistas, buscou muito a ajuda dos Sindicatos dos bancários (...) a gente tem uma aproximação com alguns partidos, especificamente o Partido dos Trabalhadores (...)” (Arco-Íris).

“Os sujeitos coletivos que se articulavam na defesa das propostas com a gente eram os DA's locais, os outros DA's de Serviço Social espalhados pelo país; o DCE; as entidades da categoria (ABESS, CFESS, CRESS); algumas executivas de curso e, em algumas propostas, a UNE; alguns sindicatos e movimentos sociais diversos” (Nuvem).

“Os sujeitos coletivos com que mais mantemos articulação nos encaminhamentos das nossas propostas, geralmente são as entidades da categoria como ABESS, CRESS, e a nível mais geral, apesar de algumas dificuldades políticas, temos a UNE e, em alguns momentos pontuais, participamos de movimentos políticos com sindicatos, com a CUT etc” (Lua).

Para os(as) entrevistados(as) são as entidades representativas dos(as) Assistentes Sociais as interlocutoras privilegiadas do MESS. Assim, a articulação entre as entidades da categoria e o MESS se desenvolve em momentos tais como: na organização conjunta de eventos¹²⁹, no lançamento do jornal das quatro entidades¹³⁰, na parceria em discussões relacionadas à organização política, à formação profissional, à regulamentação e fiscalização da profissão.

A importância dada à articulação entre o MESS (através da SESSUNE/ ENESSO) e as entidades da categoria profissional aparece em documentos elaborados pelas próprias entidades. Sobre isso é ilustrativo o anteprojeto acerca da reestruturação da formação profissional, elaborado pela SESSUNE que sugere a busca da

“participação paritária de todas as entidades representativas da categoria dos assistentes sociais do país, posto que a formação profissional não poderia estar desligada das outras dimensões, das quais participam as diversas entidades já referidas. Tal proposição vem ao encontro do anseio geral de se dinamizar uma nova forma de organização da categoria: a organização conjunta”

O relatório final da gestão 93-95 da ABESS/CEDEPSS, apresentado na XXIX Convenção, em 1995, também registra a importância dessa articulação:

“Papéis relevantes foram desempenhados pela ENESSO e pelo CFESS. A ENESSO, particularmente, através de sua Secretaria de Formação Profissional, realizou grandes investimentos teórico-políticos na ampliação e aprofundamento do debate¹³¹. Como parceira da ABESS no processo de construção da hegemonia que define a direção social e política da formação profissional, a ENESSO, coordenadora da participação do movimento estudantil, torna-se presença importante e necessária. No âmbito do exercício profissional e da organização da categoria, o CFESS constitui-se incentivador e co-participante da direção construída neste percurso”.

¹²⁹ Um marco nesse processo de organização conjunta foi o VI CBAS de 1989, no qual a SESSUNE participou, pela primeira vez, como Comissão Organizadora desse evento, junto ao CFAS, ANAS e ABESS.

¹³⁰ Esse jornal teve o seu primeiro número lançado em agosto de 1991, no qual publicou-se uma matéria intitulada: “SESSUNE: história, desafios, lutas...”

¹³¹ O debate a que o relatório da ABESS se refere trata da formação profissional e da revisão curricular.

A articulação entre as entidades da categoria acontece em meio às transformações porque têm passado a profissão, desenvolvidas *“em sintonia com o movimento das forças políticas socialistas e democráticas, protagonistas da luta pela construção de um novo projeto societário”* (CFESS, 1996: 174).

O MESS articulou-se também com alguns sindicatos filiados à CUT. Tal aliança se concretizava nas mobilizações de massa, como greves, passeatas de protesto, como também em debates ou em solicitações de auxílios financeiros para comparecer aos encontros.

A CUT surgiu no contexto em que o *“reaparecimento do movimento sindical, em fins da década dos 70, quando se iniciou o processo de abertura política; permitiu, muito rapidamente, que várias tendências do movimento sindical procurassem unir esforços no sentido da criação de organismos centrais de representação dos trabalhadores”* (Rodrigues, 1990: 05).

Nessa conjuntura, tivemos

“a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos 70, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como ‘sindicalismo autêntico’ ou ‘novo sindicalismo’. Na origem, pois, dessa corrente, encontramos o impulso de um grupo de dirigentes sindicais no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular a assumir as lutas reivindicativas de seus representados” (Sader, 1988: 180).

A criação da CUT traz a emergência da corrente sindical denominada “novo sindicalismo”. Tal corrente contribuiu na politização do movimento sindical no país e,

atualmente, opõe-se ao “sindicalismo de resultados”, tendência sindical aliada ao projeto neoliberal no Brasil, cuja maior representante é a Força Sindical.¹³²

Além das entidades da categoria e de alguns sindicatos filiados à CUT os(as) dirigentes estudantis fazem referência a outro importante aliado do MESS: trata-se do partido político, como confirma o seguinte depoimento:

“(...) o projeto democrático popular¹³³ é um projeto político sintonizado com o geral, com a síntese do Partido dos Trabalhadores. Há uma articulação, politicamente, no nível das idéias (...)” (Sol).

No âmbito do Partido dos Trabalhadores (PT), o projeto democrático e popular propõe um

“processo de democratização radical da sociedade brasileira, o que passa essencialmente por transferir as responsabilidades das elites falidas que governaram secularmente este país para um bloco de forças hegemônicas pelos trabalhadores das cidades e dos campos, reunindo intelectuais, profissionais e técnicos, pequenos e médios empresários” (Partido dos Trabalhadores, 1994: 12).

Na articulação entre o MESS e as forças partidárias destaca-se o PT¹³⁴ por ser este o partido com o qual a totalidade dos(as) dirigentes estudantis entrevistados(as) são filiados(as) ou simpatizantes. No entanto, em determinadas situações conjunturais, como o processo eleitoral nas instâncias federal, estadual e municipal e nas reivindicações para obter e/ou garantir certos direitos de cidadania, o MESS articula-se com outros partidos políticos de esquerda, como por exemplo o PC do B, o PSTU etc.

A articulação entre o MESS e o partido político remete à discussão para a relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos, pois, na dinâmica desse

¹³² Para aprofundar o debate sobre as tendências sindicais ver Costa (1995).

¹³³ O projeto democrático-popular, presente no MESS, realizou em 1996 no Rio de Janeiro, o seu primeiro encontro. Na oportunidade, os(as) militantes identificados(as) com este projeto se reuniram para discutir estratégias para o movimento estudantil.

¹³⁴ Para aprofundar a análise sobre o PT, ver Meneguello (1989), Gadotti (1989), Gurgel (1989), Keck (1991), Franco (1991), dentre outros.

encontro “um e outro não se excluem, ao contrário, combinam-se, dinamizam-se reciprocamente”, na medida em que “o movimento social é sempre um fato político, implica relações de poder, negando-as, propondo novas ou afirmando-as” (Ianni, 1983: 131).

Vários autores(as)¹³⁵ têm tratado dessa relação entre os MS e os Partidos Políticos. Santos (1995) sistematizou três perspectivas que podem ser assumidas nesta relação: a instrumental, a da autonomia estrito senso e a do confronto de saberes¹³⁶.

Na perspectiva instrumental “há uma supervalorização dos ensinamentos da vanguarda do partido, a ponto de minimizar as necessidades e reivindicações concretas dos MS” (Santos, 1995: 55). Nesse entendimento, os MS são concebidos como formas inferiores de mobilização e devem evoluir para formas superiores, como a partidária e a sindical.

A perspectiva da autonomia estrito senso

“nega, através de um discurso apartidário, a necessidade da articulação entre os MS e os partidos políticos (...) a autonomia, entendida enquanto distanciamento dos participantes dos movimentos da vida do partido, consiste bem mais num discurso ilusório dos movimentos do que numa prática efetiva” (Santos, 1995: 59).

Sob o prisma da perspectiva do confronto de saberes, podemos, de acordo com BARREIRA (1985: 09), afirmar que “os movimentos sociais poderiam ser pensados como confronto de saberes, que mantêm distintas posições de hegemonia no conjunto das lutas sociais. Isto implica que não exista analiticamente a separação externos e internos e que é possível pensar em autonomia para os movimentos, em situações nas quais eles sejam capazes de analisar as distintas práticas a eles vinculadas e formular uma proposta de

¹³⁵ Ver Durham (1984), Barreira (1985), Telles (1988), Jacobi (1989) e Santos (1995) e outros.

¹³⁶ A noção do confronto de saberes foi utilizada por Barreira (1985) para analisar a relação dos MSU's com os partidos políticos.

ação criativa”.

Essas três perspectivas de relação dos MS com os partidos políticos estão presentes no MESS. A instrumental é comumente identificada na prática dos(as) militantes do PC do B e do PSTU¹³⁷ que, supervalorizam as deliberações dos seus partidos, em detrimento, algumas vezes, das necessidades do MESS. A perspectiva da autonomia estrito senso pode ser identificada nas formulações políticas do grupo dos independentes, que defendem a idéia de absoluta independência entre o MESS e os partidos políticos.

A posição do projeto democrático e popular, que vem dando direção à SESSUNE/ENESSO, parece concordar com a perspectiva do confronto de saberes, visto que analisa da seguinte forma a relação do ME com os partidos:

“(...) Analisamos que a partidarização, o aparelhismo no Movimento Estudantil é muito sério, e há muito se luta contra isso. Entretanto, o fato das pessoas que participam do movimento terem suas opções partidárias é perfeitamente salutar, e é importante desmistificar essa questão da neutralidade, pois esta não existe e aqueles que se colocam como ‘neutros’ estão contribuindo para o fortalecimento do projeto da classe dominante. As tendências, ou os partidos podem ou não ‘manipular’ os estudantes; o que determina as ações dessas tendências são as propostas e as suas políticas de encaminhamentos, e não a existência delas. Inclusive, porque o que favorece a manipulação é a desinformação, e os estudantes, a nosso ver, não são massa de manobra, mas intelectuais de fato e em potencial. Uma coisa que temos que combater, além da partidarização e do aparelhismo das entidades é a resistência em se discutir e negar as tendências e os partidos. Compreendemos que estes se organizam exatamente para, no seio da discussão, ampliar mais o horizonte da totalidade social e, conseqüentemente, a realização de um melhor trabalho político (...)” (SESSUNE, texto: “Aos(às) estudantes de Serviço Social - Que SESSUNE estamos construindo?”, 1992).

¹³⁷ Esses partidos se organizam a partir do centralismo democrático, traçando, em seus comitês centrais linhas de ação para serem aplicadas nas instâncias organizativas nas quais sua militância estiver atuando.

Ao negar o aparelhismo, a tendência hegemônica na direção do MESS posta-se de modo contrário à perspectiva instrumental e ao se contrapor aos posicionamentos que negam a presença das tendências partidárias no movimento, opõe-se à autonomia estrito senso. Trata-se, então, de reconhecer que apesar da dinâmica conflituosa que está subjacente à relação entre os MS e os partidos políticos, faz-se necessário, na luta anticapitalista, a articulação democrática entre essas duas instâncias organizativas.

A visão instrumental, principalmente no que diz respeito ao aparelhismo é negada em ações concretas pela direção do MESS, ao passo que as deliberações do conjunto dos(as) estudantes são respeitadas e encaminhadas pela sua entidade nacional, sem interferências partidárias que modifiquem o que foi aprovado. Isso vem ocorrendo ao longo da trajetória desse movimento que, diferentemente da UNE, não se estrutura a partir da intervenção de bancadas partidárias, mas de grupos de estudantes que têm concepções comuns sobre a sociedade, universidade e ME mas, não se encontram, necessariamente, engajados em partidos.

Ainda sobre a relação entre os MS e os partidos políticos, Rezende (1985: 38) afirma que os MS *“são responsáveis pelo alargamento do ‘front’ de luta política, pela sua diversidade, pela sua descentralização. Invertem a relação tradicional vanguarda/massas, quando forçam, muitas vezes, os partidos a reformularem suas propostas”*.

Nesse sentido, o diálogo e a aliança entre essas duas instâncias de organização pode propiciar questionamentos mútuos quanto à estruturação, propostas e estratégias, gerando redefinições nos seus processos de ação política.

Esse diálogo entre o MESS e os partidos políticos realiza-se por intermédio dos(as) dirigentes que, ou possuem uma dupla militância (uma minoria, segundo os dados da pesquisa), ou têm identificação com as idéias do partido, mesmo carecendo de militância orgânico-partidária (caso da maioria dos(as) dirigentes do MESS). Essa realidade coincide

com a posição do PT que *“distancia-se, do ponto de vista teórico-estratégico dos partidos comunistas quanto à sua relação com o MS. Na verdade, ao formular uma crítica ao dirigismo dos PC’s, o PT acabou por deixar em aberto o papel do militante petista com atuação nos movimentos sociais (...) militantes petistas, na maioria das vezes, não formalizam laços orgânicos com a estrutura partidária, embora continuem a reivindicar-se PT”* (Santos, 1995: 148).

No falar dos(as) dirigentes, foram lembrados outros parceiros no processo de efetivação da proposta política do MESS, como outras entidades estudantis: (DCE’s; Executivas de Curso; CA’s; UNE); Coordenação Nacional de Mulheres; reitorias progressistas; ONG’s e movimentos sociais diversos. Isso demonstra que a concretização de uma proposta política não se dá de forma isolada, mas num constante processo de alianças com outros sujeitos coletivos, que comunguem do mesmo ideário societário, no sentido de lutar pela hegemonia desse projeto na sociedade.

Notamos que os(as) professores(as) também se constituíam em aliados(as) do MESS como interlocutores(as) críticos(as) em momentos de discussão, ministrando cursos ou assessorando o movimento¹³⁸. Vale registrar que a assessoria é uma experiência nova no ME, enquanto em outros movimentos sociais trata-se de uma interlocução antiga, apontada, até mesmo, como uma das causas da crise desses movimentos nos anos 90 (Gohn, 1992). No ME, diferente de outros movimentos,

“a atividade de assessoria ainda aparece enquanto novidade ou equivocadamente como obrigação de ex-militantes, o que dificulta o seu reconhecimento enquanto atividade profissional que, como não poderia deixar de ser, tem cheiro, cor, emoção porque traz em si, na condição

¹³⁸ O ante-projeto sobre Formação Profissional teve como consultor o Prof. Paulo Uchôa da UFPA e o texto: “Formação Política: uma prioridade” (jornal da ENESSO, 1996) teve a assessoria da Prof^a Silvana Mara da UFRN, juntamente com a Prof^a Marylucia Mesquita e a autora desse trabalho que vêm desenvolvendo um trabalho de assessoria ao CASS-UFRN e à Coordenação da região II da 8ª gestão da ENESSO.

detrabalho, o pulsar humano e as determinações e expressões de sua dimensão técnica-ética-política"¹³⁹.

Em todo processo de disputa hegemônica, existem aliados e opositores para a concretização de um determinado projeto político. Os opositores à proposta política do MESS podem ser englobados nos mais diferentes movimentos que defendem um projeto de direita. No Brasil de hoje, as forças de direita estariam de acordo com *"a versão moderna das ideologias que alimentaram a perpetuação do poder das elites e das mentalidades conservadoras e antidemocráticas (...) Representa hoje a consolidação de uma sociedade de apartação social"* (Sader, 1995: 193). Encontraríamos, aí, outras entidades estudantis identificadas com esse ideário (ligadas à UDR jovem, PFL jovem e outras); reitorias conservadoras que apresentam propostas privatizantes; partidos conservadores que dão suporte político ao projeto neoliberal; o sindicalismo de resultados (Força Sindical), além de outros sujeitos coletivos que se alinham a esse perfil conservador.

Na ação política do MESS as alianças com outros sujeitos sociais ocorreram de forma diversificada em vários contextos e por múltiplas razões. O sentido dessas articulações consistia na busca de concretizar coletivamente a construção cotidiana de outra ordem social, como afirma esse trecho de um documento do MESS:

"Acreditamos na especificidade do ME enquanto um grande aliado dos outros MS que buscam popular e democraticamente concretizar a utopia de uma sociedade justa e igualitária" (Tese "Contribuição do Projeto Democrático e Popular ao XVII ENESS, 1995) (Grifo nosso).

¹³⁹ Extraído do texto "Por que assessorar o ME? As razões e as implicações dos (des)encontros" elaborado pela equipe de assessoras anteriormente mencionada.

A busca coletiva da concretização de uma sociedade justa e igualitária dão o sentido das articulações geradas pelo MESS com outros sujeitos sociais, reforçando, assim, a sua aliança com as classes subalternas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Aqui se encontra o retrato deste mundo. Se você prestar bem atenção, verá que há mapas dos céus, mapas da terra, mapas do corpo, mapas da alma. Andei por estes cenários. Naveguei, pensei, aprendi (...)”

(Rubem Alves)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas no Brasil, o processo de organização da sociedade civil tem revelado uma ampliação dos espaços de participação política que se evidencia por uma diversidade de manifestações de sujeitos coletivos. Compõe esse cenário uma ação ofensiva do capital, através do projeto neoliberal, que se materializa, entre outros aspectos, no “desmonte” do Estado para o enfrentamento da questão social e no agravamento da deterioração das condições de vida das classes subalternas.

A necessidade de compreender as lutas de resistência ao projeto capitalista em suas expressões contemporâneas, levou-nos ao estudo dos MS entendidos como um dos sujeitos coletivos que desenvolve uma ação política, compreendida como uma ação histórica, humana e criadora realizada em múltiplas esferas da vida social.

Com essa perspectiva, delimitamos como objeto de estudo uma manifestação particular dos MS - a ação política do ME, notadamente o MESS - para identificar como tal movimento no período de 1988 a 1995 expressa um compromisso político com as classes subalternas.

Em face das mudanças ocorridas na sociedade brasileira pós-ditadura militar, no que diz respeito a multiplicação de espaços coletivos para a participação política e, considerando a necessidade de superar aspectos impregnados na cultura política das esquerdas, como por exemplo o pragmatismo, o personalismo, a postura vanguardista e sectária, colocou-se para os diferentes sujeitos coletivos o desafio de reestruturar suas estratégias de intervenção, no sentido de torná-las mais propositivas e menos panfletárias.

Esse debate é recebido com bastante polêmica pelo ME, tendo em vista as diferentes avaliações desenvolvidas pelas tendências políticas que gravitam no interior do movimento. No entanto, merece destaque o esforço realizado por algumas tendências e

militantes que, a partir do início da década de 80, dedicam-se, exaustivamente, ao exercício de reelaborar a estratégia de intervenção social do ME.

Sintonizado com este polêmico debate, o MESS juntamente com outros segmentos estudantis reconstrói uma estratégia para a sua intervenção social. Tal estratégia se caracteriza pela disputa no espaço universitário de valores ético-políticos no âmbito da visão de mundo, da concepção de universidade e da formação profissional e político-cultural dos(as) estudantes.

A ação política do MESS, no período em análise, permitiu-nos identificar que a partir do final da década de 80, quando então é criada a SESSUNE, hoje ENESSO, o movimento passa a atuar de forma mais organizada, estabelecendo, inclusive, prioridades e definindo os objetivos para a sua intervenção.

Assim, sob a direção hegemônica da tendência denominada - projeto democrático popular - a estratégia de ação do MESS leva-o a ocupar na universidade os espaços possíveis para a representação estudantil, nos quais implementa esforços no sentido de lutar pela gratuidade e qualidade do ensino público, além de interferir ativamente nos rumos da formação profissional. Procura, desse modo, entender as determinações estruturais e conjunturais que incidem sobre a universidade e sobre a formação profissional e política dos(as) estudantes. É neste sentido que incorpora nos seus espaços de atuação as reivindicações históricas das classes trabalhadoras, como é o caso, por exemplo, da luta pela realização da reforma agrária e do apoio concedido às candidaturas comprometidas com as lutas democráticas e populares e com perfil nitidamente de esquerda.

No desenvolvimento de sua estratégia política, o MESS articula-se com as entidades representativas da categoria dos(as) assistentes sociais (ABESS, CFESS, CRESS), com a CUT, com os partidos políticos de esquerda, outros MS e outras entidades

estudantis. Essa articulação realizada entre diferentes segmentos pauta-se no compromisso com a luta pela conquista da cidadania plena e pela qualidade de vida para os segmentos majoritários da população.

O estudo evidencia, portanto, que a estratégia de ação do MESS se volta, predominantemente, para o fortalecimento dos interesses das classes subalternas, todavia a sua ação é perpassada por dificuldades, limites e contradições.

Nesse sentido, no plano da convivência entre as tendências identificamos um aspecto que, por reiteradas vezes, dificulta a ação política do MESS. Trata-se das disputas internas pelo poder que conseguem dividir, de forma sectária, diferentes grupos de esquerda que passam a valorizar, demasiadamente, as cisões, deixando escapar as possibilidades de efetivar, no âmbito do ME, uma unidade entre as forças políticas de esquerda.

Outro aspecto refere-se aos impactos negativos que a ação política do MESS sofre, tendo em vista o processo de imaturidade pessoal e política dos(as) dirigentes. Tal fato revela-se na indecisão para assumir determinadas tarefas que não podem esperar pelo processo de amadurecimento individual, bem como na indefinição quanto à posição ideológica do(a) dirigente, uma vez que com pouco tempo de participação no movimento este(a) é levado(a) a se comprometer com cargos e atividades de caráter nacional. Este problema decorre da dinâmica do ME que impõe uma rápida rotatividade, no quadro de lideranças, dada a vinculação do(a) dirigente à vida acadêmica, no espaço de, 4 a 5 anos, aproximadamente.

A escassez de recursos financeiros também tem dificultado a ação política do MESS, gerando a não efetivação de alguns projetos de alcance regional e nacional.

Podemos ressaltar, ainda, que apesar do esforço do MESS em estabelecer alianças com outros sujeitos coletivos, sua ação política não supera a imediatividade,

circunscrevendo-se ao restrito mundo acadêmico. Somente em determinadas situações conjunturais, como resposta à ofensiva dos segmentos dominantes da sociedade, é que são forjadas alianças, que acabam, portanto, assumindo um caráter pontual e de pouca visibilidade social.

Acrescentamos, desse modo, que o MESS, como um movimento social, apesar de contribuir para ampliar e resignificar o espaço para a política, expressa um certo corporativismo que impossibilita a compreensão da totalidade social em sua complexidade.

Na dinâmica da ação política do MESS explicita-se, portanto, o seu compromisso político com os segmentos majoritários da população. Compromisso este, que se gesta no dia-a-dia das discussões em sala de aula, nos encontros estudantis, nas mobilizações de caráter mais amplo e nas alianças que o movimento estabelece com outros sujeitos coletivos. Assim, é no anonimato de corpos, rostos e vidas que os(as) estudantes começam a entender que, apesar dos tempos sombrios, sob a égide do neoliberalismo, torna-se imperativo acordar a esperança e reencantar na juventude a vontade política para germinar, no presente, os elementos necessários para o processo de emancipação humana.

BIBLIOGRAFIA

- ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional** *in* Serviço Social e Sociedade. nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. **A Organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. Dissertação de Mestrado em Educação - UFRN. Natal: 1994, mimeo.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez/Ed. da UNICAMP, 1995.
- ARAÚJO, Braz José de. **Mudanças na estrutura social brasileira** *in*: Classes médias e política no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Incômodos hóspedes: notas sobre a participação da Igreja e dos partidos políticos nos movimentos** *in*: Movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbana. Recife: Ed. Líder, 1985.
- BERLINCK, Manoel T. **O Centro popular de cultura da UNE**. Campinas: Papirus, 1984.
- BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro; Instituto Universitário de Pesquisas do RJ, 1987.
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. **“Não confie em ninguém com mais de 30 anos”** *in*: Revista Tempo e presença, CEDI, 1992.

- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CALDERON, F. e SANTOS, M. dos. **Movimentos sociais e democracia: os conflitos para a criação de uma nova ordem** *in*: Crise política, Movimentos Sociais e Cidadania. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.
- CAMPERO, Guillermo. **Atores e movimentos sociais no Chile** *in*: Classes e Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS** *in*: Serviço Social e Sociedade. Nº 50. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- COSTA, Sílvio. **Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro 1978-1994**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **As Categorias de Gramsci e a realidade brasileira** *in*: Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Gramsci um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

- CUNHA, Luis Antonio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.
- _____. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- DAGNINO, Evelina. **Os Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania in: Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **Movimentos sociais: a contrução da cidadania in: Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, 1984.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política social do Estado capitalista: as funções da Previdência e da Assistência Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. **A Universidade em questão**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. **Os Movimentos sociais e os partidos políticos: um estudo das associações de moradores filiados à Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela - FEACA**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - UFPB. Recife: Mimeo, 1991.
- FIORI, Giuseppe. **A Vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FORACCHI, Marialice M. **O Estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1977.

- FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NA LDB. *Apreciação de emendas ao Projeto de LDB: questões fundamentais em defesa da escola pública in: Educação e Sociedade nº 38. Campinas: Papirus, 1991.*
- FRANCO, Augusto de. **O PT e o marxismo.** Caderno especial de Teoria e Debate. São Paulo, 1991. Publicação do Partido dos Trabalhadores.
- FRANK, André Gunder e FUENTES, Marta. **Dez teses acerca dos movimentos sociais in: Lua Nova nº 17. São Paulo: CEDEC, 1989.**
- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade.** São Paulo,: Moraes, 1980.
- GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Cortez, 1989.
- GIANNOTTI, José Arthur. **A Universidade em ritmo de barbárie.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GOHN, M^a da Glória Marcondes. **A Força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. **Movimentos Sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GURGEL, Claudio. **Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder.** Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

- HAGUETTE, Teresa M^a Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IANNI, Octavio. **Revolução e Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- INGRAO, Pretro. **As massas e o poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **Crise e terceira via: entrevista a Romano Ledda**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- KECK, Margaret E. **A Lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.
- LACERDA, Hamilton. **"Recuperar a representatividade dos movimentos estudantis"** in: Revista Tempo e presença, CEDI, 1992.
- LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social** in: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1986.
- LENIN, V.I. **Que Fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MARTINS, Luciana de Amorim Parga. **O Movimento estudantil do serviço social no Brasil: trajetória e contribuições para formulação de um projeto de prática profissional a partir das demandas populares**. São Luis, 1992, mimeo.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964/1968**. Campinas: Papirus, 1987.
- MARX, Karl. **Características essenciais do sistema capitalista** in: Marx - Sociologia - Org. Octavio Ianni. São Paulo: Ática, 1987.

- _____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.
- _____. **O capital: crítica da economia política**, volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATOS, Maurílio Castro de. **“Se muito vale o já feito, mais vale o que será” - um estudo sobre a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (1988-1995)**. Rio de Janeiro, 1996, mimeo.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MISCHE, Ana. **Redes de jovens** in: Teoria e Debate nº 31. São Paulo, 1996.
- NETO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil in: Serviço Social e Sociedade**. Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação no Brasil de hoje: determinantes e propostas**. São Paulo: Cortez, 1994.
- OLINDA, Hercília M^a P. de A. **A Dimensão educativa do partido político**. Fortaleza: Expressão gráfica editora, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Universitários, uni-vos**. in: Universidade e sociedade. Novembro de 1991. Publicação da ANDES.
- _____. **Neoliberalismo à brasileira** in: Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- PEQUENO, Andréia Cristina Alves. **História dos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (1978-1988)**. Rio de Janeiro, 1990, mimeo.
- PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

- POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **A Juventude se tornou mais pragmática e menos utópica** in: UNE: o reencontro do Brasil com a sua juventude. Brasília, MEC, 1994.
- QUEIROZ, M^a Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor.
- RAMOS, Sâmia Rodrigues. **A Participação docente e discente no processo de construção da formação profissional do assistente social na UECE - 1989/1990**. Fortaleza, 1992, mimeo.
- _____. **Movimento estudantil em Serviço Social na década de 80: algumas reflexões sobre sua cultura política**. Recife, 1993, mimeo.
- RECH, Hélvio. **"Vamos conspirar livremente: abordagem política sobre uma concepção e prática de ME"**, 1988, mimeo.
- REZENDE, Antônio Paulo de M. **"Movimentos sociais e partidos políticos: questões sobre lógica e estratégia política"** in: Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbana. Recife: Ed. Líder, 1985.
- RIBEIRO NETO, Artur. **"Um laço que não UNE mais"**, apresentado no I Seminário Nacional de História do Movimento Estudantil in: Revista Desvios, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- ROMAGNOLI, Luis H. e GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- SADER, Eder. **Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. **Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política**. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. **O Anjo Torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAES, Décio A. M. de. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.
- SANFELICE, José Luis. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **A dimensão política dos Movimentos Sociais: um estudo das representações dos dirigentes comunitários sobre a relação entre os Movimentos Sociais Urbanos e os Partidos Políticos**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - UFPE. Recife: mimeo, 1995.
- _____. **O Movimento estudantil nos anos 80: uma breve análise**. Recife, mimeo, 1992.
- SANTOS, Silvana; MESQUITA, Marylúcia e RAMOS, Sâmia. **Por que assessorar o ME? As razões e as implicações dos(des) encontros**. Natal, mimeo, 1996.
- SAVIANI, Dermerval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SESSUNE, **Prática e perspectivas da organização da categoria dos assistentes sociais**

in: **Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais**. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes - São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Antônio Ozai da. **História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas**. São Paulo.

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política: um estudo de um movimento (RN 1960-1969)**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Maria Ozanira de S. **Formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. São Paulo: Cortez, 1984.

SOARES, Ilma Rezende. **Domínios absolutos/resistências (im)possíveis? Uma leitura do poder em Foucault e Gramsci**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - UFPE. Recife: mimeo, 1987.

SOBRAL, Fernanda; PINHEIRO, Maria e ROSSO, Sadi Dal. **Ensino superior: descompromisso do Estado e privatização** in: **Educação e Sociedade** nº 28. São Paulo: Cortez, 1987.

TELLES, Vera da Silva. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos** in: **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENTURA, Zvenir. **1968, o ano que não terminou: a aventura de uma geração**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

VIGEVANI, Tullo. **Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto** in: **Lua Nova** nº 17. São Paulo: CEDEC, 1989.

DOCUMENTOS

ABESS/CEDEPSS. Relatório final da gestão 93-95, apresentado na XXIX Convenção.

Recife, novembro/95, mimeo.

_____. Relatório da XXIX Convenção da ABESS. Recife, novembro/95, mimeo.

_____. "ABESS EM FORMA". Informativos da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Set/1990, Dez/1990 e Abr/1991.

ANAS, CFAS, ABESS, SESSUNE. Jornal Nacional das Entidades de Assistentes Sociais, Set/Out, 1991.

BOLETINS DA UNE. Agosto/90, Julho/93, Agosto/93.

CALSS-UECE. Estatuto do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, 1994, mimeo.

CARTA DO V ENCONTRO NACIONAL DE EXECUTIVAS DE CURSO "Não temos tempo a perder", 1991, mimeo.

DOSSIÊ 8 anos de Viração e Verdades e Mentiras, 1988, mimeo.

ENESSO. "Coordenação Nacional de Representação Estudantil de ABESS da ENESSO", 1993, mimeo.

_____. "Versão preliminar do relatório final da pesquisa do perfil dos estudantes de Serviço Social", 1995, mimeo.

_____. "Dialogando: pressupostos políticos-pedagógicos para construção do M.E. de Serviço Social, 1994, mimeo.

_____. "Demandas impostas e demandas possíveis do assistente social", 1994, mimeo.

_____. "Pluralismo na formação profissional", 1994, mimeo.

ESTATUTOS DA SESSUNE/ENESSO

- FÓRUM NACIONAL DAS EXECUTIVAS DE CURSO. Relatório do VI Encontro Nacional de Executivas de Curso, 1992, mimeo.
- JORNAIS/INFORMATIVOS DA SESSUNE/ENESSO. 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995.
- JUVENTUDE PT. Boletim da Secretaria Nacional de Juventude do PT. Jan/Fev de 1992.
- MEC. Uma nova política para a educação superior brasileira. Relatório final da Comissão Nacional para reformulação da educação superior. Brasília, 1985.
- NOSSA VOZ. Jornal da União Nacional dos Estudantes. Outubro/1988, Março/90, maio/91, julho/91, junho/93.
- PASTORAL UNIVERSITÁRIA. Linha diocesana. Movimento Estudantil. Caderno de Estudos nº 04.
- PROGRAMAS DE CHAPA PARA SESSUNE, 1989 e 1991.
- PT. A crise brasileira e a alternativa democrática e popular in: Bases do programa de governo Lula, 1994.
- PT. Secretaria Nacional de Movimentos Populares/Sub-secretaria Nacional de Educação. Educação para um Brasil Cidadão. 2º Encontro Nacional de Educação do PT. Taboão da Serra, São Paulo, Julho de 1992.
- PT. Teses para o Encontro Setorial de Juventude (Tendência interna do PT - Democracia Socialista)
- REGIMENTOS INTERNOS DOS ENESS 1988-1995.
- RELATÓRIOS DOS ENESS DE 1990 E 1992.
- RELATÓRIO DA I REUNIÃO DA SESSUNE. Gestão 92/93, Set/92.
- SESSUNE. "Aos(às) estudantes do curso de Serviço Social - Que SESSUNE estamos construindo?" 1992, mimeo.

_____. “Ante-Projeto da Campanha Nacional pela reestruturação da Formação Profissional da assistente social no Brasil”, 1992, mimeo.

_____. “Moralidade pública e privada dos sujeitos políticos: especificidade do movimento estudantil”, 1992, mimeo.

_____. “Pro dia nascer feliz”, 1993, mimeo.

_____. “Representação estudantil de ABESS e SESSUNE: uma relação necessária”, 1992, mimeo.

_____. “SESSUNE e os desafios postos ao movimento estudantil”, 1992, mimeo.

_____. “Universidade e movimento estudantil”, resumo da exposição da SESSUNE no I Seminário Nacional de Ensino em Serviço Social-ABESS, 1990, mimeo.

UNE. Pesquisa de opinião (relatório síntese): o que pensa o estudante universitário brasileiro. Junho de 1995.

_____. Relatório da reunião da diretoria realizada em 16 a 18 de janeiro de 1990.

TESES

Teses apresentadas nos Congressos da UNE

TESE “Construir a UNE ao lado dos trabalhadores”, 39º Congresso da UNE, São Paulo, 1988.

TESE “Construir a UNE na luta anticapitalista”, 40º Congresso da UNE, Brasília, 1989.

TESE “O tempo não pára”, 40º Congresso da UNE, Brasília, 1989.

TESE “A Universidade nos tempos do Collera”, 41º Congresso da UNE, Campinas, 1991.

TESE “Pra Fazer Acontecer”, 41º Congresso da UNE, Campinas, 1991.

TESE “Quem vem com tudo não cansa”, 43º Congresso da UNE, Goiânia, 1993.

Teses apresentadas nos ENESS

- TESE “A gente não quer só comida”, XIV ENESS, Salvador, 1992.
- TESE “Alguma coisa está fora da ordem”, XIV ENESS, Salvador, 1992.
- TESE “Ao XIV ENESS”, XIV ENESS, Salvador, 1992.
- TESE “Mosca na sopa”, XIV ENESS, Salvador, 1992.
- TESE “É tempo de Ser...”, XV ENESS, São Leopoldo, 1993.
- TESE “Enquanto a chama arder”, XV ENESS, São Leopoldo, 1993.
- TESE “Movimento Independente 1993”, XV ENESS, São Leopoldo, 1993.
- TESE “Resistência: acredite nas lutas”, XV ENESS, São Leopoldo, 1993.
- TESE “Nosso próprio tempo”, XVI ENESS, Rio de Janeiro, 1994.
- TESE “Contribuição do Projeto Democrático e Popular ao XVII ENESS”, XVII ENESS, Natal, 1995.
- TESE “Não dá mais prá segurar”, XVII ENESS, Natal, 1995.

ANEXOS

ANEXO 1

TABELAS

TABELA 1

Distribuição dos dirigentes estudantis,
segundo a faixa etária*, o sexo e o estado civil.

FAIXA ETÁRIA	SEXO FEMININO				SEXO MASCULINO				TOTAL	
	CASADA		SOLTEIRA		CASADO		SOLTEIRO			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
15 - 20	1	11,1	---	---	---	---	1	11,1	3	33,3
21 - 25	---	---	6	66,6	---	---	1	11,1	6	66,6
26 - 30	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL	1	11,1	6	66,6	---	---	2	22,2	9	100,0

*Faixa etária de quando entrou na SESSUNE/ENESSO

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

TABELA 2

Distribuição dos dirigentes estudantis segundo faixa etária*
e o tipo de escola que cursou o 2º e 3º graus.

FAIXA ETÁRIA			ESCOLARIDADE							
			2º GRAU ESCOLA				3º GRAU UNIVERSIDADE			
ANOS	TOTAL		PÚBLICA		PRIVADA		PÚBLICA		PRIVADA	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
15-20	6	66,6	3	50	3	50	5	55,5	1	11,1
21-25	3	33,3	2	66,6	1	33,3	3	33,3	—	—
26-30	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: Pesquisa realizada pela autora

* Faixa etária de quando entrou no M.E.

TABELA 3

Distribuição dos pais e mães dos dirigentes estudantis,
segundo escolaridade e ocupação

ESCOLARIDADE				OCUPAÇÃO														
				Funcionário público				Profissional liberal				Comerciante		Trabalha em casa				
	PAI		MÃE		PAI		MÃE		PAI		MÃE		PAI		MÃE			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
J	5	55,5	3	33,3	1	11,1	---	---	2	22,2	---	---	2	22,2	---	---	3	33,3
J	2	22,2	3	33,3	1	11,1	---	---	1	11,1	2	22,2	---	---	---	---	1	11,1
J	2	22,2	3	33,3	2	22,2	3	33,3	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	9	100	9	100	4	44,4	3	33,3	3	33,3	2	22,2	2	22,2	---	---	4	44,4

TABELA 4

Distribuição dos dirigentes estudantis, por tempo de participação
no ME x participação na diretoria da SESSUNE/ENESSO

Tempo de participação no movimento estudantil	Participação na diretoria da SESSUNE/ENESSO						TOTAL	
	Apenas em uma gestão		Em duas gestões		Mais de duas gestões			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Menos de 2 anos	---	---	---	---	---	---	---	---
2 - 4 anos	4	44,4	5	55,5	---	---	9	100,0
Mais de 4 anos	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL	4	44,4	5	55,5	---	---	9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

TABELA 3

Distribuição dos pais e mães dos dirigentes estudantis,
segundo escolaridade e ocupação

ESCOLARIDADE				OCUPAÇÃO													
				Funcionário público				Profissional liberal				Comerciante		Trabalha em casa			
PAI		MÃE		PAI		MÃE		PAI		MÃE		PAI		MÃE			
ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
5	55,5	3	33,3	1	11,1	---	---	2	22,2	---	---	2	22,2	---	---	3	33,3
2	22,2	3	33,3	1	11,1	---	---	1	11,1	2	22,2	---	---	---	---	1	11,1
2	22,2	3	33,3	2	22,2	3	33,3	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
9	100	9	100	4	44,4	3	33,3	3	33,3	2	22,2	2	22,2	---	---	4	44,4

TABELA 4

Distribuição dos dirigentes estudantis, por tempo de participação
no ME x participação na diretoria da SESSUNE/ENESSO

Tempo de participação no movimento estudantil	Participação na diretoria da SESSUNE/ENESSO						TOTAL	
	Apenas em uma gestão		Em duas gestões		Mais de duas gestões			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Menos de 2 anos	---	---	---	---	---	---	---	---
2 - 4 anos	4	44,4	5	55,5	---	---	9	100,0
Mais de 4 anos	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL	4	44,4	5	55,5	---	---	9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

TABELA 5

Distribuição dos dirigentes estudantis, segundo posição na direção da SESSUNE/ENESSO e filiação a partido político

Posição na diretoria da SESSUNE/ENESSO	Filiação a partido político					
	Antes do ingresso		Após eleição para posto de direção			
	no ME		C.A.		ENESSO	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Coordenadora Geral	1	11,1	1	11,1	---	---
Coordenadora de Imprensa	---	---	1	11,1	---	---
Secretária Geral	1	11,1	---	---	---	---
Coordenadora Regional	---	---	1	11,1	---	---
Coord. de Form. Profissional	---	---	1	11,1	---	---
TOTAL	2	22,2	4	44,4	---	---

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

TABELA 6

Distribuição dos dirigentes estudantis segundo participação em outras instituições e práticas coletivas antes, durante e depois da sua inserção no ME universitário.

Instituições e práticas Coletivas	DIRIGENTES					
	ANTES		DURANTE		DEPOIS	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
M.E. secundarista	2	22,2	---	---	---	---
Igreja Católica	2	22,2	1	11,1	---	---
Movimento Sindical	---	---	---	---	1	11,1
CRESS*	---	---	---	---	1	11,1
GAPA*	---	---	---	---	1	11,1
TOTAL	5	55,5	2	22,2	4	44,4

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

* CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

* GAPA - Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS

DIRETORIAS DA SESSUNE/ENESSO - 1988/1995

1ª GESTÃO (88/89)

Coordenação Nacional

Coordenadora Geral: Márcia Torres (UFRJ)

Secretária Geral: Denise Costa (PUC-MG)

Tesoureira: Lúcia Barbosa (UFF - Niterói)

Coordenadora de Imprensa: Teresa Cristina (UFJF)

Coordenações Regionais

Região I: Carlos Figueiredo (UNESPA, hoje UNAMA)

Região II: Verônica Pereira (UFPB)

Região III: Magna Santana (UFS)

Região IV: Leonil Heliodoro (UFMT)

Região V: Não teve, pois sediou a Coordenação Nacional

Região VI: Márcia Branco (PUC-RS)

Região VII: Cristina Maria (PUC-SP)

2ª GESTÃO (89/90)

Coordenação Nacional

Coordenadora Geral: Raimunda Nonata C. Ferreira (UECE)

Secretária Geral: Verônica Pereira Gomes (UFPB)

Coordenadora de Finanças: Mabel P. Rodrigues (UFPB)

Coordenadora de Imprensa: Alcinélia Moreira de Souza (UECE)

Coordenações Regionais

Região I: Marinilde C. Rocha (UFMA)

Região II: Silvana Mara M. Santos (UECE)

Região III: Suely do Nascimento Silva (UFAL)

Região IV: Leonil Heliodoro da Silva (UFMT)

Região V: Lúcia Barbosa (UFF - Niterói)

Região VI: Lúcia Goreti Gobatto (UFSC)

Região VII: Tânia Costa (PUC - SP)

3ª GESTÃO (90/91) “O pulso ainda pulsa e um militante ainda é pouco”

Coordenação Nacional

Coordenadora Geral: Sâmya Ramos (UECE)

Secretário Geral: Antoinette de Brito (UFRN)

Coordenador de Finanças: Fernanda Marques (UECE)

Coordenador de Imprensa: André França (UFPE)

Coordenações Regionais

Região I: Evandro Ladislau (UFPA)

Região II: Ramonildes Alves (UEPB)

Região III: Cristiana Gonçalves (UCSAL)

Região IV: Maisa Miralva (UCG)

Região V: Cláudia Mathias (UFES)

Região VI: Iliam Hofstaetter (Toledo PR)

Região VII: Angélica Figueiredo (PUC-SP)

4ª GESTÃO (91/92) “Quem é de luta não cansa”

Coordenação Nacional

Coordenador Geral: Evandro Ladislau (UFPA)

Secretário Geral: Pedro Nazareno B. Júnior (UFPA)

Coordenador de Finanças: Claudionor Lima Dias (UFPA)

Coordenadora de Imprensa: Maria das Graças Silva (UFPI)

Coordenações Regionais

Região I: Lila Cristina Xavier Luz (UFPI)

Região II: André França (UFPE)

Região III: Maria Theresa Falcão Pimentel (UCSAL)

Região IV: Anair Fátima da Silva (UFMT)

Região V: Lilian Cristina Diniz (PUC-MG)

Região VI: Marco Antônio da Rocha (Fac. Ciências Humanas S. Curitiba)

Região VII: Taciane Pelizaro (UNESP)

5ª GESTÃO (92/93) “Pro Dia Nascer Feliz”

Coordenação Nacional

Coordenadora Geral: Ângela Tavares Madeiro (UECE)
Secretária Geral: Sâmbara Paula F. Ribeiro (UECE)
Coordenadora de Finanças: Derleide Andrade (UECE)
Coordenadora de Imprensa: Rosângela Rocha Amorim (UNICAP)

Coordenações Regionais

Região I: Aurora A. Brito (UFMA)
Região II: Patrícia Leite Santos (URRN)
Região III: Luciana Maria Cavalcante Melo (UFAL)
Região IV: Anadete G. Reis (UNB)
Região V: Marcelo Braz Moraes dos Reis (UFRJ)
Região VI: Telma Antônia Marção Ricci (Fac. Toledo)
Região VII: Rosana de Paiva Santos (PUC-SP)

6ª GESTÃO (93/94): “Enquanto a chama arder ”

Coordenação Nacional

Coordenadora Geral: Maria Teresa Falcão Pimentel (UCSal)
Secretária Geral: Patrícia Carvalho Vieira (UCSal)
Coordenadora de Finanças: Gabriela Viana Guerreiro (UCSal)
Coordenadora de Imprensa: Liane Monteiro de Souza (UCSal)
Secretária de Formação Profissional: Luciana Pinheiro de Alencar/UECE (Coordenadora Nacional dos representantes estudantis em ABESS) e C.A. da UFS.

Coordenações Regionais

Região I

Coordenadoras: Zélia Dias (UFPA)
 Sílvia Marlan (UFMA)

Região II

Coordenadora: Valdênia Guimarães (UEPB)
Vice-Coordenadora: Erlênia Sobral (UECE)

Região III

Coordenadora: Cristina Paula Lima Freitas (UCSal)

Região IV

Coordenador: João Cândido Neto (UFMT)

Região V

Coordenadora: Adriana Vasconcelos (UERJ)
Vice-Coordenador: Maurílio Castro de Matos (UFRJ)

Região VI

Coordenadora: Adriana Furtado Pereira da Silva (UNISINOS)

Região VII

Coordenadora: Vanessa Mari Labigalini (PUC-SP)
Vice-Coordenadora: Priscília (PUC-SP)

7ª GESTÃO (94/95) “Nosso Próprio Tempo ”

Coordenação Nacional

Coordenador Geral: Marcelo Braz Moraes dos Reis (UFRJ)

Secretária Geral: Adriana Vasconcelos (UERJ)

Coordenadora de Finanças: Elizabete Leandro Amorim (UFF)

Coordenador de Imprensa: Maurílio Castro de Matos (UFRJ)

Secretária de Formação Profissional: Luciana Pinheiro de Alencar/UECE (Coordenadora Nacional dos Representantes Estudantis em ABESS) e Rodriane Oliveira, Márcia Caldas e Glauce Amaral (CASS-UFRJ)

Coordenações Regionais

Região I

Coordenadora: Marizângela Ribeiro Taveira (UFMA)

Vice-Coordenadora: Glaucejane Galhardo da Cruz (UFMA)

Região II

Coordenadora: Alzira Nogueira da Silva (UECE)

Vice-Coordenadora: Rosângela Rocha Amorim (UNICAP)

Região III

Coordenadora: Josiane Soares Santos (UFS)

Vice-Coordenadora: Gabriela Nogueira (UCSal)

Região IV

Coordenadora: Ana Paula Ferreira Moreira (UNB)

Vice-Coordenador: Lúcio Delfino Cunha (UFMT)

Região V

Coordenadora: Renata Coelho Baptista (UFF)

Vice-Coordenador: Cláudio Campos Pimentel Tostas (UFRJ)

Região VI

Coordenadora: Adriana Zaqueta Wilbert (UFSC)

Vice-Coordenadora: Rosane Maria Oliveira (UEL)

Região VII

Coordenadora: Raquel Helena Q. Oliveira (F. P. S. Caetano do Sul)

Vice-Coordenadora: Kátia Cilene Barbosa (UNESP)

8ª GESTÃO (95/96) “Vamos nos permitir”

Coordenação Nacional

Coordenadora Geral: Cristina Nascimento (UECE)

Secretária Geral: Alzira Nogueira (UECE)

Coordenadora de Finanças: Fátima Sousa (UECE)

Coordenadora de Imprensa: Valdênia Santos (UECE)

Secretária de Formação Profissional: Sandra Mara (UECE)

Coordenações Regionais

Região I

Coordenadoras: Aure Ruth Soares (UFPA)

Vice-Coordenadora: Lucilene Rodrigues (UFPA)

Região II

Coordenadora: Dalvanir Avelino (UFRN)

Vice-Coordenadora: Silvia Cavalcante (UFPE)

Região III

Coordenadora: Cheila Queiroz (UCSal)

Vice-Coordenadora: Quitéria Justina (UFAL)

Região IV

Coordenadora: Ana Paula Moreira (UNB)

Vice-Coordenadora: Raquel Murça (UCG)

Região V

Coordenadora: Márcia Matos (UFF-Niterói)

Vice-Coordenadora: Adriana Andreia (UERJ)

Região VI

Coordenadora: Loiva B. Diedrich (UNISINOS)

Vice-Coordenadora: Sibele Cristina Weber (FURB)

Região VII

Coordenadora: Maria Verônica de Oliveira (UNESP)

Vice-Coordenador: Hermerson H. de Oliveira (UNESP)

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

01. Por que e como você começou a participar do Movimento Estudantil?
02. Diga como foi seu processo no ME de Serviço Social até você entrar na SESSUNE/ENESSO.
03. Como se deu a articulação para a eleição da chapa da SESSUNE/ENESSO de que você participou?
04. A chapa elaborou um programa ou alguma tese? Quais as principais propostas defendidas?
05. Fale sobre sua experiência de dirigente do MESS na sua gestão.
06. Diga como estava a conjuntura do país na época em que você militou na SESSUNE/ENESSO.
07. Fale sobre suas impressões acerca da universidade brasileira e do curso de Serviço Social nesse período.
08. Qual o papel do ME na sociedade para a força política hegemônica da gestão em que você atuou ?
09. Fale sobre as principais lutas implementadas por essa gestão.
10. Descreva que estratégias de ação política eram utilizadas no processo de organização e mobilização do MESS.
11. Enumere com que outros sujeitos coletivos o MESS se articulava na defesa das suas propostas.

PERFIL DO DIRIGENTE ESTUDANTIL

01. Nome: _____

02. Sexo: _____

03. Idade: na época em que entrou no ME _____
na época que era dirigente SESSUNE/ENESSO: _____

04. Local de Nascimento: _____

05. Escolaridade: 2º grau concluído em escola () Pública
() Privada

06. Universidade em que fez/faz o curso: _____

07. Profissão/ocupação: Pai _____
Mãe _____08. Escolaridade: Pai _____
Mãe _____09. Trabalha/va (época em que era dirigente): () Sim
() NãoEm caso afirmativo. Que ocupação _____
Quantas horas _____
Renda _____

10. Cargo que exerceu na SESSUNE/ENESSO _____

11. Quais as gestões da SESSUNE/ENESSO de que participou _____

12. Participou em outros movimentos e entidades antes, durante ou depois da sua inserção
no ME () Sim () NãoEm caso afirmativo: (A) Antes Quais: (A) _____
(B) Durante (B) _____
(C) Depois (C) _____

13. Foi/É filiado(1)/simpatizante(2) a algum partido político?

() Sim () Não

Em caso afirmativo: Qual o partido político _____ ()
Período _____ ()